



PROCESSO: @PCP 17/00148866
AUTUADO: 29/03/2017 **PROTOCOLO:** 5835/2017
RELATOR: CONSELHEIRO Herneus De Nadal
UN. GESTORA: Prefeitura Municipal de Riqueza

INTERESSADO: Caren Marlene Rutzen
RESPONSVEL: Manfred Rutzen
ESPCIE: Prestação de Contas do Prefeito
ASSUNTO: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Município: **RIQUEZA**
Data recebimento das informações: 29 de Março de 2017

Descrição Arquivo	Situação Contador	Data Execução	CPF Contador	Situação Gestor	Data Execução	CPF Gestor
Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 2 - Resumo Geral das Despesas	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 2 - Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 6 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 7 - Demonstrativo de Funções, SubFunções e Programas por Projetos e Atividades	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 12 - Balanço Orçamentário	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 13 - Balanço Financeiro	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Demonstração do Fluxo de Caixa	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	Assinado	14/02/2017	430.862.099-68
Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno	-	-	-	Assinado	29/03/2017	526.329.119-15
Relatório do Conselho do FUNDEB	-	-	-	Assinado	23/02/2017	430.862.099-68
Notas Explicativas do Balanço	Assinado	14/02/2017	758.112.279-49	-	-	-
Anexo 13 - Balanço Financeiro - Prefeitura	Assinado	09/02/2017	758.112.279-49	Assinado	13/02/2017	430.862.099-68
Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Prefeitura	Assinado	09/02/2017	758.112.279-49	Assinado	13/02/2017	430.862.099-68

Florianópolis, 29 de Março de 2017

Sr. Presidente

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminho por intermédio do presente, e em atenção ao previsto no artigo 20 da Resolução TC n.º 16/94, e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis e quadros demonstrativos do exercício encerrado, de forma Consolidada, nos termos dos anexos estabelecidos nos artigos 101 da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, com abrangência ao exercício de 2016.

Sendo o que nos apresenta para o momento e colocando-nos à disposição para informações adicionais que se fizerem necessárias.

Cordialmente,

Renaldo Mueller Juliano Luiz Bortolanza - SC 023552/O
Prefeito Contador - CRC

Demonstrativo da Receita e Despesa

Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Títulos	R\$	Títulos	R\$
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	14.923.910,86	Despesas Correntes	13.579.766,51
Receita Tributária	974.408,97	Pessoal e Encargos Sociais	7.052.074,98
Receita de Contribuições	124.946,23	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita Patrimonial	214.031,62	Outras despesas correntes	6.527.691,53
Receita Agropecuária			
Receita industrial		Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Serviços	66.511,35		
Transferências Correntes	13.454.692,61		
Outras Receitas Correntes	89.320,08		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Déficit		Superávit	1.344.144,35
Total	14.923.910,86	Total	14.923.910,86
Receitas de Capital	1.289.434,37	Despesas de Capital	2.520.112,61
Operações de Crédito			
Alienação de Bens	239.150,00	Investimentos	2.520.112,61
Amortização de Empréstimos		Inversões Financeiras	0,00
Transferências de Capital	1.050.284,37	Amortização da Dívida	0,00
Outras Receitas de Capital		Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
Déficit	1.230.678,24	Superávit	
Total	2.520.112,61	Total	2.520.112,61
RESUMO			
Receitas Correntes	14.923.910,86	Despesas Correntes	13.579.766,51
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Capital	1.289.434,37	Despesas de Capital	2.520.112,61
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	16.213.345,23	Subtotal	16.099.879,12
Déficit		Superávit	113.466,11
TOTAL	16.213.345,23	TOTAL	16.213.345,23

Município de RIQUEZA
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	RECEITAS			18.501.092,81
1000000	Receitas Correntes			17.192.445,18
11000000	Receita Tributária		989.262,13	
11100000	Impostos		743.854,62	
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	536.583,70		
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	161.074,57		
	Recursos Ordinários	96.644,63		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	40.271,00		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	24.158,94		
11120400	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	267.914,29		
11120431	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	267.914,29		
	Recursos Ordinários	160.478,09		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	67.317,04		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	40.119,16		
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	107.594,84		
	Recursos Ordinários	64.556,92		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	26.898,79		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	16.139,13		
11130000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	207.270,92		
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	207.270,92		
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	207.270,92		
	Recursos Ordinários	116.242,47		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	61.813,55		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	29.214,90		
11200000	Taxas		203.167,79	
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	65.697,33		
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.590,46		
	Recursos Ordinários	3.590,46		
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Servi	35.294,64		
	Recursos Ordinários	35.294,64		
11212900	Taxa de Licença para Execução de Obras	6.806,32		
	Recursos Ordinários	6.806,32		
11219900	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	20.005,91		
	Recursos Ordinários	20.005,91		
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	137.470,46		
11222100	Taxas de Serviços Cadastrais	27.941,80		
	Recursos Ordinários	27.941,80		
11229000	Taxa de Limpeza Pública	109.528,66		
	Recursos Ordinários	109.528,66		
11300000	Contribuição de Melhoria		42.239,72	
11300400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	42.239,72		
	Recursos Ordinários	42.239,72		
12000000	Receitas de Contribuições		124.946,23	
12300000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		124.946,23	

Município de RIQUEZA
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		124.946,23	
13000000	Receita Patrimonial		242.514,22	
13200000	Receitas de Valores Mobiliários		224.623,42	
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	224.623,42		
	Recursos Ordinários	78.385,98		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	244,72		
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.523,75		
	FIA Imposto de Renda	1.594,60		
	Convênio de Trânsito - Militar	2.172,44		
	Convênio de Trânsito - Civil	1.200,66		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.692,23		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	6.974,93		
	Transferências de Convênios – União/Educação	14.259,61		
	Transferências de Convênios – União/Saúde	10.156,78		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	30.015,86		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	31.630,80		
	Salário-Educação	10.070,61		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.119,04		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	32.736,53		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	844,88		
13300000	Receita de Concessões e Permissões		17.890,80	
13330000	Receita de Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	17.890,80		
13330100	Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	17.890,80		
	Recursos Ordinários	17.890,80		
16000000	Receita de Serviços		66.511,35	
16000400	Serviços de Comunicação	10.469,22		
16000403	Outros Serviços de Comunicação	10.469,22		
	Recursos Ordinários	10.469,22		
16001300	Serviços Administrativos	300,00		
16001301	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	300,00		
	Recursos Ordinários	300,00		
16001700	Serviços Agropecuários	55.742,13		
	Recursos Ordinários	55.742,13		
17000000	Transferências Correntes		15.679.891,17	
17200000	Transferências Intergovernamentais		15.679.788,66	
17210000	Transferências da União	9.059.398,03		
17210100	Participação na Receita da União	7.235.503,54		
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.721.901,99		
	Recursos Ordinários	4.033.141,20		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.680.475,50		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.008.285,29		
17210103	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	496.065,05		
	Recursos Ordinários	496.065,05		

Município de RIQUEZA
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	3.974,06		
	Recursos Ordinários	2.384,41		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	993,56		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	596,09		
17210113	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	13.562,44		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	13.562,44		
17212200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	56.553,55		
17212270	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	56.553,55		
	Recursos Ordinários	56.553,55		
17213300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.373.994,51		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.373.994,51		
17213400	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	31.433,29		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	31.433,29		
17213500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	321.001,58		
17213501	Transferências do Salário-Educação	182.754,75		
	Salário-Educação	182.754,75		
17213502	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	1.080,00		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.080,00		
17213503	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	44.864,00		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	44.864,00		
17213504	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	70.789,68		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	70.789,68		
17213599	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	21.513,15		
	Transferências de Convênios – União/Educação	21.513,15		
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	15.962,76		
	Recursos Ordinários	9.577,69		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.990,71		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.394,36		
17219900	Outras Transferências da União	24.948,80		
	Recursos Ordinários	24.948,80		
17220000	Transferências dos Estados	5.006.370,09		
17220100	Participação na Receita dos Estados	4.381.844,45		
17220101	Cota-Parte do ICMS	4.001.510,14		
	Recursos Ordinários	2.400.907,59		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.000.378,54		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	600.224,01		
17220102	Cota-Parte do IPVA	323.152,68		
	Recursos Ordinários	194.006,50		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	80.592,89		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	48.553,29		
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	57.181,63		
	Recursos Ordinários	34.308,95		

Município de RIQUEZA

Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	14.295,41		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	8.577,27		
17223300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	214.211,50		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	214.211,50		
17229900	Outras Transferências dos Estados	410.314,14		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	219.544,17		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	11.697,85		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	179.072,12		
17240000	Transferências Multigovernamentais	1.614.020,54		
17240100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	1.614.020,54		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	967.732,11		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	646.288,43		
17500000	Transferências de Pessoas		102,51	
	FIA Imposto de Renda		102,51	
19000000	Outras Receitas Correntes		89.320,08	
19100000	Multas e Juros de Mora		16.951,79	
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	975,19		
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	672,82		
	Recursos Ordinários	403,69		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	169,03		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	100,10		
19113900	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI	99,34		
	Recursos Ordinários	59,60		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	24,84		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	14,90		
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	203,03		
	Recursos Ordinários	121,75		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	50,96		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	30,32		
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	6.705,33		
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	6.663,43		
	Recursos Ordinários	3.998,01		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.667,13		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	998,29		
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	41,90		
	Recursos Ordinários	25,24		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	10,60		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	6,06		
19150000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	793,23		
19159900	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	793,23		
19159901	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	793,23		
	Recursos Ordinários	793,23		

Município de RIQUEZA
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
19180000	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.084,79		
19189900	Outras Multas e Juros de Mora	1.084,79		
19189901	Outras Multas e Juros de Mora - Primárias	1.084,79		
	Recursos Ordinários	1.084,79		
19190000	Multas de Outras Origens	7.393,25		
19195000	Multas por Auto de Infração	7.393,25		
	Convênio de Trânsito - Militar	1.342,07		
	Convênio de Trânsito - Civil	1.342,07		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.709,11		
19200000	Indenizações e Restituições		20.180,41	
19220000	Restituições	20.180,41		
19229900	Outras Restituições	20.180,41		
	Recursos Ordinários	20.180,41		
19300000	Receita da Dívida Ativa		34.666,68	
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	17.467,66		
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	11.678,56		
	Recursos Ordinários	7.007,28		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.919,91		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.751,37		
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	5.789,10		
	Recursos Ordinários	3.473,41		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.447,42		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	868,27		
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	17.199,02		
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	17.199,02		
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	17.199,02		
	Recursos Ordinários	17.199,02		
19900000	Receitas Diversas		17.521,20	
19909800	Outras Receitas Eventuais	3.382,18		
	Recursos Ordinários	3.382,18		
19909900	Outras Receitas	14.139,02		
19909901	Outras Receitas - Primárias	14.139,02		
	FIA Imposto de Renda	14.139,02		
20000000	Receitas de Capital			1.308.647,63
22000000	Alienação de Bens		239.150,00	
22100000	Alienação de Bens Móveis		239.150,00	
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	239.150,00		
	Recursos Ordinários	239.150,00		
24000000	Transferências de Capital		1.069.497,63	
24700000	Transferências de Convênios		1.069.497,63	
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	1.069.497,63		
24719900	Outras Transferências de Convênios da União	1.069.497,63		
	Transferências de Convênios – União/Educação	254.724,63		
	Transferências de Convênios – União/Saúde	99.348,00		

Município de RIQUEZA
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	715.425,00		
24720000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00		
24729900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00		
	DEDUÇÕES DA RECEITA			2.287.747,58
10000000	Receitas Correntes			2.268.534,32
11000000	Receita Tributária		14.853,16	
11100000	Impostos		14.853,16	
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	14.853,16		
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	14.853,16		
	Recursos Ordinários	8.911,84		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.714,21		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.227,11		
13000000	Receita Patrimonial		28.482,60	
13200000	Receitas de Valores Mobiliários		28.482,60	
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	28.482,60		
	Transferências de Convênios – União/Educação	2.145,46		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	26.337,14		
17000000	Transferências Correntes		2.225.198,56	
17200000	Transferências Intergovernamentais		2.225.198,56	
17210000	Transferências da União	1.348.367,24		
17210100	Participação na Receita da União	1.345.174,76		
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	1.344.380,02		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.344.380,02		
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	794,74		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	794,74		
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	3.192,48		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.192,48		
17220000	Transferências dos Estados	876.831,32		
17220100	Participação na Receita dos Estados	876.367,14		
17220101	Cota-Parte do ICMS	800.301,60		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	800.301,60		
17220102	Cota-Parte do IPVA	64.629,19		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	64.629,19		
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	11.436,35		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	11.436,35		
17229900	Outras Transferências dos Estados	464,18		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	464,18		
20000000	Receitas de Capital			19.213,26
24000000	Transferências de Capital		19.213,26	
24700000	Transferências de Convênios		19.213,26	
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	19.213,26		
24719900	Outras Transferências de Convênios da União	19.213,26		

Município de RIQUEZA

Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	19.213,26		
	TOTAL GERAL			16.213.345,23

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Unidade Gestora: (Legislativo) Câmara Municipal de Riqueza

Unidade Orçamentária: 1001 - Camara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			629.236,39
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			489.670,06
3.1.90.00	Aplicações Diretas		489.670,06	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	402.299,63		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	87.370,43		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			139.566,33
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		3.500,00	
3.3.50.92	Despesas de Exercícios Anteriores	3.500,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		136.066,33	
3.3.90.04	Contratação por Tempo Determinado	400,00		
3.3.90.14	Diárias Civil	71.233,77		
3.3.90.30	Material de Consumo	4.324,36		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	14.613,84		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	3.080,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	42.414,36		
	Total Unidade Orçamentária			629.236,39

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Riqueza

Unidade Orçamentária: 2001 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			571.285,40
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			354.305,56
3.1.90.00	Aplicações Diretas		354.305,56	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	294.950,10		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	59.355,46		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			216.979,84
3.3.90.00	Aplicações Diretas		216.979,84	
3.3.90.14	Diárias Civil	12.096,06		
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	5.356,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	15.818,16		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.454,63		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	516,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	169.044,79		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	3.360,00		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	334,20		
	Total Unidade Orçamentária			571.285,40

Unidade Orçamentária: 4001 - Dpto. de Administração Geral e Finanças

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.551.995,34

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		846.373,59
3.1.90.00	Aplicações Diretas		846.373,59
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	686.356,55	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	160.017,04	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		705.621,75
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		94.117,72
3.3.50.41	Contribuições	94.117,72	
3.3.90.00	Aplicações Diretas		608.084,03
3.3.90.14	Diárias Civil	6.040,65	
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	31.334,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	77.657,90	
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.076,98	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	318.951,07	
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	21.274,03	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	151.636,10	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	113,30	
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		3.420,00
3.3.93.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	3.420,00	
4.0.00.00	Despesas de Capital		14.548,00
4.4.00.00	Investimentos		14.548,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		14.548,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	14.548,00	
	Total Unidade Orçamentária		1.566.543,34

Unidade Orçamentária: 5001 - Departamento de Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			3.490.099,23
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			2.287.230,98
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.287.230,98	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	1.873.707,36		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	413.523,62		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			1.202.868,25
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.202.868,25	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.500,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	596.165,32		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	102.984,28		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	498,80		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	423.078,55		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	75.904,14		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.737,16		
4.0.00.00	Despesas de Capital			438.134,26
4.4.00.00	Investimentos			438.134,26
4.4.90.00	Aplicações Diretas		438.134,26	
4.4.90.51	Obras e Instalações	178.328,26		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	259.806,00		

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Total Unidade Orçamentária 3.928.233,49

Unidade Orçamentária: 5002 - Departamento de Esportes

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			107.608,16
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			19.015,80
3.1.90.00	Aplicações Diretas		19.015,80	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	15.536,69		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	3.479,11		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			88.592,36
3.3.90.00	Aplicações Diretas		88.592,36	
3.3.90.30	Material de Consumo	26.771,42		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	6.202,29		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	54.852,15		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	766,50		
4.0.00.00	Despesas de Capital			48.270,60
4.4.00.00	Investimentos			48.270,60
4.4.90.00	Aplicações Diretas		48.270,60	
4.4.90.51	Obras e Instalações	48.270,60		
	Total Unidade Orçamentária			155.878,76

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal de Saúde de Riqueza

Unidade Orçamentária: 6001 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			3.346.099,81
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			1.509.975,99
3.1.90.00	Aplicações Diretas		1.509.975,99	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	1.196.772,62		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	313.203,37		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			1.836.123,82
3.3.40.00	Transferências a Municípios		25.854,84	
3.3.40.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	25.854,84		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.749.292,98	
3.3.90.30	Material de Consumo	218.119,35		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	240.023,06		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	23.961,78		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	411.890,03		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	707.386,52		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	65.526,85		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	70.290,39		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	12.095,00		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		60.976,00	
3.3.93.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	60.976,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			216.978,38

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

4.4.00.00	Investimentos		216.978,38
4.4.90.00	Aplicações Diretas	216.978,38	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	216.978,38	
	Total Unidade Orçamentária		3.563.078,19

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Riqueza

Unidade Orçamentária: 7001 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			603.513,06
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			231.405,65
3.1.90.00	Aplicações Diretas		231.405,65	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	187.522,34		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	43.883,31		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			372.107,41
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		145.000,00	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	145.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		227.107,41	
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	5.472,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	48.534,74		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	33.317,04		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	8.525,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	110.368,18		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	9.610,45		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	11.280,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			28.767,75
4.4.00.00	Investimentos			28.767,75
4.4.90.00	Aplicações Diretas		28.767,75	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	28.767,75		
	Total Unidade Orçamentária			632.280,81

Unidade Orçamentária: 7002 - Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			6.900,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			6.900,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		6.900,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	6.900,00		
	Total Unidade Orçamentária			6.900,00

Unidade Orçamentária: 8001 - Depto. Obras e Serviços Municipais

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			2.554.794,15
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			995.529,40
3.1.90.00	Aplicações Diretas		995.529,40	

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	813.822,72	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	181.706,68	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		1.559.264,75
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.559.264,75
3.3.90.14	Diárias Civil	397,16	
3.3.90.30	Material de Consumo	669.415,30	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	465,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	821.069,61	
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	51.700,28	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.855,00	
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	500,00	
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	13.862,40	
4.0.00.00	Despesas de Capital		1.534.898,87
4.4.00.00	Investimentos		1.534.898,87
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.534.898,87
4.4.90.51	Obras e Instalações	1.147.493,87	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	387.405,00	
	Total Unidade Orçamentária		4.089.693,02

Unidade Orçamentária: 8002 - Departamento de Habitação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
4.0.00.00	Despesas de Capital			1.380,00
4.4.00.00	Investimentos			1.380,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.380,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1.380,00		
	Total Unidade Orçamentária			1.380,00

Unidade Orçamentária: 9001 - Departamento de Agricultura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			718.234,97
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			318.567,95
3.1.90.00	Aplicações Diretas		318.567,95	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	263.217,31		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	55.350,64		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			399.667,02
3.3.90.00	Aplicações Diretas		399.667,02	
3.3.90.30	Material de Consumo	111.461,20		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	23.503,35		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	73.564,86		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	12.690,31		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	296,80		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	178.150,50		
4.0.00.00	Despesas de Capital			237.134,75
4.4.00.00	Investimentos			237.134,75

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

4.4.90.00	Aplicações Diretas		237.134,75
4.4.90.51	Obras e Instalações	6.624,75	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	230.510,00	
	Total Unidade Orçamentária		955.369,72

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
	Total Geral			16.099.879,12

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			13.579.766,51
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			7.052.074,98
3.1.90.00	Aplicações Diretas		7.052.074,98	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	5.734.185,32		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.317.889,66		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			6.527.691,53
3.3.40.00	Transferências a Municípios		25.854,84	
3.3.40.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	25.854,84		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		242.617,72	
3.3.50.41	Contribuições	94.117,72		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	145.000,00		
3.3.50.92	Despesas de Exercícios Anteriores	3.500,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		6.194.822,97	
3.3.90.04	Contratação por Tempo Determinado	400,00		
3.3.90.14	Diárias Civil	91.267,64		
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	42.162,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	1.768.267,75		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	6.202,29		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	399.827,73		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	50.107,23		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	424.974,83		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	2.727.630,09		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	240.832,56		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	227.149,65		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	202.025,50		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	113,30		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	13.862,40		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		64.396,00	
3.3.93.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	64.396,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			2.520.112,61
4.4.00.00	Investimentos			2.520.112,61
4.4.90.00	Aplicações Diretas		2.520.112,61	
4.4.90.51	Obras e Instalações	1.380.717,48		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1.139.395,13		
	Total Geral			16.099.879,12



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA
Competência: 2016

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Riqueza

Unidade Orçamentária: 02001 Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
4	Administração	0,00	0,00
4.122	Administração Geral	0,00	0,00
04.122.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0,00	0,00
04.122.0002.02.000002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00

Unidade Orçamentária: 04001 Dpto. de Administração Geral e Finanças

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
4	Administração	0,00	14.548,00
4.122	Administração Geral	0,00	14.548,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0,00	14.548,00
04.122.0003.01.000004	Obras Instalações, Equipamentos Secretaria da Administração e Finanças	0,00	14.548,00
04.122.0003.02.000003	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças	0,00	0,00
28	Encargos Especiais	151.285,63	0,00
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna	151.285,63	0,00
28.841.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	151.285,63	0,00
28.841.0003.09.000001	OPERAÇÕES ESPECIAIS ADMINISTRAÇÃO GERAL	151.285,63	0,00
Total da Unidade Orçamentária		151.285,63	14.548,00

Unidade Orçamentária: 05001 Departamento de Educação

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
12	Educação	0,00	438.134,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	322.521,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,00	322.521,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA
Competência: 2016

12.361.0004.01.000005	Obras Inst. e Equipamentos Ensino Fundamental	0,00	322.521,00
12.361.0004.02.000004	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00
12.365	Educação Infantil	0,00	115.612,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,00	115.612,00
12.365.0004.01.000006	Obras Instalações Ensino Infantil	0,00	115.612,00
12.365.0004.02.000005	Manutenção Ensino Infantil	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	438.134,20

Unidade Orçamentária: 05002 Departamento de Esportes

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
27	Desporto e Lazer	0,00	48.270,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	48.270,00
27.812.0005	PROMOÇÃO ESPORTIVA	0,00	48.270,00
27.812.0005.01.000007	Obras Instalações Equipamentos Esporte	0,00	48.270,00
27.812.0005.02.000006	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	48.270,00

Unidade Orçamentária: 07001 Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
8	Assistência Social	0,00	28.767,00
8.244	Assistência Comunitária	0,00	28.767,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	0,00	28.767,00
08.244.0007.01.000009	Obras Instalações Equipamentos FMAS	0,00	28.767,00
08.244.0007.02.000008	Manutenção da Assistência Social	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	28.767,00

Unidade Orçamentária: 07002 Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
--------	---------------	---------------------	----------





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA
Competência: 2016

8	Assistência Social	0,00	0,00
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00
08.243.0008	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00
08.243.0008.02.000009	Manutenção Infância e Adolescência	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00

Unidade Orçamentária: 08001 Depto. Obras e Serviços Municipais

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
15	Urbanismo	0,00	1.534.898,8
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	1.534.898,8
15.451.0009	OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	0,00	1.534.898,8
15.451.0009.01.000013	Obras e Equipamentos Municipais	0,00	1.534.898,8
26	Transporte	0,00	0,00
26.122	Administração Geral	0,00	0,00
26.122.0009	OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	0,00	0,00
26.122.0009.02.000010	Manutenção Obras e serviços Municipais	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	1.534.898,8

Unidade Orçamentária: 08002 Departamento de Habitação

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
16	Habitação	0,00	1.380,0
16.482	Habitação Urbana	0,00	1.380,0
16.482.0011	OBRAS DE HABITAÇÃO	0,00	1.380,0
16.482.0011.01.000012	Desenvolvimento Habitacional	0,00	1.380,0
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	1.380,0

Unidade Orçamentária: 09001 Departamento de Agricultura

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
--------	---------------	---------------------	----------





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA
Competência: 2016

20	Agricultura	0,00	237.134,2
20.606	Extensão Rural	0,00	237.134,2
20.606.0010	ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	0,00	237.134,2
20.606.0010.01.000011	Obras Instalações Equipamentos Agricultura	0,00	237.134,2
20.606.0010.02.000011	Manutenção da Agricultura Municipal	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	237.134,2
Total da Unidade Gestora		151.285,63	2.303.134,2

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Riqueza

Unidade Orçamentária: 06001 Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos especiais
10	Saúde	0,00	216.978,3
10.301	Atenção Básica	0,00	216.978,3
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	0,00	216.978,3
10.301.0006.01.000008	Obras Instalações Equipamentos Saude	0,00	216.978,3
10.301.0006.02.000007	Manutenção departamento de Saude Municipal	0,00	0,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS	0,00	0,00
10.304.0006.02.000012	Manutenção departamento de Saude Municipal	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	216.978,3
Total da Unidade Gestora		0,00	216.978,3

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Riqueza

Unidade Orçamentária: 01001 Camara Municipal de Vereadores





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Unidade Orçamentária: 01001 Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
1	Legislativa	0,00	0,00
1.031	Ação Legislativa	0,00	0,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0,00
01.031.0001.02.000001	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00
	Total Geral	151.285,63	2.520.112,63





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
01	Legislativa	0,00	0
01.031	Ação Legislativa	0,00	0
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0
01.031.0001.02.000001	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	0,00	0
04	Administração	0,00	14.548
04.122	Administração Geral	0,00	14.548
04.122.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0,00	0
04.122.0002.02.000002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	0,00	0
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0,00	14.548
04.122.0003.01.000004	Obras Instalações, Equipamentos Secretaria da Administração e Finanças	0,00	14.548
04.122.0003.02.000003	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças	0,00	0
08	Assistência Social	0,00	28.767
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0
08.243.0008	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0
08.243.0008.02.000009	Manutenção Infância e Adolescência	0,00	0
08.244	Assistência Comunitária	0,00	28.767
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	0,00	28.767
08.244.0007.01.000009	Obras Instalações Equipamentos FMAS	0,00	28.767
08.244.0007.02.000008	Manutenção da Assistência Social	0,00	0
10	Saúde	0,00	216.978
10.301	Atenção Básica	0,00	216.978
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	0,00	216.978
10.301.0006.01.000008	Obras Instalações Equipamentos Saude	0,00	216.978
10.301.0006.02.000007	Manutenção departamento de Saude Municipal	0,00	0
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS	0,00	0
10.304.0006.02.000012	Manutenção departamento de Saude Municipal	0,00	0
12	Educação	0,00	438.134





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
12.361	Ensino Fundamental	0,00	322.521
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,00	322.521
12.361.0004.01.000005	Obras Inst. e Equipamentos Ensino Fundamental	0,00	322.521
12.361.0004.02.000004	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0
12.365	Educação Infantil	0,00	115.612
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,00	115.612
12.365.0004.01.000006	Obras Instalações Ensino Infantil	0,00	115.612
12.365.0004.02.000005	Manutenção Ensino Infantil	0,00	0
15	Urbanismo	0,00	1.534.898
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	1.534.898
15.451.0009	OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	0,00	1.534.898
15.451.0009.01.000013	Obras e Equipamentos Municipais	0,00	1.534.898
16	Habitação	0,00	1.380
16.482	Habitação Urbana	0,00	1.380
16.482.0011	OBRAS DE HABITAÇÃO	0,00	1.380
16.482.0011.01.000012	Desenvolvimento Habitacional	0,00	1.380
20	Agricultura	0,00	237.134
20.606	Extensão Rural	0,00	237.134
20.606.0010	ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	0,00	237.134
20.606.0010.01.000011	Obras Instalações Equipamentos Agricultura	0,00	237.134
20.606.0010.02.000011	Manutenção da Agricultura Municipal	0,00	0
26	Transporte	0,00	0
26.122	Administração Geral	0,00	0
26.122.0009	OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	0,00	0
26.122.0009.02.000010	Manutenção Obras e serviços Municipais	0,00	0
27	Desporto e Lazer	0,00	48.270
27.812	Desporto Comunitário	0,00	48.270
27.812.0005	PROMOÇÃO ESPORTIVA	0,00	48.270





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
27.812.0005.01.000007	Obras Instalações Equipamentos Esporte	0,00	48.270,00
27.812.0005.02.000006	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	0,00	0,00
28	Encargos Especiais	151.285,63	0,00
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna	151.285,63	0,00
28.841.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	151.285,63	0,00
28.841.0003.09.000001	OPERAÇÕES ESPECIAIS ADMINISTRAÇÃO GERAL	151.285,63	0,00
	Total Geral	151.285,63	2.520.112,00



Município de RIQUEZA
Competência: 2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	629.236,39	0,00	629.236,39
01.031	Ação Legislativa	629.236,39	0,00	629.236,39
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	629.236,39	0,00	629.236,39
01.031.0001.02.000001	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	629.236,39	0,00	629.236,39
04	Administração	1.971.428,43	15.114,68	1.986.543,11
04.122	Administração Geral	1.971.428,43	15.114,68	1.986.543,11
04.122.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	571.285,40	0,00	571.285,40
04.122.0002.02.000002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	571.285,40	0,00	571.285,40
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	1.400.143,03	15.114,68	1.415.257,71
04.122.0003.01.000004	Obras Instalações, Equipamentos Secretaria da Administração e Finanças	14.548,00	0,00	14.548,00
04.122.0003.02.000003	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças	1.385.595,03	15.114,68	1.400.709,71
08	Assistência Social	495.627,62	143.553,19	639.180,81
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	6.900,00	6.900,00
08.243.0008	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	6.900,00	6.900,00
08.243.0008.02.000009	Manutenção Infância e Adolescência	0,00	6.900,00	6.900,00
08.244	Assistência Comunitária	495.627,62	136.653,19	632.280,81
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	495.627,62	136.653,19	632.280,81
08.244.0007.01.000009	Obras Instalações Equipamentos FMAS	1.550,00	27.217,75	28.767,75
08.244.0007.02.000008	Manutenção da Assistência Social	494.077,62	109.435,44	603.513,06
10	Saúde	2.098.845,30	1.464.232,89	3.563.078,19
10.301	Atenção Básica	2.098.845,30	1.450.775,33	3.549.620,63
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	2.098.845,30	1.450.775,33	3.549.620,63
10.301.0006.01.000008	Obras Instalações Equipamentos Saude	12.790,35	204.188,03	216.978,38
10.301.0006.02.000007	Manutenção departamento de Saude Municipal	2.086.054,95	1.246.587,30	3.332.642,25
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	13.457,56	13.457,56
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS	0,00	13.457,56	13.457,56
10.304.0006.02.000012	Manutenção departamento de Saude Municipal	0,00	13.457,56	13.457,56
12	Educação	1.376.514,15	2.551.719,34	3.928.233,49
12.361	Ensino Fundamental	1.113.530,43	2.021.156,18	3.134.686,61
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.113.530,43	2.021.156,18	3.134.686,61
12.361.0004.01.000005	Obras Inst. e Equipamentos Ensino Fundamental	0,00	322.521,73	322.521,73
12.361.0004.02.000004	Manutenção do Ensino Fundamental	1.113.530,43	1.698.634,45	2.812.164,88
12.365	Educação Infantil	262.983,72	530.563,16	793.546,88
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	262.983,72	530.563,16	793.546,88
12.365.0004.01.000006	Obras Instalações Ensino Infantil	0,00	115.612,53	115.612,53
12.365.0004.02.000005	Manutenção Ensino Infantil	262.983,72	414.950,63	677.934,35
15	Urbanismo	1.099.668,21	435.230,66	1.534.898,87
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.099.668,21	435.230,66	1.534.898,87
15.451.0009	OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	1.099.668,21	435.230,66	1.534.898,87
15.451.0009.01.000013	Obras e Equipamentos Municipais	1.099.668,21	435.230,66	1.534.898,87
16	Habitação	1.380,00	0,00	1.380,00
16.482	Habitação Urbana	1.380,00	0,00	1.380,00
16.482.0011	OBRAS DE HABITAÇÃO	1.380,00	0,00	1.380,00
16.482.0011.01.000012	Desenvolvimento Habitacional	1.380,00	0,00	1.380,00

Município de RIQUEZA
Competência: 2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	760.369,72	195.000,00	955.369,72
20.606	Extensão Rural	760.369,72	195.000,00	955.369,72
20.606.0010	ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	760.369,72	195.000,00	955.369,72
20.606.0010.01.000011	Obras Instalações Equipamentos Agricultura	42.134,75	195.000,00	237.134,75
20.606.0010.02.000011	Manutenção da Agricultura Municipal	718.234,97	0,00	718.234,97
26	Transporte	2.168.223,34	386.570,81	2.554.794,15
26.122	Administração Geral	2.168.223,34	386.570,81	2.554.794,15
26.122.0009	OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	2.168.223,34	386.570,81	2.554.794,15
26.122.0009.02.000010	Manutenção Obras e serviços Municipais	2.168.223,34	386.570,81	2.554.794,15
27	Desporto e Lazer	111.167,36	44.711,40	155.878,76
27.812	Desporto Comunitário	111.167,36	44.711,40	155.878,76
27.812.0005	PROMOÇÃO ESPORTIVA	111.167,36	44.711,40	155.878,76
27.812.0005.01.000007	Obras Instalações Equipamentos Esporte	3.559,20	44.711,40	48.270,60
27.812.0005.02.000006	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	107.608,16	0,00	107.608,16
28	Encargos Especiais	151.285,63	0,00	151.285,63
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna	151.285,63	0,00	151.285,63
28.841.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	151.285,63	0,00	151.285,63
28.841.0003.09.000001	OPERAÇÕES ESPECIAIS ADMINISTRAÇÃO GERAL	151.285,63	0,00	151.285,63
Total Geral		10.863.746,15	5.236.132,97	16.099.879,12

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01001 - Camara Municipal de Vereadores	629.236,39					
02001 - Gabinete do Prefeito				571.285,40		
04001 - Dpto. de Administração Geral e Finanças				1.415.257,71		
05001 - Departamento de Educação						
05002 - Departamento de Esportes						
06001 - Fundo Municipal de Saúde						
07001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
07002 - Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia						
08001 - Depto. Obras e Serviços Municipais						
08002 - Departamento de Habitação						
09001 - Departamento de Agricultura						
Total:	629.236,39			1.986.543,11		

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01001 - Camara Municipal de Vereadores						
02001 - Gabinete do Prefeito						
04001 - Dpto. de Administração Geral e Finanças						
05001 - Departamento de Educação						3.928.233,49
05002 - Departamento de Esportes						
06001 - Fundo Municipal de Saúde				3.563.078,19		
07001 - Fundo Municipal de Assistência Social		632.280,81				
07002 - Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia		6.900,00				
08001 - Depto. Obras e Serviços Municipais						
08002 - Departamento de Habitação						
09001 - Departamento de Agricultura						
Total:		639.180,81		3.563.078,19		3.928.233,49

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01001 - Camara Municipal de Vereadores						
02001 - Gabinete do Prefeito						
04001 - Dpto. de Administração Geral e Finanças						
05001 - Departamento de Educação						
05002 - Departamento de Esportes						
06001 - Fundo Municipal de Saúde						
07001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
07002 - Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia						
08001 - Depto. Obras e Serviços Municipais			1.534.898,87			
08002 - Departamento de Habitação				1.380,00		
09001 - Departamento de Agricultura						
Total:			1.534.898,87	1.380,00		

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01001 - Camara Municipal de Vereadores						
02001 - Gabinete do Prefeito						
04001 - Dpto. de Administração Geral e Finanças						
05001 - Departamento de Educação						
05002 - Departamento de Esportes						
06001 - Fundo Municipal de Saúde						
07001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
07002 - Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia						
08001 - Depto. Obras e Serviços Municipais						
08002 - Departamento de Habitação						
09001 - Departamento de Agricultura		955.369,72				
Total:		955.369,72				

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01001 - Camara Municipal de Vereadores						629.236,39
02001 - Gabinete do Prefeito						571.285,40
04001 - Dpto. de Administração Geral e Finanças				151.285,63		1.566.543,34
05001 - Departamento de Educação						3.928.233,49
05002 - Departamento de Esportes			155.878,76			155.878,76
06001 - Fundo Municipal de Saúde						3.563.078,19
07001 - Fundo Municipal de Assistência Social						632.280,81
07002 - Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia						6.900,00
08001 - Depto. Obras e Serviços Municipais		2.554.794,15				4.089.693,02
08002 - Departamento de Habitação						1.380,00
09001 - Departamento de Agricultura						955.369,72
Total:		2.554.794,15	155.878,76	151.285,63		16.099.879,12

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	RECEITAS	13.307.270,00	18.501.092,81	5.193.822,81	0,00
10000000	Receitas Correntes	13.307.270,00	17.192.445,18	3.885.175,18	0,00
11000000	Receita Tributária	633.620,00	989.262,13	355.642,13	0,00
11100000	Impostos	485.920,00	743.854,62	257.934,62	0,00
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	346.500,00	536.583,70	190.083,70	0,00
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	143.000,00	161.074,57	18.074,57	0,00
	Recursos Ordinários	85.800,00	96.644,63	10.844,63	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	35.750,00	40.271,00	4.521,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	21.450,00	24.158,94	2.708,94	0,00
11120400	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	115.500,00	267.914,29	152.414,29	0,00
11120431	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	115.500,00	267.914,29	152.414,29	0,00
	Recursos Ordinários	69.300,00	160.478,09	91.178,09	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	28.875,00	67.317,04	38.442,04	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	17.325,00	40.119,16	22.794,16	0,00
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	88.000,00	107.594,84	19.594,84	0,00
	Recursos Ordinários	52.800,00	64.556,92	11.756,92	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	22.000,00	26.898,79	4.898,79	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	13.200,00	16.139,13	2.939,13	0,00
11130000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	139.420,00	207.270,92	67.850,92	0,00
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	139.420,00	207.270,92	67.850,92	0,00
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	139.420,00	207.270,92	67.850,92	0,00
	Recursos Ordinários	83.652,00	116.242,47	32.590,47	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	34.855,00	61.813,55	26.958,55	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	20.913,00	29.214,90	8.301,90	0,00
11200000	Taxas	147.700,00	203.167,79	55.467,79	0,00
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	49.200,00	65.697,33	16.497,33	0,00
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.300,00	3.590,46	290,46	0,00
	Recursos Ordinários	3.300,00	3.590,46	290,46	0,00
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Servi	30.800,00	35.294,64	4.494,64	0,00
	Recursos Ordinários	30.800,00	35.294,64	4.494,64	0,00
11212900	Taxa de Licença para Execução de Obras	5.500,00	6.806,32	1.306,32	0,00
	Recursos Ordinários	5.500,00	6.806,32	1.306,32	0,00
11219900	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.600,00	20.005,91	10.405,91	0,00
	Recursos Ordinários	9.600,00	20.005,91	10.405,91	0,00
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	98.500,00	137.470,46	38.970,46	0,00
11222100	Taxas de Serviços Cadastrais	16.500,00	27.941,80	11.441,80	0,00
	Recursos Ordinários	16.500,00	27.941,80	11.441,80	0,00
11229000	Taxa de Limpeza Pública	82.000,00	109.528,66	27.528,66	0,00
	Recursos Ordinários	82.000,00	109.528,66	27.528,66	0,00
11300000	Contribuição de Melhoria	0,00	42.239,72	42.239,72	0,00
11300400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	0,00	42.239,72	42.239,72	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	42.239,72	42.239,72	0,00
12000000	Receitas de Contribuições	72.000,00	124.946,23	52.946,23	0,00
12300000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	72.000,00	124.946,23	52.946,23	0,00

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	72.000,00	124.946,23	52.946,23	0,00
13000000	Receita Patrimonial	15.000,00	242.514,22	227.514,22	0,00
13200000	Receitas de Valores Mobiliários	5.000,00	224.623,42	219.623,42	0,00
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00	224.623,42	219.623,42	0,00
	Recursos Ordinários	5.000,00	78.385,98	73.385,98	0,00
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	244,72	244,72	0,00
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	1.523,75	1.523,75	0,00
	FIA Imposto de Renda	0,00	1.594,60	1.594,60	0,00
	Convênio de Trânsito - Militar	0,00	2.172,44	2.172,44	0,00
	Convênio de Trânsito - Civil	0,00	1.200,66	1.200,66	0,00
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	1.692,23	1.692,23	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet. exercício na Ed. Bá	0,00	6.974,93	6.974,93	0,00
	Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	14.259,61	14.259,61	0,00
	Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	10.156,78	10.156,78	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	30.015,86	30.015,86	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	0,00	31.630,80	31.630,80	0,00
	Salário-Educação	0,00	10.070,61	10.070,61	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	0,00	1.119,04	1.119,04	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	0,00	32.736,53	32.736,53	0,00
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	844,88	844,88	0,00
13300000	Receita de Concessões e Permissões	10.000,00	17.890,80	7.890,80	0,00
13330000	Receita de Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	10.000,00	17.890,80	7.890,80	0,00
13330100	Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	10.000,00	17.890,80	7.890,80	0,00
	Recursos Ordinários	10.000,00	17.890,80	7.890,80	0,00
16000000	Receita de Serviços	60.000,00	66.511,35	6.511,35	0,00
16000400	Serviços de Comunicação	10.000,00	10.469,22	469,22	0,00
16000403	Outros Serviços de Comunicação	10.000,00	10.469,22	469,22	0,00
	Recursos Ordinários	10.000,00	10.469,22	469,22	0,00
16001300	Serviços Administrativos	0,00	300,00	300,00	0,00
16001301	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	300,00	300,00	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	300,00	300,00	0,00
16001700	Serviços Agropecuários	50.000,00	55.742,13	5.742,13	0,00
	Recursos Ordinários	50.000,00	55.742,13	5.742,13	0,00
17000000	Transferências Correntes	12.506.550,00	15.679.891,17	3.173.341,17	0,00
17200000	Transferências Intergovernamentais	12.504.550,00	15.679.788,66	3.175.238,66	0,00
17210000	Transferências da União	6.933.750,00	9.059.398,03	2.125.648,03	0,00
17210100	Participação na Receita da União	5.998.000,00	7.235.503,54	1.237.503,54	0,00
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	5.995.000,00	6.721.901,99	726.901,99	0,00
	Recursos Ordinários	3.312.773,00	4.033.141,20	720.368,20	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.782.977,00	1.680.475,50	0,00	102.501,50
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	899.250,00	1.008.285,29	109.035,29	0,00
17210103	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	0,00	496.065,05	496.065,05	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	496.065,05	496.065,05	0,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	2.000,00	3.974,06	1.974,06	0,00
	Recursos Ordinários	1.200,00	2.384,41	1.184,41	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	500,00	993,56	493,56	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	300,00	596,09	296,09	0,00
17210113	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.000,00	13.562,44	12.562,44	0,00
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.000,00	13.562,44	12.562,44	0,00
17212200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	65.000,00	56.553,55	0,00	8.446,45
17212270	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	65.000,00	56.553,55	0,00	8.446,45
	Recursos Ordinários	65.000,00	56.553,55	0,00	8.446,45
17213300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	623.750,00	1.373.994,51	750.244,51	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	623.750,00	1.373.994,51	750.244,51	0,00
17213400	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	20.000,00	31.433,29	11.433,29	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	20.000,00	31.433,29	11.433,29	0,00
17213500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	213.000,00	321.001,58	108.001,58	0,00
17213501	Transferências do Salário-Educação	132.000,00	182.754,75	50.754,75	0,00
	Salário-Educação	132.000,00	182.754,75	50.754,75	0,00
17213502	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00
17213503	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	36.000,00	44.864,00	8.864,00	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	36.000,00	44.864,00	8.864,00	0,00
17213504	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	45.000,00	70.789,68	25.789,68	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	45.000,00	70.789,68	25.789,68	0,00
17213599	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	0,00	21.513,15	21.513,15	0,00
	Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	21.513,15	21.513,15	0,00
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	14.000,00	15.962,76	1.962,76	0,00
	Recursos Ordinários	8.400,00	9.577,69	1.177,69	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.500,00	3.990,71	490,71	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.100,00	2.394,36	294,36	0,00
17219900	Outras Transferências da União	0,00	24.948,80	24.948,80	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	24.948,80	24.948,80	0,00
17220000	Transferências dos Estados	4.070.800,00	5.006.370,09	935.570,09	0,00
17220100	Participação na Receita dos Estados	3.835.800,00	4.381.844,45	546.044,45	0,00
17220101	Cota-Parte do ICMS	3.567.500,00	4.001.510,14	434.010,14	0,00
	Recursos Ordinários	2.153.000,00	2.400.907,59	247.907,59	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	879.375,00	1.000.378,54	121.003,54	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	535.125,00	600.224,01	65.099,01	0,00
17220102	Cota-Parte do IPVA	220.000,00	323.152,68	103.152,68	0,00
	Recursos Ordinários	132.000,00	194.006,50	62.006,50	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	55.000,00	80.592,89	25.592,89	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	33.000,00	48.553,29	15.553,29	0,00
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	48.300,00	57.181,63	8.881,63	0,00
	Recursos Ordinários	28.980,00	34.308,95	5.328,95	0,00

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	12.075,00	14.295,41	2.220,41	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	7.245,00	8.577,27	1.332,27	0,00
17223300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	70.000,00	214.211,50	144.211,50	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	70.000,00	214.211,50	144.211,50	0,00
17229900	Outras Transferências dos Estados	165.000,00	410.314,14	245.314,14	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	219.544,17	219.544,17	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	0,00	11.697,85	11.697,85	0,00
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	165.000,00	179.072,12	14.072,12	0,00
17240000	Transferências Multigovernamentais	1.500.000,00	1.614.020,54	114.020,54	0,00
17240100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	1.500.000,00	1.614.020,54	114.020,54	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	900.000,00	967.732,11	67.732,11	0,00
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	600.000,00	646.288,43	46.288,43	0,00
17500000	Transferências de Pessoas	2.000,00	102,51	0,00	1.897,49
	FIA Imposto de Renda	2.000,00	102,51	0,00	1.897,49
19000000	Outras Receitas Correntes	20.100,00	89.320,08	69.220,08	0,00
19100000	Multas e Juros de Mora	10.600,00	16.951,79	6.351,79	0,00
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	600,00	975,19	375,19	0,00
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	300,00	672,82	372,82	0,00
	Recursos Ordinários	180,00	403,69	223,69	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	75,00	169,03	94,03	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	45,00	100,10	55,10	0,00
19113900	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI	0,00	99,34	99,34	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	59,60	59,60	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	24,84	24,84	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	14,90	14,90	0,00
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	300,00	203,03	0,00	96,97
	Recursos Ordinários	180,00	121,75	0,00	58,25
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	75,00	50,96	0,00	24,04
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	45,00	30,32	0,00	14,68
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.000,00	6.705,33	5.705,33	0,00
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	500,00	6.663,43	6.163,43	0,00
	Recursos Ordinários	300,00	3.998,01	3.698,01	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	125,00	1.667,13	1.542,13	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	75,00	998,29	923,29	0,00
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	500,00	41,90	0,00	458,10
	Recursos Ordinários	300,00	25,24	0,00	274,76
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	125,00	10,60	0,00	114,40
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	75,00	6,06	0,00	68,94
19150000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	793,23	793,23	0,00
19159900	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	793,23	793,23	0,00
19159901	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	0,00	793,23	793,23	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	793,23	793,23	0,00

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
19180000	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0,00	1.084,79	1.084,79	0,00
19189900	Outras Multas e Juros de Mora	0,00	1.084,79	1.084,79	0,00
19189901	Outras Multas e Juros de Mora - Primárias	0,00	1.084,79	1.084,79	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	1.084,79	1.084,79	0,00
19190000	Multas de Outras Origens	9.000,00	7.393,25	0,00	1.606,75
19195000	Multas por Auto de Infração	9.000,00	7.393,25	0,00	1.606,75
	Convênio de Trânsito - Militar	3.000,00	1.342,07	0,00	1.657,93
	Convênio de Trânsito - Civil	3.000,00	1.342,07	0,00	1.657,93
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.000,00	4.709,11	1.709,11	0,00
19200000	Indenizações e Restituições	0,00	20.180,41	20.180,41	0,00
19220000	Restituições	0,00	20.180,41	20.180,41	0,00
19229900	Outras Restituições	0,00	20.180,41	20.180,41	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	20.180,41	20.180,41	0,00
19300000	Receita da Dívida Ativa	9.500,00	34.666,68	25.166,68	0,00
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	9.500,00	17.467,66	7.967,66	0,00
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	6.000,00	11.678,56	5.678,56	0,00
	Recursos Ordinários	3.600,00	7.007,28	3.407,28	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.500,00	2.919,91	1.419,91	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	900,00	1.751,37	851,37	0,00
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.000,00	5.789,10	2.789,10	0,00
	Recursos Ordinários	1.800,00	3.473,41	1.673,41	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	750,00	1.447,42	697,42	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	450,00	868,27	418,27	0,00
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	500,00	0,00	0,00	500,00
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	500,00	0,00	0,00	500,00
	Recursos Ordinários	500,00	0,00	0,00	500,00
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	17.199,02	17.199,02	0,00
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	0,00	17.199,02	17.199,02	0,00
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	0,00	17.199,02	17.199,02	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	17.199,02	17.199,02	0,00
19900000	Receitas Diversas	0,00	17.521,20	17.521,20	0,00
19909800	Outras Receitas Eventuais	0,00	3.382,18	3.382,18	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	3.382,18	3.382,18	0,00
19909900	Outras Receitas	0,00	14.139,02	14.139,02	0,00
19909901	Outras Receitas - Primárias	0,00	14.139,02	14.139,02	0,00
	FIA Imposto de Renda	0,00	14.139,02	14.139,02	0,00
20000000	Receitas de Capital	0,00	1.308.647,63	1.308.647,63	0,00
22000000	Alienação de Bens	0,00	239.150,00	239.150,00	0,00
22100000	Alienação de Bens Móveis	0,00	239.150,00	239.150,00	0,00
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	239.150,00	239.150,00	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	239.150,00	239.150,00	0,00
24000000	Transferências de Capital	0,00	1.069.497,63	1.069.497,63	0,00
24700000	Transferências de Convênios	0,00	1.069.497,63	1.069.497,63	0,00
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	1.069.497,63	1.069.497,63	0,00

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
24719900	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	1.069.497,63	1.069.497,63	0,00
	Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	254.724,63	254.724,63	0,00
	Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	99.348,00	99.348,00	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	715.425,00	715.425,00	0,00
24720000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
24729900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	0,00	0,00	0,00
	(...) DEDUÇÕES	-1.983.660,00	-2.287.747,58	0,00	304.087,58
10000000	Receitas Correntes	-1.983.660,00	-2.268.534,32	0,00	284.874,32
11000000	Receita Tributária	-14.300,00	-14.853,16	0,00	553,16
11100000	Impostos	-14.300,00	-14.853,16	0,00	553,16
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	-14.300,00	-14.853,16	0,00	553,16
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-14.300,00	-14.853,16	0,00	553,16
	Recursos Ordinários	-8.580,00	-8.911,84	0,00	331,84
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-3.575,00	-3.714,21	0,00	139,21
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	-2.145,00	-2.227,11	0,00	82,11
13000000	Receita Patrimonial	0,00	-28.482,60	0,00	28.482,60
13200000	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	-28.482,60	0,00	28.482,60
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	-28.482,60	0,00	28.482,60
	Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	-2.145,46	0,00	2.145,46
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	-26.337,14	0,00	26.337,14
17000000	Transferências Correntes	-1.969.360,00	-2.225.198,56	0,00	255.838,56
17200000	Transferências Intergovernamentais	-1.969.360,00	-2.225.198,56	0,00	255.838,56
17210000	Transferências da União	-1.202.200,00	-1.348.367,24	0,00	146.167,24
17210100	Participação na Receita da União	-1.199.400,00	-1.345.174,76	0,00	145.774,76
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-1.199.000,00	-1.344.380,02	0,00	145.380,02
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.199.000,00	-1.344.380,02	0,00	145.380,02
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-400,00	-794,74	0,00	394,74
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-400,00	-794,74	0,00	394,74
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-2.800,00	-3.192,48	0,00	392,48
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-2.800,00	-3.192,48	0,00	392,48
17220000	Transferências dos Estados	-767.160,00	-876.831,32	0,00	109.671,32
17220100	Participação na Receita dos Estados	-767.160,00	-876.367,14	0,00	109.207,14
17220101	Cota-Parte do ICMS	-713.500,00	-800.301,60	0,00	86.801,60
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-713.500,00	-800.301,60	0,00	86.801,60
17220102	Cota-Parte do IPVA	-44.000,00	-64.629,19	0,00	20.629,19
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-44.000,00	-64.629,19	0,00	20.629,19
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	-9.660,00	-11.436,35	0,00	1.776,35
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-9.660,00	-11.436,35	0,00	1.776,35
17229900	Outras Transferências dos Estados	0,00	-464,18	0,00	464,18
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	-464,18	0,00	464,18
20000000	Receitas de Capital	0,00	-19.213,26	0,00	19.213,26

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
24000000	Transferências de Capital	0,00	-19.213,26	0,00	19.213,26
24700000	Transferências de Convênios	0,00	-19.213,26	0,00	19.213,26
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	-19.213,26	0,00	19.213,26
24719900	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-19.213,26	0,00	19.213,26
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	-19.213,26	0,00	19.213,26
Totais		11.323.610,00	16.213.345,23	4.889.735,23	0,00



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Riqueza

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
02001	Gabinete do Prefeito	571.424,00	0,00
02001.04	Administração	571.424,00	0,00
02001.04.122	Administração Geral	571.424,00	0,00
02001.04.122.01.000003	Obras Instalações e equipamentos Gabinete do Prefeito	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00
02001.04.122.02.000002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	571.424,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	354.424,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	217.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes		
3.3.90.18.99	outros auxílios financeiros a estudantes		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.50	bandeiras, flâmulas e insígnias		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		
3.3.90.33.01	passagens para o país		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxilio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
04001	Dpto. de Administração Geral e Finanças	1.604.390,00	0,00
04001.04	Administração	1.427.390,00	0,00
04001.04.122	Administração Geral	1.427.390,00	0,00
04001.04.122.01.000004	Obras Instalações, Equipamentos Secretaria da Administração e Finanças	15.000,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
04001.04.122.02.000003	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças	1.412.390,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	846.402,97	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	100.406,03	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições		
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	461.581,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes		
3.3.90.18.99	outros auxílios financeiros a estudantes		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		
3.3.90.33.01	passagens para o país		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.08	manutenção de software		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.52	serviços de reabilitação profissional		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxilio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.93	indenizações e restituições		
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	4.000,00	0,00
3.3.93.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
3.3.93.70.01	Participação em Consórcio Público		
04001.28	Encargos Especiais	157.000,00	0,00
04001.28.841	Refinanciamento da Dívida Interna	157.000,00	0,00
04001.28.841.09.000001	OPERAÇÕES ESPECIAIS ADMINISTRAÇÃO GERAL	157.000,00	0,00
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	100,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	156.800,00	0,00
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP		
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	100,00	0,00
04001.99	Reserva Contingência	20.000,00	0,00
04001.99.999	Reserva Contingência	20.000,00	0,00
04001.99.999.09.000999	Reserva de Contingencia	20.000,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anel

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
9.9.99.00.00	A Definir (ou Res.Contingência)	20.000,00	0,00
05001	Departamento de Educação	3.956.157,65	0,00
05001.12	Educação	3.956.157,65	0,00
05001.12.361	Ensino Fundamental	3.153.942,00	0,00
05001.12.361.01.000005	Obras Inst. e Equipamentos Ensino Fundamental	329.555,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	329.555,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
05001.12.361.02.000004	Manutenção do Ensino Fundamental	2.824.387,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.885.628,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	938.759,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens		
3.3.90.30.16	material de expediente		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.01	livros didáticos		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.22	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.52	serviços de reabilitação profissional		
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
05001.12.365	Educação Infantil	802.215,65	0,00
05001.12.365.01.000006	Obras Instalações Ensino Infantil	115.613,05	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	115.613,05	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
05001.12.365.02.000005	Manutenção Ensino Infantil	686.602,60	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	402.195,80	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	284.406,80	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.01	livros didáticos		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia		
05002	Departamento de Esportes	161.711,40	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
05002.27	Desporto e Lazer	161.711,40	0,00
05002.27.812	Desporto Comunitário	161.711,40	0,00
05002.27.812.01.000007	Obras Instalações Equipamentos Esporte	49.711,40	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	49.711,40	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
05002.27.812.02.000006	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	112.000,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	19.015,80	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	92.984,20	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
3.3.90.31.04	premiações desportivas		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.70	confeção de uniforme, bandeira e flâmulas		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia		
07001	Fundo Municipal de Assistência Social	657.717,00	0,00
07001.08	Assistência Social	657.717,00	0,00
07001.08.244	Assistência Comunitária	657.717,00	0,00
07001.08.244.01.000009	Obras Instalações Equipamentos FMAS	32.808,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	32.808,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
07001.08.244.02.000008	Manutenção da Assistência Social	624.909,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	242.100,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	145.000,00	0,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.02	transferências a instituições privadas de assistência social		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	237.809,00	0,00
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes		
3.3.90.18.99	outros auxílios financeiros a estudantes		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.53	serviços de assistência social		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.67	serviços funerários		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxilio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
3.3.90.48.01	auxilio financeiro a pessoas físicas		
07002	Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia	7.000,00	0,00
07002.08	Assistência Social	7.000,00	0,00
07002.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	7.000,00	0,00
07002.08.243.02.000009	Manutenção Infância e Adolescencia	7.000,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.52	serviços de reabilitação profissional		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
08001	Depto. Obras e Serviços Municipais	4.091.743,96	0,00
08001.15	Urbanismo	1.535.215,84	0,00
08001.15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.535.215,84	0,00
08001.15.451.01.000013	Obras e Equipamentos Municipais	1.535.215,84	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.535.215,84	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários		
08001.26	Transporte	2.556.528,12	0,00
08001.26.122	Administração Geral	2.556.528,12	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
08001.26.122.02.000010	Manutenção Obras e serviços Municipais	2.556.528,12	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	995.530,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.560.998,12	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
3.3.90.48.01	auxílio financeiro a pessoas físicas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
08002	Departamento de Habitação	5.000,00	0,00
08002.16	Habitação	5.000,00	0,00
08002.16.482	Habitação Urbana	5.000,00	0,00
08002.16.482.01.000012	Desenvolvimento Habitacional	5.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
09001	Departamento de Agricultura	955.705,00	0,00
09001.20	Agricultura	955.705,00	0,00
09001.20.606	Extensão Rural	955.705,00	0,00
09001.20.606.01.000011	Obras Instalações Equipamentos Agricultura	237.137,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	237.137,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários		
09001.20.606.02.000011	Manutenção da Agricultura Municipal	718.568,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	318.568,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	400.000,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
3.3.90.48.01	auxílio financeiro a pessoas físicas		
	Total da Unidade Gestora	12.010.849,01	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Riqueza

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
06001	Fundo Municipal de Saúde	3.584.112,00	0,00
06001.10	Saúde	3.584.112,00	0,00
06001.10.301	Atenção Básica	3.569.112,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
06001.10.301.01.000008	Obras Instalações Equipamentos Saude	218.958,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	218.958,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
06001.10.301.02.000007	Manutenção departamento de Saude Municipal	3.350.154,00	0,00
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.514.203,20	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.01	FGTS		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	25.855,00	0,00
3.3.40.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.40.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.749.119,80	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.10	material odontológico		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.36	material hospitalar		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.02	medicamentos		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		
3.3.90.33.01	passagens para o país		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação		
3.3.90.36.30	serviços médicos e odontológicos		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação		
3.3.90.46.01	auxilio-alimentação em pecúnia		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
3.3.90.48.01	auxilio financeiro a pessoas físicas		
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	60.976,00	0,00
3.3.93.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
3.3.93.70.01	Participação em Consórcio Público		
06001.10.304	Vigilância Sanitária	15.000,00	0,00
06001.10.304.02.000012	Manutenção departamento de Saude Municipal	15.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
	Total da Unidade Gestora	3.584.112,00	0,00

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Riqueza

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
01001	Camara Municipal de Vereadores	690.000,00	0,00
01001.01	Legislativa	690.000,00	0,00
01001.01.031	Ação Legislativa	690.000,00	0,00
01001.01.031.01.000001	Obras Instalações Equipamentos Camara de Vereadores	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00
01001.01.031.02.000001	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	690.000,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	510.000,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	15.000,00	0,00
3.3.50.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.50.92.41	contribuições		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	165.000,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado		
3.3.90.04.02	serviços temporários de agentes de saúde		
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.30.49	bilhetes de passagens		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		
3.3.90.33.01	passagens para o país		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.18	manutenção e conservação de equipamentos		
3.3.90.36.28	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.08	manutenção de software		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.49	produções jornalísticas		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de RIQUEZA

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.73	transporte de servidores		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
	Total da Unidade Gestora	690.000,00	0,00
	Total Geral	16.284.961,01	0,00



Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	11.323.610,00	11.323.610,00	16.213.345,23	4.889.735,23
Receitas Correntes (I)	11.323.610,00	11.323.610,00	14.923.910,86	3.600.300,86
Receita Tributária	619.320,00	619.320,00	974.408,97	355.088,97
Receitas de Contribuições	72.000,00	72.000,00	124.946,23	52.946,23
Receita Patrimonial	15.000,00	15.000,00	214.031,62	199.031,62
Receita Agropecuária				0,00
Receita Industrial				0,00
Receita de Serviços	60.000,00	60.000,00	66.511,35	6.511,35
Transferências Correntes	10.537.190,00	10.537.190,00	13.454.692,61	2.917.502,61
Outras Receitas Correntes	20.100,00	20.100,00	89.320,08	69.220,08
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	1.289.434,37	1.289.434,37
Operações de Crédito				0,00
Alienação de Bens			239.150,00	239.150,00
Amortização de Empréstimos				0,00
Transferências de Capital			1.050.284,37	1.050.284,37
Outras Receitas de Capital				0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)				0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (V) = (I + II + III + IV)	11.323.610,00	11.323.610,00	16.213.345,23	4.889.735,23
Operações de Crédito / Refinanciamento (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária				0,00
Contratual				0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária				0,00
Contratual				0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VII = V + VI)	11.323.610,00	11.323.610,00	16.213.345,23	4.889.735,23
DÉFICIT (VIII)				
TOTAL (IX = VII + VIII)	11.323.610,00	11.323.610,00	16.213.345,23	4.889.735,23
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)		1.287.938,60		
Superávit Financeiro		1.287.938,60		
Reabertura de créditos adicionais				



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	11.303.610,00	16.264.961,01	16.099.879,12	16.099.179,12	15.849.516,16	165.081,89
Despesas Correntes (X)	10.557.408,80	13.725.862,72	13.579.766,51	13.579.066,51	13.571.503,55	146.096,21
Pessoal e Encargos Sociais	5.468.249,96	7.088.067,77	7.052.074,98	7.052.074,98	7.052.074,98	35.992,79
Juros e Encargos da Dívida	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Outras Despesas Correntes	5.089.058,84	6.637.694,95	6.527.691,53	6.526.991,53	6.519.428,57	110.003,42
Despesas de Capital (XI)	746.201,20	2.539.098,29	2.520.112,61	2.520.112,61	2.278.012,61	18.985,68
Investimentos	746.101,20	2.538.998,29	2.520.112,61	2.520.112,61	2.278.012,61	18.885,68
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Reserva de Contingência (XII)	20.000,00	20.000,00				20.000,00
Reserva do RPPS (XIII)	0,00	0,00				0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XV) = (X + XI + XII + XIII + XIV)	11.323.610,00	16.284.961,01	16.099.879,12	16.099.179,12	15.849.516,16	185.081,89
Superávit (XVI)			113.466,11			-113.466,11
TOTAL (XVII = XV + XVI)	11.323.610,00	16.284.961,01	16.213.345,23	16.099.179,12	15.849.516,16	71.615,78

(*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento



AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	0,00	2.522,45	2.522,45	2.522,45	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	2.522,45	2.522,45	2.522,45	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.522,45	2.522,45	2.522,45	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	0,00	4.740,00	4.740,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	4.740,00	4.740,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Investimentos	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	150.000,00	4.740,00	154.740,00	0,00	0,00



BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

INGRESSOS

	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	16.213.345,23
Ordinária	10.920.651,19
Vinculada	5.292.694,04
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.888.913,44
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	2.888.913,44
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.444.953,41
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	700,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	249.662,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.194.590,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	1.697.741,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.697.741,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	22.244.953,21





BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)	16.099.879,12
Ordinária	10.863.746,15
Vinculada	5.236.132,97
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	2.888.913,44
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	2.888.913,44
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.351.852,90
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.522,45
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	154.740,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.194.590,45
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	1.904.307,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.904.307,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	22.244.953,21





Município de RIQUEZA

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	8.394.890,10
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.983.316,88
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.782.031,75
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	13.160.238,73
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	13.807,16
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	126.469,98
	09 - FIA Imposto de Renda	15.836,13
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	3.514,51
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	2.542,73
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	6.401,34
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	974.707,04
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	646.288,43
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	290.497,39
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	109.504,78
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	964.985,03
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	74.761,94
	36 - Salário-Educação	192.825,36
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	117.852,72
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.620.942,54
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	179.917,00
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	5.340.854,08
	TOTAL GERAL (I + II)	18.501.092,81



**Município de RIQUEZA**

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	8.911,84
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.228.448,59
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.227,11
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	2.239.587,54
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2.145,46
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	46.014,58
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	48.160,04
	TOTAL GERAL (I + II)	2.287.747,58





Município de RIQUEZA

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	7.388.386,70
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.376.514,15
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.098.845,30
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	10.863.746,15
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	13.753,50
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	140.976,59
	09 - FIA Imposto de Renda	6.900,00
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	1.350,00
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	1.301,68
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	12.463,00
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.551.463,36
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	59.608,76
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	432.449,47
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	111.231,03
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	906.782,78
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	136.653,19
	36 - Salário-Educação	215.569,70
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	119.214,49
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.353.001,86
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	173.413,56
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	5.236.132,97
	TOTAL GERAL (I + II)	16.099.879,12





Município de RIQUEZA

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	782.610,42
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.502,14
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	786.112,56
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	70,95
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	15.321,01
	09 - FIA Imposto de Renda	19.105,28
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	23.333,62
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	13.457,60
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	18.010,80
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.745,80
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	176.955,94
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	53.644,28
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	111.700,26
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	179.036,92
	36 - Salário-Educação	91.749,18
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	2.973,88
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	200.016,54
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	1.506,51
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	911.628,57
	TOTAL GERAL (I + II)	1.697.741,13



**Município de RIQUEZA**

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.5.1.04.00 a 1.1.3.5.1.08.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.5.1.04.00 a 1.1.3.5.1.08.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	





Município de RIQUEZA

Saldos em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	1.781.202,49
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-621.645,86
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	-315.538,52
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	844.018,11
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124,61
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	814,40
	09 - FIA Imposto de Renda	28.041,41
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	25.498,13
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.698,65
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	11.949,14
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	-576.756,32
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	591.425,47
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	124.958,40
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	51.918,03
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	123.887,93
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	117.145,67
	36 - Salário-Educação	69.004,84
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.612,11
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	467.957,22
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	8.009,95
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	1.060.289,64
	TOTAL GERAL (I + II)	1.904.307,75

**Município de RIQUEZA**

Saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.5.1.04.00 a	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS	
1.1.3.5.1.08.00	ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.5.1.04.00 a	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS	
1.1.3.5.1.08.00	VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	2.298.122,14	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.904.307,75	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Créditos a Curto Prazo	388.989,43	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Créditos Tributários a Receber	146.889,43	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Créditos de Transferências a Receber	242.100,00	Provisões a Curto Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Demais Obrigações a Curto Prazo
Dívida Ativa Tributária		
Dívida Ativa Não Tributária		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.824,96	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	
Títulos e valores mobiliários		
Investimento do RPPS		
Aplicações em segmentos de Imóveis		
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias		
Estoques	0,00	
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.943.817,78	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo	339.153,38	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo
Créditos a Longo Prazo	339.153,38	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Créditos Tributários a Receber		Fornecedores a Longo Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Provisões a Longo Prazo
Dívida Ativa Tributária	81.127,49	Provisões Matemáticas Previdenciárias
Dívida Ativa Não Tributária	258.025,89	Demais Provisões a Longo Prazo
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		Demais Obrigações a Longo Prazo
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		Resultado Diferido
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		
Estoque		
VPD Pagas Antecipadamente		
Investimentos	0,00	
Participações Permanentes	0,00	TOTAL DO PASSIVO
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente		
Propriedades para Investimento		





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

(-) Depreciação acumulada de Investimentos		Patrimônio Social e Capital Social
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
Investimento do RPPS de Longo Prazo		Reservas de Capital
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Demais Investimentos Permanentes		Reservas de Lucros
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais		Demais Reservas
Imobilizado	24.604.664,40	Resultados Acumulados
Bens Móveis	9.402.967,93	Resultado do Exercício
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis		Resultado de Exercícios Anteriores
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis		Ajustes de exercícios anteriores
Bens Imóveis	15.201.696,47	outros Resultados
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis		(-) Ações/Cotas em Tesouraria
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis		
Intangível		
Diferido		
TOTAL	27.241.939,92	TOTAL





QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
ATIVO	27.241.939,92
ATIVO FINANCEIRO	1.904.307,75
ATIVO PERMANENTE	25.337.632,17
PASSIVO	1.115.878,76
PASSIVO FINANCEIRO	250.362,96
PASSIVO PERMANENTE	865.515,80
SALDO PATRIMONIAL	26.126.061,16





QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício
Garantias e Contragarantias Recebidas		Garantias e Contragarantias Concedidas	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	
Direitos Contratuais	0,00	Obrigações Contratuais	8.
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	
TOTAL	0,00	TOTAL	8.





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

Destinação de Recursos	Superáv Fi
00 - Recursos Ordinários	1.777
01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-62
02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	-31
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	
09 - FIA Imposto de Renda	2
10 - Convênio de Trânsito - Militar	2
11 - Convênio de Trânsito - Civil	1
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	1
18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	-57
19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	59
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-11
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	5
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	12
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	11
36 - Salário-Educação	6





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p

38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União 46

62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação 8

TOTAL 1.65



Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.027.141,13
Impostos	752.254,72
Taxas	214.387,18
Contribuição de Melhoria	60.499,23
Contribuições	124.946,23
Contribuições Sociais	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	
Contribuição de Iluminação Pública	124.946,23
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	96.554,56
Venda de Mercadorias	
Venda de Produtos	
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	96.554,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	272.409,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Juros e Encargos de Mora	76.268,71
Variações Monetárias e Cambiais	
Descontos Financeiros Obtidos	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	196.140,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	
Transferências e Delegações Recebidas	14.747.076,98
Transferências Intragovernamentais	
Transferências Intergovernamentais	14.182.655,19
Transferências das Instituições Privadas	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	564.319,28
Transferências de Consórcios Públicos	
Transferências do Exterior	
Execução orçamentária delegada de Entes	
Transferências de Pessoas Físicas	102,51
Outras Transferências Delegadas Recebidas	
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

Reavaliação de Ativos	
Ganhos com Alienação	
Ganhos com Incorporação de Ativos	
Ganhos Desincorporação de Passivos	
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00
Reversão da Redução do Valor Recuperável	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	59.927,98
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	
Resultado Positivo de Participações	
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	59.927,98
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	16.328.056,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
Pessoal e Encargos	7.177.648,22
Remuneração a Pessoal	5.833.127,99
Encargos Patronais	1.344.520,23
Benefícios a Pessoal	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00
Aposentadorias e Reformas	
Pensões	
Benefícios de Prestação Continuada	
Benefícios Eventuais	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.704.730,28
Uso de Material de Consumo	2.255.328,36
Serviços	3.449.401,92
Depreciação, Amortização e Exaustão	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

Juros e Encargos de Mora	
Variações Monetárias e Cambiais	
Descontos Financeiros Concedidos	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	
Transferências e Delegações Concedidas	534.894,06
Transferências Intragovernamentais	
Transferências Intergovernamentais	227.880,34
Transferências às Instituições Privadas	242.617,72
Transferências às Instituições Multigovernamentais	
Transferências aos Consórcios Públicos	64.396,00
Transferências ao Exterior	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	461,04
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	461,04
Perdas com Alienação	
Perdas Involuntárias	
Incorporação de Passivos	
Desincorporação de Ativos	
Tributárias	227.149,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.666,10
Contribuições	220.483,55
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	
Custo de Produtos Vendidos	
Custo de Serviços Prestados	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	62.339,99
Premiações	6.202,29
Resultado Negativo de Participações	
Incentivos	42.162,00
Subvenções Econômicas	
Participações e Contribuições	
Constituição de Provisões	

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	13.975,70
<hr/>	
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	13.707.223,24
<hr/>	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I -II)	2.620.833,17

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos	23.252.236,44
Receitas derivadas e originárias	1.469.218,25
Transferências correntes recebidas	13.454.692,61
Outros ingressos operacionais	8.328.325,58
Desembolsos	21.907.091,58
Pessoal e demais despesas	13.310.293,44
Juros e encargos da dívida	0,00
Transferências concedidas	268.472,56
Outros desembolsos operacionais	8.328.325,58
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	1.345.144,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos	239.150,00
Alienações de bens	239.150,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	
Outros ingressos de Investimentos	
Desembolsos	2.428.012,61
Aquisição de ativo não circulante	2.428.012,61
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)</i>	-2.188.862,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Ingressos	1.050.284,37
Operações de Crédito	
Integralização do capital social de empresas dependentes	
Transferências de capital recebidas	
Outros ingressos de financiamentos	1.050.284,37
Desembolsos	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00

Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)

1.050.284,37

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	206.566,62
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (*)	1.697.741,13
Caixa e Equivalentes de caixa final (**)	1.904.307,75

(*) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo inicial, atributo F

(**) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo final, atributo F



QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	
Receita Tributária	974.408,97
Receita de Contribuições	124.946,23
Receita Patrimonial	17.890,80
Receita Agropecuária	
Receita Industrial	
Receita de Serviços	66.511,35
Remuneração das Disponibilidades	196.140,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	89.320,08
Total das Receitas Derivadas e Originárias	1.469.218,25



QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	
Intergovernamentais	11.840.569,56
da União	7.711.030,79
de Estados e Distrito Federal	4.129.538,77
de Municípios	
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências recebidas	1.614.123,05
Total das Transferências Recebidas	13.454.692,61
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Intergovernamentais	25.854,84
a União	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00
a Municípios	25.854,84
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências concedidas	242.617,72
Total das Transferências Concedidas	268.472,56



**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS
DESPESAS POR FUNÇÃO**

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
Legislativa	625.736,39
Judiciária	0,00
Essencial à Justiça	0,00
Administração	1.879.699,84
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	0,00
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	465.413,06
Previdência Social	0,00
Saúde	3.320.244,97
Trabalho	0,00
Educação	3.490.099,23
Cultura	0,00
Direitos da Cidadania	0,00
Urbanismo	0,00
Habituação	0,00
Saneamento	0,00
Gestão Ambiental	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	722.974,97
Organização Agrária	0,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	0,00
Comunicações	0,00
Energia	0,00
Transporte	2.554.794,15
Desporto e Lazer	107.608,16
Encargos Especiais	143.722,67
Outras Despesas não identificadas	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	13.310.293,44

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00
Despesas com Juros, Correção Monetária e Outros encargos da dívida, não classificados na Função 28	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Município de RIQUEZA

Competência: 06/2016

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social e Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores					
Aumento de capital	0,00	0,00			
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas					
Juros sobre capital próprio					
Resultado do exercício					
Ajustes de avaliação patrimonial				0,00	
Constituição/Reversão de reservas			0,00		0,00
Outros					
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)					
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



NE 01 – Contexto operacional

O MUNICIPIO DE RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº 95.988.309/0001-39, com sede estabelecida na Rua João Mari, nº 55, centro, na cidade de Riqueza – SC, CEP 89895-000. Composta por Unidade Gestora da Prefeitura Municipal de Riqueza, Fundo Municipal de Saúde de Riqueza e Câmara de Vereadores de Riqueza. Aqui falaremos sobre **Balanco Consolidado Município de Riqueza**.

NE 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância a Lei nº 4320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Instruções e Procedimentos expedidas pela STN vigentes.

NE 03 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as normas gerais expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, através de portarias e manuais, instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

NE 04 – Analise Balanço Orçamentário – Anexo 12

A Receita Realizada em Relação a Despesa Empenhada

Receita Arrecadada	R\$ 16.213.345,23	1,01
Despesa Empenhada	R\$ 16.099.879,12	

- Como podemos ver na Consolidação de Balanço o Município Cumpriu seu papel quanto a gestão dos recursos com Superávit Orçamentário de R\$ 113.466,11. As Unidades gestoras também desempenharam um papel administrativo bom para no geral o Município atingir este saldo positivo.

NE 05 – Analise Balanço Financeiro – Anexo 13

Conforme Demonstrativo de saldo em espécie apresentado na Consolidação das Unidade Gestoras do Município de Riqueza o valor de R\$ 1.904.307,75.

NE 06 – Analise Balanço Patrimonial – Anexo 14

Como podemos ver ativo financeiro em relação ao passivo financeiro geral:

Ativo Financeiro	R\$ 1.907.307,75	7,62
Passivo Financeiro	R\$ 250.362,96	

O Resultado Líquido R\$ 1.656.944,79, Demonstra um superávit Financeiro por fonte de recursos. Com exceção a fonte 32 Transferências de Convênios – União/Educação, que apresente um déficit de R\$ 117.141,60, totalmente suportado pelo Créditos a Receber Transferências de Convênios, no valor de R\$ 242.100,00, referente a Aquisição de um Ônibus Transporte Escolar programa Par do FNDE.

- Em síntese o Município de Riqueza apresenta uma situação financeira boa, perante a crise Nacional que se apresenta, vem procurando atender a legislação e normas pertinentes a Administração Pública.

Riqueza SC, 31 dezembro de 2016

Juliano Luiz Bortolanza

Contador CRC/SC 023552/O





RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2016.

I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social

Análise da situação Econômica e financeira do Município

Principais indicadores financeiros e econômicos:

1)	Liquidez Financeira	<u>1.904.307,75</u> 249.662,96	7,63
2)	Liquidez Corrente	<u>2.298.122,14</u> 1.115.178,76	2,06
3)	% despesa corrente s/ receita corrente	<u>13.579.766,51</u> 14.904.697,60	0,91
4)	Evolução do PL	<u>26.132.881,85</u> 23.491.201,20	1,11

Pelos dados apresentados nos indicadores, podemos analisar que a Liquidez Financeira, que corresponde ao ativo financeiro / pelo Passivo Financeiro representa um índice de 7,63, índice favorável mostrando a capacidade de pagamento em saldar com seus compromissos.

O índice de liquidez Corrente representa 2,06, considerado favorável este índice através de um quociente, representa uma das medidas mais usadas para avaliar a capacidade do município saldar os seus compromissos em dia, ou seja, ele indica quanto possui em dinheiro mais bens e direitos realizáveis no curto prazo, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.

Em análise as despesas correntes em confronto com a receita corrente, com índice de 0,91, podemos perceber que existe equilíbrio financeiro adequado, como também a evolução do patrimônio líquida do município com índice de 1,11.



Análise sobre a situação administrativa:

O município possui hoje servidor de dados, 01 destinados a Prefeitura Municipal 01 destinados ao Fundo Municipal de Saúde, sabendo da preocupação de manter as informações em segurança, possui rede interna, facilitando o acesso entre os demais servidores.

Em análise dos trabalhos desenvolvidos no setor de recursos humanos, os mesmos possuem cada secretaria controle de ponto, através do ponto digital, as principais áreas da administração estão sempre buscando novas informações, participando de treinamentos em cursos pelas várias mudanças que ocorrem, no ano de 2016 não foram realizadas alterações tanto no plano de cargos e salários, como no estatuto dos servidores, indicando que há necessidade da atualização.

Em análise o setor de tributação possui a cobrança em especial da dívida ativa, muitas vezes por notificações, regulares aos devedores, mantem seus cadastros atualizados facilitando o pagamento, com o envio de boleto bancário, que permita o pagamento diretamente na rede bancária ou via Internet.

Em análise ao setor de patrimônio e sabendo da importância para o município de se ter em dia o patrimônio municipal, no ano de 2016 foram feitos vários levantamento e atualização nos setores, pela ocorrência da mudança de servidores responsáveis pelo setor.

Em geral os setores assimilam bem as informações, buscando sempre de forma harmônica, o bom andamento da execução das atividades e programas desenvolvido pelo município.

II - Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA. **Facultativo**

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças	
Cód	Programa/ação	Física	Finan- ceira	Física	Finan- ceira	Física	Finan- ceira



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

III - informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo Município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública. **Facultativo**

Programas PPA		Escolhidas pela população? S/N	% de Execução até o final do Exercício
Cód	Programa/ações		

IV - Análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; **Facultativo**

V - Análise comparativa entre a programação e a execução financeira de desembolso: **Facultativo**

Código	Especificação do Recurso	Situação Financeira Início do Exercício	Projeções para o final do Exercício	Situação Financeira Executada

VI - Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no Balanço Geral: **Facultativo**

RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar	Saldo do ano Anterior	Cancelamentos	Pagamentos	Inscrição no Exercício	Saldo para o Exercício seguinte
RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar Processados					
Restos a Pagar Não Processados					
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar					
Restos a Pagar Não Processados em Liquidação					

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Empenhos realizados a conta de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício				
Data	Nº do Empenho	Fornecedor	Motivo	Valor





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

Total				

VII - Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios: **Facultativo**

	Regime Geral	Regime Especial	Total
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Mai			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
Total			

VIII - Em relação ao desempenho da arrecadação: **Facultativo**

a) Demonstrativo da Dívida Ativa do Município	
Saldo do ano anterior	
Atualizações	
Recebimentos	
Cancelamentos (relação custo benefício da cobrança)	
Renúncia Fiscal	
Saldo em 31-12	

b) Das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor:	
Quantidade de ações ajuizadas	
Valor ajuizado até o final do exercício	

c) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância:	
Saldo da Dívida Ativa	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

Janeiro	
Fevereiro	
Março	
Abril	
Mai	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	

d) Das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições:

e) Das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;

f) Do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no Art. 14 § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Lei que concedeu a renúncia de receita no exercício	Espécie	Público alvo	Valor concedido de renúncia
Total			

g) Dos créditos baixados em razão de prescrição:

Data da prescrição	Gestor à época da prescrição	Valor prescrito
Total		

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:



a) Despesas com pessoal e operações de crédito e endividamento:

DESPESA DE PESSOAL	
1. Total da Receita Corrente Líquida	14.923.910,86
2. Total da Despesa com Pessoal Ativo	6.562.404,92
3. Total da Despesa com Inativos e Pensionistas	0,00
4. Valor Contratos Terceirização (Art. 18 da LRF)	0,00
5. Total das Despesas com Pessoal Executivo	6.562.404,92
6. Percentual Aplicado Executivo	43,97%
7. Limite Legal Permitido (art. 20 da LRF - 54%)	8.058.911,86
8. Limite Prudencial (art.22 da LRF - 51,3%)	7.655.966,27
9. Diferença em Valor do Limite Permitido	7.253.020,67
10. Diferença em Percentual do Limite Permitido	-10,03%
11. Total das Despesas com Pessoal Legislativo	489.670,06
12. Percentual Aplicado Legislativo	3,28%

Analisando a tabela acima, constata-se que as Despesas Líquidas realizadas com Pessoal do Poder Executivo, no valor total de R\$ 6.562.404,92, o que equivale a **43,97% da Receita Corrente Líquida** arrecadada até o período em exame, demonstra que o município está CUMPRINDO OS LIMITES de pessoal estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal, combinado com o disposto no artigo 20, III alíneas a e b, da Lei Complementar nº 101, - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante destes números, o município não está obrigado a adotar as medidas enunciadas no Parágrafo Único, incisos I a V, do Artigo 22 da LRF, pois sequer atingiu o limite prudencial de 51.3% da RCL.

Entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A despesa total será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo somaram R\$ 489.670,06, o equivalente a 3,28% das receitas correntes líquidas, portanto abaixo dos limites, prudencial e total de 5,7% e 6% estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O MUNICÍPIO NÃO POSSUI OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO.

b) Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

DESCRIÇÃO	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	11.323.610,00	16.213.345,23	4.889.735,23
Receitas Primárias (I)	11.318.610,00	15.778.054,41	-4.459.444,41
Despesa Total	16.284.961,01	16.099.179,12	-185.781,89
Despesas Primárias (II)	16.284.761,01	16.099.179,12	-185.581,89
Resultado Primário (III) = (I – II)	15.100,00	-321.124,71	-306.024,71
Resultado Nominal	143.001,13	-111.643,66	31.357,47
Dívida Pública Consolidada	0	0	0
Dívida Consolidada Líquida	0	-1.654.644,79	-1.654.644,79

O resultado da execução orçamentária do Município de Riqueza apresentou os seguintes valores um Superávit de R\$ 114.166,11, o Superávit representa 0,70% da receita realizada, que somou R\$ 16.213.345,23, ou seja, existe equilíbrio financeiro adequado. Observando que os pequenos municípios se mantêm em função das



transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público, basicamente dos governos Federal e Estadual que representam a maioria das receitas arrecadadas.

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do ente estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias (total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações) e o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos) são capazes de suportar as Despesas Primárias (total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido).

Da análise comparativa entre a meta de Resultado Primário estabelecida na LDO com o efetivamente ocorrido até a presente data, constata-se que houve o cumprimento da meta, conforme demonstração acima.

O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior (comparativo do estoque da dívida do período em análise com o mesmo estoque da dívida do exercício anterior).

Da análise comparativa entre a meta de Resultado Nominal prevista na LDO com o ocorrido até a presente data, constata-se que houve o cumprimento da meta, conforme demonstrativo acima.

X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art. ; do ADCT:

O município, aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o **Montante de R\$ 2.098.845,30, equivalente a 17,67%** da receita proveniente de impostos e transferências no período, evidenciando assim, que **CUMPRIU** o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

O município **CUMPRIU** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25%, da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino, **Aplicação de 28,99% em Gastos na Educação**

Com relação às despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com o pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o município **aplicou 95,71% da sua Receita do FUNDEB**, ou seja, **CUMPRIU** o disposto no Artigo 60, § 5º, do ADCT - Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006.

XI - Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação: **Facultativo**

DESPESAS POR MODALIDADE - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo II, Item XI)				
Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Exercício:
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual (A + B + C)
	Concorrência			
Tomada de Preços				
Convite				
Concurso				
Pregão Presencial				
Pregão Eletrônico				
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)				
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)				
Inexigibilidade de Licitação				
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)				
Total				

XII - Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo: **Facultativo**

XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizadas, com indicação do valor anual; **Facultativo**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

XIV - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual; **Facultativo**

QUADRO DE PESSOAL - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo II, Itens XII, XIII, XIV)					
Vínculo (24)	Quantidade no Início do Exercício (25)	Ingressos no Exercício (26)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/Aposentadorias/Falecimentos/Outros)	Exercício:	
				Quantidade no Final do Exercício (27)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (28)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (29)					
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (30)					
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (31)					
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Ente (32)					
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (33)					
Servidores contratados por tempo determinado (34)					
Estagiários (35)					
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (36)					
Servidores Cedidos para outras esferas de Governo (37)					
Conselheiros Tutelares (38)					
Total					

NOTAS:

(24) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontra. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(25) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(26) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(27) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(28) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Município. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório **integrantes da folha de pagamento**, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social.

(29) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de disposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(30) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à disposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(31) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

(32) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera municipal, com vínculo efetivo com o Município.

(33) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Município).

(34) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(35) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(36) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Município, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Município.

(37) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permaneça com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(38) Incluir a quantidade de Conselheiros tutelares e a remuneração paga, em conformidade com a Lei (federal) nº 12.696/2012.

XV - Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual; **Facultativo**

Órgão ou Entidade:	
Fornecedor:	
Objeto do contrato:	
Quantidade de postos de trabalho (pessoas)	Função desempenhada pelas pessoas



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

Valores de gastos mensais	
Janeiro	
Fevereiro	
Março	
Abril	
Mai	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	
Total.....	

XVI - Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal: **Facultativo**

Discriminação	Despesa Liquidada Anual
Despesas com publicidade legal (publicação de leis, atos administrativos, licitações etc.)	
Demais despesas com publicidade e divulgação contratadas com terceiros (campanhas de esclarecimento, divulgação de eventos, divulgação ou publicidade de programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos)	
Total	

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

O município de Riqueza, através do convenio nº 23034.009370/2014-24, assinado no dia 03/11/2016, com o FNDE Programa Par Aquisição de um ônibus Escolar, no valor previsto de R\$ 242.100,00, não recebeu o valor em 2016 e a despesa foi realizada em 29/12/2016, em decorrência ficando em restor a pagar para o ano seguinte.



XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
... discriminar evento ...					
... discriminar evento ...					
... discriminar evento ...					
TOTAL					

NOTAS:

Nos casos onde o mesmo evento resulte em diversos empenhos, as informações das colunas "A", "B" e "C" devem ser repetidas.

NÃO HOUVERAM SITUAÇÃO DE EMERGENCIA OU CALAMIDADE PUBLICA.

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

Exercício:	2013	Processo:	PCP-14/00083300
Administrador:	MANFRIED RUTZEN		
Ressalva ou recomendação			
1 - Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentaria e financeira, de modo a garantir a transparência.			
3 – Recomenda a divulgação da prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos.			
Providências adotadas			
Referente aos itens 1 e 3, os mesmos estão sendo divulgados, inclusive em meios eletrônicos como pode constar no acesso: http://www.riqueza.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/8516 .			
Referente ao item 2, pela falta do Parecer do Conselho Municipal do Idoso, no ano de 2013 pelas dificuldades das realização das reuniões e da própria formação da diretório, onde o mesmo foi orientado para as reunião que estão sendo feitas periodicamente.			

Exercício:	2014	Processo:	PCP-15/00204657
Administrador:	MANFRIED RUTZEN		
Ressalva ou recomendação			
Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentaria e financeira, de modo a garantir a transparência.			



Recomenda a divulgação da prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos.

Providências adotadas

Referente aos itens citados acima, os mesmos estão sendo divulgados, inclusive em meios eletrônicos como pode constar no acesso:

<http://www.riqueza.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/8516>.

Exercício:	2015	Processo:	PCP-16/00079099
Administrador:	MANFRIED RUTZEN		
Ressalva ou recomendação			
Nenhuma ressalva ou Recomendação			
Providências adotadas			

XX - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário: **Facultativo**

Processo	Valor do	Arrecadado	A Arrecadar	Providências
Administrador	Título			

XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Através da Lei nº 0702 de 15 de Junho de 2015, aprovou o plano nº da Lei Municipal de Educação (PME), de Riqueza/SC, em cumprimento do disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 13.005 de 25 de Junho de 2014, trazendo as diretrizes, metas previstas, a execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo, conforme decreto nº 3055 de 1º de Julho de 2016 foi instituído a comissão coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, a agenda de trabalho monitoramento e avaliação do PME possui as etapas definidas nos prazos de 10/07/2016 a 30/09/2017.

XXII - outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.
“Não há informações a prestar”



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA

Ofício - N.º 001/2017

Riqueza (SC), 21 de Fevereiro de 2017.

Excelentíssimo Senhor

RENALDO MUELLER

Prefeito Municipal

RIQUEZA—SC

Senhor Prefeito;

Cumprimentando cordialmente, que faço com muita satisfação, venho através deste informar que o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, reuniu-se no dia 21 de Fevereiro de 2017, para avaliação dos gastos da Educação referente ao exercício 2016, onde se deve obrigatoriamente aplicar 25%, constatou-se que o município de Riqueza aplicou 28,99% dos recursos em Educação.

Analisou-se também os gastos do Fundeb com o magistério, onde o mínimo é 60% e o município aplicou 95,71%.

Após reunião e avaliação o conselho emitiu parecer favorável conforme ata de aprovação em anexo;

Na oportunidade reitero protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente;



SERGIO SCHULZ
Presidente do Conselho Municipal do Fundeb

Municipal de Acompanhamento e Controle Social de Fundos de Manutenção e Desempenho da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para deliberar sobre os seguintes assuntos: Gastos (débitos) com a Educação até junho de 2016 foi de 28,16% para Manutenção e Desempenho de Ensino, onde tivemos até junho uma perda de R\$ 293.067,87 de recurso de Fundeb, onde os gastos com o Fundeb com Magistério etc e Mes de junho igual a 98,55% sendo que o mínimo é de 00%; A aplicação para o desempenho e manutenção de ensino foi de 28,16%; Apresentação dos gastos com o transporte escolar até junho de 2016 e apresentação dos dados do senso escolar 2016, sem data certa no dia 25 de maio de corrente ano. Contou-se com a participação do Contador Juliana Bertolotto que nos repassou os relatórios acima citados. Não havendo mais nada a tratar encerra-se a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Piquiza 24/08/2016/ Eliana Beaus de Silva, Ricieri Frazon-
~~_____~~ Fernanda F. Bernardes, Bruna de Souza,
Julia Roseli Machado.

Ata nº 01/2017

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete às 14:00 hs nas dependências da Secretaria

Municipal de Educação sito a rua João Mari, 55; estiveram reunidas as membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação FUNDEB para analisar os gastos referentes ao exercício do ano de 2016, onde se deve obrigatoriamente aplicar 25%, e constatou-se que o município aplicou 28,99% dos recursos em Educação. Analisou-se também os gastos do FUNDEB com o magistério, onde no mínimo 60% e o município aplicou 95,71%, também foram aplicados 3,38% em outras despesas na manutenção de Ensino Fundamental, após análise o conselho emitiu parecer favorável. O ato continuo se realizara assim que as senhas de acesso ao sistema ^{para} prestação de contas - SIGECON. Não havendo mais nada a tratar encerra-se a presente ata, sendo que após lida e aprovada sera assinada por todos os presentes:

Alexandra M. Mariani, Lédir Orentini, Eliane B.S. Da Paiz Quelel Frumj Cyarda, Silvana TRM,
~~Regina de Fátima~~ Sergio Schulz, ~~Edna~~ Sabina ~~Silvana~~



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
LUIZ EDUARDO CHEREM
CONSELHEIRO PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS-SC

ATRAVÉS DO PRESENTE, EMCAMINHO RESPOSTA CONFORME Ofício Circular TC/DMU 1815/2017.

REF.: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS PARA A EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS PRESTADAS PELO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.

A) Realização de despesas de competência do exercício de 2016, do PODER EXECUTIVO, separando por Unidade Gestora: Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias

A.1) Remeter relação de despesas LIQUIDADAS e **não empenhadas** (inclusive a Parte Patronal do Regime Geral ou Regime Próprio de Previdência, com ou sem termo de parcelamento) de competência do exercício de 2016, em ordem cronológica de data de liquidação, totalizando por fonte de recursos, conforme quadro a seguir:

N.º DO EMPENHO DA DESPESA*	CREDOR	N.º COMPROVANTE DA DESPESA	DATA DA LIQUIDAÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA DESPESA	CÓDIGO DA FONTE DE RECURSOS (utilizar a tabela de fonte do TCE/SC)	VALOR DAS DESPESAS NÃO EMPENHADAS
Subtotal (por código de Fonte de recurso)						
“Não há valores a informar”						
TOTAL						

*Preencher esse campo se já foi empenhado em 2017.

A.2) Remeter relação de despesas LIQUIDADAS e **empenhadas** (inclusive a Parte Patronal do Regime Geral ou Regime Próprio de Previdência, com ou sem termo de parcelamento) de competência do exercício de 2016, **que foram canceladas e conseqüentemente não inscritas em Restos a Pagar ao final do exercício**, em ordem cronológica de data de empenho, totalizando por fonte de recursos, conforme quadro a seguir:

Nº DO EMPENHO DA DESPESA	DATA DA EMISSÃO	DATA DO CANCELAMENTO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO DA FONTE DE RECURSOS (utilizar a tabela de fonte do TCE)	VALOR DAS DESPESAS EMPENHADAS E CANCELADAS
--------------------------	-----------------	----------------------	---------------------	---	--

Subtotal (por código de Fonte de recurso)					
“Não há valores a informar”					
TOTAL					

B) Contabilização do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2017

B.1) Informar nos termos do quadro abaixo a contabilização referente ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2017 que foi recebido em 2016 e registrado como receita orçamentária:

Código da Natureza da Receita	Código da Destinação de Recursos (usar Tabela TCE)	Valor Arrecadado
....		
....		
Subtotal (por código de Fonte de recurso)		
..... “Não há valores a informar”		
Total Geral		

OBS:

NÃO HÁ VALORES A INFORMAR REFERENTE AS UNIDADES: CAMARA DE VEREADORES, PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE RIQUEZA.

Riqueza, 29 de Março de 2017

IVAN GRUNEVALD
CONTROLADOR INTERNO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
LUIZ EDUARDO CHEREM
CONSELHEIRO PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS-SC

ATRAVÉS DO PRESENTE, EM CAMINHO RESPOSTA CONFORME Ofício Circular TC/DMU
1814/2017.

REF.: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS PARA A EMISSÃO DE
PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS PRESTADAS PELO PREFEITO MUNICIPAL
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.

ANEXO 1

Repasse de recursos dos Municípios aos Consórcios Públicos de SAÚDE-
Contrato de Rateio

Repasse realizados em 2016

N. nota de empenho	Valor NE (PAGO)	Valor Contrato Rateio	N. Contrato de Rateio	Ano do Contrato de Rateio
55/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
104/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
247/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
372/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
419/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
549/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
660/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
792/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
893/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
1039/2016	6.097,60	73.171,20	01/2016	2016
Total	60.976,00			

*Subtotal: discriminar por contrato de rateio

Inscrição em Restos a Pagar na Prefeitura no exercício de 2016 em razão
dos repasses previstos nos contratos de rateio de SAÚDE e não efetuados

N.º Nota de Empenho	Código da especificação o por Fonte de Recurso (TCE)	Valor dos Restos a Pagar Processados	Valor dos Restos a Pagar Não Processados	N. Contrato de Rateio	Ano do contrato de rateio

“Não há valores a informar”					

***Subtotal: discriminar o subtotal por contrato de rateio.**

ANEXO 2

Prestação de Contas dos Consórcios Públicos de SAÚDE – Contrato de Rateio

Aplicação no exercício de 2016 dos recursos recebidos dos Municípios

Valor empenhado	Valor liquidado	Valor Pago	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	N. Contrato de Rateio	Ano do contrato de rateio	Devolução
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
6.097,60	6.097,60	6.097,60	102	01/2016	2016	
		6.097,60	102	01/2016	2016	
Total	60.976,00	60.976,00				

***Subtotal: discriminar por contrato de rateio**

Inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2016, no Consórcio de Saúde, por Contrato de Rateio

Restos a Pagar Não Processados	Restos a Pagar Processados	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	N. Contrato de Rateio	Ano do contrato de rateio

“Não há valores a informar”				

***Subtotal: discriminar por contrato de rateio**

Riqueza, 29 de Março de 2017

**IVAN GRUNEVALD
CONTROLADOR INTERNO**



BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

INGRESSOS

	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	14.482.897,91
Ordinária	10.920.651,19
Vinculada	3.562.246,72
Transferências Financeiras Recebidas (II)	160.029,69
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	160.029,69
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.056.497,37
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	700,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	249.662,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	806.134,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	1.440.578,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.440.578,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	17.140.003,14





BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)	11.907.564,54
Ordinária	8.135.664,46
Vinculada	3.771.900,08
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	2.888.913,44
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	2.888.913,44
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	963.396,86
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.522,45
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	154.740,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	806.134,41
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	1.380.128,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.380.128,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	17.140.003,14




Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	8.394.890,10
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.983.316,88
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.782.031,75
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	13.160.238,73
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	13.807,16
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	126.469,98
	09 - FIA Imposto de Renda	15.836,13
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	3.514,51
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	2.542,73
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	6.401,34
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	974.707,04
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	646.288,43
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	290.497,39
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	964.985,03
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	74.761,94
	36 - Salário-Educação	192.825,36
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	117.852,72
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	179.917,00
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	3.610.406,76
	TOTAL GERAL (I + II)	16.770.645,49



Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	8.911,84
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.228.448,59
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.227,11
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	2.239.587,54
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2.145,46
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	46.014,58
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	48.160,04
	TOTAL GERAL (I + II)	2.287.747,58




Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	6.759.150,31
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.376.514,15
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	8.135.664,46
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	13.753,50
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	140.976,59
	09 - FIA Imposto de Renda	6.900,00
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	1.350,00
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	1.301,68
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	12.463,00
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.551.463,36
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	59.608,76
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	432.449,47
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	906.782,78
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	136.653,19
	36 - Salário-Educação	215.569,70
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	119.214,49
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	173.413,56
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	3.771.900,08
	TOTAL GERAL (I + II)	11.907.564,54


Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	782.610,42
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	782.610,42
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	70,95
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	15.321,01
	09 - FIA Imposto de Renda	19.105,28
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	23.333,62
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	13.457,60
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	18.010,80
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.745,80
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	176.955,94
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	111.700,26
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	179.036,92
	36 - Salário-Educação	91.749,18
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	2.973,88
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	1.506,51
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	657.967,75
	TOTAL GERAL (I + II)	1.440.578,17





Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.5.1.04.00 a	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS	
1.1.3.5.1.08.00	ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.5.1.04.00 a	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS	
1.1.3.5.1.08.00	VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	




Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Saldos em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	1.781.202,49
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-621.645,86
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	-319.842,72
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	839.713,91
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124,61
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	814,40
	09 - FIA Imposto de Renda	28.041,41
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	25.498,13
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.698,65
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	11.949,14
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	-576.756,32
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	591.425,47
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	124.958,40
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	123.887,93
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	117.145,67
	36 - Salário-Educação	69.004,84
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.612,11
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	8.009,95
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	540.414,39
	TOTAL GERAL (I + II)	1.380.128,30



**Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)**

Saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.5.1.04.00 a	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS	
1.1.3.5.1.08.00	ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.5.1.04.00 a	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS	
1.1.3.5.1.08.00	VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.380.128,30	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Créditos a Curto Prazo		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Créditos Tributários a Receber	146.889,43	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Créditos de Transferências a Receber	242.100,00	Provisões a Curto Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Demais Obrigações a Curto Prazo
Dívida Ativa Tributária		
Dívida Ativa Não Tributária		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		
Títulos e valores mobiliários		
Investimento do RPPS		
Aplicações em segmentos de Imóveis		
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias		
Estoques	0,00	
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo		Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo
Créditos a Longo Prazo		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Créditos Tributários a Receber		Fornecedores a Longo Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Provisões a Longo Prazo
Dívida Ativa Tributária	81.127,49	Provisões Matemáticas Previdenciárias
Dívida Ativa Não Tributária	258.025,89	Demais Provisões a Longo Prazo
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		Demais Obrigações a Longo Prazo
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		Resultado Diferido
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		
Estoques		
VPD Pagas Antecipadamente		
Investimentos		
Participações Permanentes		TOTAL DO PASSIVO
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente		
Propriedades para Investimento		





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

(-) Depreciação acumulada de Investimentos		Patrimônio Social e Capital Social
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
Investimento do RPPS de Longo Prazo		Reservas de Capital
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Demais Investimentos Permanentes		Reservas de Lucros
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais		Demais Reservas
Imobilizado		Resultados Acumulados
Bens Móveis	9.146.243,05	Resultado do Exercício
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis		Resultado de Exercícios Anteriores
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis		Ajustes de exercícios anteriores
Bens Imóveis	15.091.008,36	outros Resultados
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis		(-) Ações/Cotas em Tesouraria
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis		
Intangível		
Diferido		
TOTAL		TOTAL





QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
ATIVO	
ATIVO FINANCEIRO	1.380.128,30
ATIVO PERMANENTE	24.965.394,22
PASSIVO	
PASSIVO FINANCEIRO	250.362,96
PASSIVO PERMANENTE	850.563,77
SALDO PATRIMONIAL	





QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício
Garantias e Contragarantias Recebidas		Garantias e Contragarantias Concedidas	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	
Direitos Contratuais		Obrigações Contratuais	
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	
TOTAL		TOTAL	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

Destinação de Recursos	Superáv Fi
00 - Recursos Ordinários	1.777
01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-62
02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	-31
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	
09 - FIA Imposto de Renda	2
10 - Convênio de Trânsito - Militar	2
11 - Convênio de Trânsito - Civil	1
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	1
18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	-57
19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	59
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-11
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	12
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	11
36 - Salário-Educação	6
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (420 / Prefeitura Municipal de Riqueza)

Competência: 06/2016

62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação

TOTAL

1.12





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA

PARECER DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE RIQUEZA-SC

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) de Riqueza/SC, em atendimento as exigências legais, conforme o artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 e Instrução Normativa do TCE/SC IN 20/2015, exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, em especial ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, reuniu-se no dia 26 de Abril de 2017 às 09:00 hrs, junto a Secretaria Municipal de Educação, para avaliação dos gastos com Alimentação Escolar referente ao exercício 2016, onde foram demonstrados as Receitas e Despesas com o PNAE no ano de 2016.

Após análise e discussão o Conselho de Alimentação Escolar emitiu Parecer favorável a aprovação conforme ata em anexo, também aprovou os demonstrativos junto ao Sistema SIGECON;

Este parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar, tanto pelo conselho municipal quanto pelos demais órgãos superiores de fiscalização.

Riqueza-SC, 26 de Abril de 2017

FERNANDA FURLANETTO BERNARDO
Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

final do CAE quanto a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar ano de 2015. Foi analisado o Demonstrativo da Execução de receitas e despesas, deste ano, ficando assim aprovado pelos presentes e registrado em ata e sistema SIGECON. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata que vai por mim e os demais assinada.

Riqueza, 12 de Abril de 2016. Francine Lada Reese Berger, ~~Alleio~~ ~~Cont~~ ~~Lemanda Bernardo~~, Maria Dor ~~Roseli Machado~~, ~~Juv. Breda Jul~~
Ata n.º 0011/2017

Reuniram-se aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete às nove horas na secretária municipal de educação do município de Riqueza - SC os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar para realizar a análise dos contas e parecer final do CAE quanto a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar ano de 2016. Foi analisado o Demonstrativo da Execução de receitas e despesas, deste ano, ficando assim aprovado pelos presentes e registrado em ata e no sistema SIGECON. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata que vai por mim e os demais assinada. Riqueza, 26 de abril de 2017

Coordenadora Serapim. M^{te} Aparecida Dörr, ~~Lemanda Bernardo~~, ~~Marina Breda~~



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9

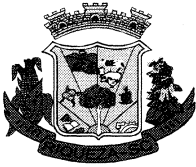
PROCESSO Nº: @PCP 17/00148866
INTERESSADO: Manfred Rutzen
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Riqueza

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 134 à 136.

Florianópolis, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR DE MELO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social de Riqueza/SC, em atendimento as exigências legais, conforme previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993; e Instrução Normativa do TC 20/2015, vem através deste emitir parecer de **aprovação dos gastos do respectivo fundo especial no ano de 2016**, incluindo a verificação do cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor.

O Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais. Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

Este parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar, tanto pelo conselho municipal quanto pelos demais órgãos superiores de fiscalização.






Riqueza-SC, 24 de Abril de 2017

SOLDI BARON DRUMM
Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

Ata nº 01/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2017, reuniram-se nas dependências do Setor Social, os membros do CMAS para analisar a prestação de contas do exercício de 2016; a prestação de contas dos recursos repassados do Fundo Estadual de Assistência e assuntos diversos. A reunião começou com a apla do Contador da Prefeitura que apresentou uma planilha com os gastos dos recursos do FEAS ao FMAS. Explicou que os recursos foram gastos com benefícios essenciais (auxílio funeral) e na Prestação Social Básica (CRAS). Também explicou sobre os gastos com os recursos do Governo Federal. Após análise das prestações de contas o CMAS aprovou por unanimidade os mesmos, dando que desta aprovação o CMAS emitiu a resolução nº 01/2017.

Dando sequência a reunião, a Assistente Social Sueli St. Tacemm apresentou também o Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal, que também foi aprovado por unanimidade, através da resolução nº 02/2017. A seguir foi falado sobre assuntos e diversos e em especial sobre a Conferência de Assistência Social que deverá acontecer até julho de 2017. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente ata. Riqueza/SC, 24 de abril de 2017.

Sueli St. Tacemm, Valdete   
 A.  Sueli Tacemm Zenilda Weber



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9

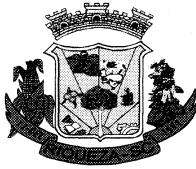
PROCESSO Nº: @PCP 17/00148866
INTERESSADO: Manfred Rutzen
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Riqueza

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 137 à 139.

Florianópolis, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR DE MELO



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E RIQUEZA

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIQUEZA - SC

O Conselho Municipal de Saúde de Riqueza/SC, em atendimento as exigências legais, colegiado que atua, em caráter permanente e deliberativo, na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive no que tange aos aspectos econômicos e financeiros.

As finalidades estão definidas para garantir a participação regular do cidadão na elaboração das diretrizes gerais da política de Saúde, formulação das estratégias de implementação das políticas de saúde e no controle sobre a execução das políticas e ações de saúde. Embasamento legal conforme o § 1º do Art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, art. 33 da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, regulamentação própria deste município e normas do Ministério da Saúde.

Reuniu-se no dia 11 de Abril de 2017 às 16:00 hrs, junto a Secretaria Municipal de Saúde o Conselho Municipal de Saúde de Riqueza/SC (CMS), para avaliação da Aplicação dos recursos da saúde relativamente ao exercício financeiro de 2016, na apreciação dos relatórios apresentados para fins de Prestação de Contas Anual do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde de Riqueza/SC, é de parecer pela **Aprovação das contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde**, relativas ao exercício de 2016, para todos os fins legais.

Conforme abordagem, até onde os exames puderam alcançar, do cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento de aplicação financeiras, no exercício de 2016, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela EC 29/00, destinadas as ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas as normas.

Este parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar, tanto pelo conselho municipal quanto pelos demais órgãos superiores de fiscalização.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E RIQUEZA

Riqueza-SC, 11 de Abril de 2017

Cynthia R. Ferraboli

CYNTHIA RAQUEL FERRABOLI
Presidente do Conselho Municipal de Saude

ATA 02/2017

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às dezesseis horas, reuniram-se na sala de reuniões anexa a Unidade Básica de Saúde de Riqueza, os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde, Cynthia Raquel Ferraboli (presidente), Caroline Simionato (vice-presidente), Rogerio de Melo (vice-secretário), Juliano Bortolanza, Gerson Zimmer, Rosimeri Bordignon, Ever Tamayo, Carmem Elesbão, Dervilio Batistti, Zeniro Polhmam, Romoaldo Ferraboli e Nilce Cecon e os seguintes trabalhadores da Secretaria de Saúde e Administração, Alexandre Schenatto (Secretário), Sinara Chiesa (Diretora), Caroline Serafini e Ivan Grunevald. A reunião foi presidida pela senhorita Cynthia Ferraboli e secretariada por mim, Rogério de Melo, para tratar da seguinte ordem do dia, conforme convite, expedido a todos os membros do Conselho com data 03 de abril do corrente ano: a) Apresentação do Relatório Quadrimestral e Aprovação das contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde; b) Plano de Ação de Vigilância Sanitária; c) Alteração na Lei e Regimento Interno; d) Novos conselheiros; e e) Mudança da Rede de Atenção Psicossocial CAPS. Os participantes da reunião foram recepcionados pela Presidente e o Secretário de Saúde. Referente a pauta a) Apresentação do Relatório Quadrimestral e Aprovação das contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde, Cynthia passou a palavra para o Contador Juliano, qual discorreu sobre o Orçamento Público em Saúde, assim analisou-se também, os gastos com a saúde no exercício de 2016, onde o mínimo é 15%, e o município aplicou 17,67%; os conselheiros aprovaram esses gastos. Sobre a pauta b) Plano de Ação de Vigilância Sanitária 2017/2019 do município de Riqueza, passou-se a responsável pelo setor, Francieli Pesamosca, que discorreu sobre o objetivo e ações do plano; os conselheiros aprovaram sem nenhuma restrição. Cynthia colocou sobre c) Alteração na Lei e Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, onde a alteração da Lei que já vinha sendo discutida em muitas reuniões foi aprovada. Dessa maneira, já se passou para a pauta d) Novos conselheiros, ficou decidido a escolha dos novos conselheiros, onde vai ser amplamente divulgada, para que os grupos da sociedade possam saber e indicar representantes. Com relação a pauta e) Mudança da Rede de Atenção Psicossocial, Cynthia explicou que agora a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS) será Mondai, o motivo da alteração, foi a proximidade de Mondai, pois isso expõe menos os pacientes. A senhorita presidente solicitou a leitura da ata da reunião anterior. Após a leitura, como não houve emendas ou ressalvas, foi ela aprovada por unanimidade.

Caroline Serafini, Francieli Pesamosca, Gerson Zimmer, Romoaldo Ferraboli, Zeniro Polhmam, Ever Tamayo, Carmem Elesbão, Dervilio Batistti, Sinara Chiesa, Alexandre Schenatto, Cynthia Ferraboli, Rogério de Melo, Nilce Cecon, Ivan Grunevald, Sinara Chiesa, Rosimeri Bordignon.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9

PROCESSO Nº: @PCP 17/00148866
INTERESSADO: Manfred Rutzen
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Riqueza

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 140 à 143.

Florianópolis, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR DE MELO



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E RIQUEZA

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE RIQUEZA - SC

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Reuniu-se no dia 24 de Abril de 2017, para avaliação dos gastos no ano de 2016 com a manutenção da pessoa idosa. Após a reunião e avaliação o conselho emitiu parecer favorável conforme ata de aprovação em anexo;

Este parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar, tanto pelo conselho municipal quanto pelos demais órgãos superiores de fiscalização.

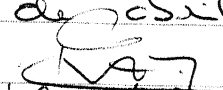
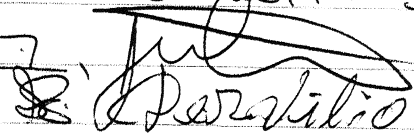
Riqueza-SC, 24 de Abril de 2017

Ricieri Provensi

RICIERI PROVENSI
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Ata nº 01/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de 2017, reuniram-se nos dependências do Setor Social, os membros do CMS para analisar a prestação de contas do exercício de 2016. Dando início a reunião a Assistente Social falou sobre a importância da análise da prestação de contas dos recursos gastos com a pessoa idosa e a seguir passou a palavra para o contador da Prefeitura que apresentou a prestação de contas de 2016. Após análise da prestação, o CMS aprovou por unanimidade a mesma, através da resolução nº 01/2017. Dando sequência a reunião, a Assistente Social Sueli H. Tramm apresentou o Plano de Ação e de Aplicações para o ano de 2017, que também foi analisado e aprovado por unanimidade. A seguir foi falado sobre assuntos diversos. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente ata.

Riqueza/SC, 24 de abril de 2017. Sueli H. Tramm
 Valdete L.  Cleiva Hoffmann
 Bernadete Wolfart  Perivaldo Battist
 Rosa Serofim



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9

PROCESSO Nº: @PCP 17/00148866
INTERESSADO: Manfred Rutzen
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Riqueza

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 144 à 146.

Florianópolis, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR DE MELO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais. Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em atendimento as exigências legais, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990, Reuniu-se no dia 24 de Abril de 2017 às 13:30 hrs, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, para avaliação da Aplicação dos recursos do FIA – Fundo de Infância e da Adolescência, relativamente ao exercício financeiro de 2016, na apreciação dos relatórios apresentados para fins de Prestação de Contas Anual do exercício de 2016, do Fundo de Infância e da Adolescência de Riqueza/SC, é de parecer pela **Aprovação das contas de Gestão do Fundo de Infância e Adolescência**, conforme trata seu plano de ação e plano de aplicação relativas ao exercício de 2016, para todos os fins legais.

Riqueza-SC, 24 de Abril de 2017

MARINA ARALDI

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

pedido de afastamento do cargo de conselheiro Tutelar para concorrer ao cargo político nas Eleições Municipais 2016, e que em seguida a mesma foi comunicada pela administração.

A presidente Sra. Marina informou ainda que irá consultar a Assessoria jurídica quais os procedimentos a serem adotados a partir de agora, se convocar novos conselheiros ou se é possível permanecer com apenas três conselheiros, e irá informar a este conselho os demais procedimentos. Com seguida passou-se aos assuntos diversos. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente Ata que após lida e se aprovada será assinada por todos os presentes. Riqueza, SC, 01 de julho de 2016. Graciele R. Bizello, Presidente
Roseli Mackroy, Marina Analdi, Cynthia R. Ferebely, Assessora
Naura P. V. Desingini, Assessora Nábia Sutil Assessora

Ata nº 03/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2017, reuniram-se nas dependências do Setor Social os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para juntos analisar a prestação de contas dos recursos do FIA, referente ao ano de 2016. Também será apresentado o Plano de Ação e de Aplicações do CMDCA para o ano de 2017. Também será analisado com o Conselho propostas para o mês de maio em alusão ao dia de Combate e exploração sexual infantil Juvenil. Dando início a reunião o Contador da Prefeitura, o senhor Juliano Bortolanza fez a explanação da prestação de contas com os recursos do FIA do ano de 2016.

Após a explicação do orçamento, os membros da EMDECA aprovaram por unanimidade o orçamento do JIA do orçamento 2016, saindo a avaliação no 01/2017. Quanto ao Plano de Ação e de Aplicação pl ano de 2017 Também foi aprovado e sugerido que os membros tragam sugestões de ações a serem desenvolvidas no decorrer do ano. Com relação a uma atividade na semana do mês de maio, foi combinado que será feita uma atividade que será organizada posteriormente. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente ata. Riqueza, 24 de abril de 2017. Sua Exatidão, *[assinatura]*

[assinatura] Maringbaldi, *[assinatura]*
Dyssia R. Favaletti *[assinatura]*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9

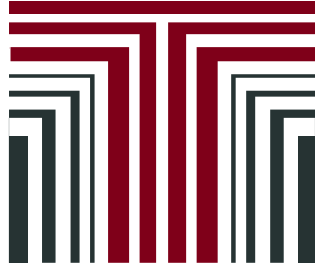
PROCESSO Nº: @PCP 17/00148866
INTERESSADO: Manfred Rutzen
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Riqueza

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 147 à 150.

Florianópolis, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR DE MELO



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2016



Município de Riqueza

Data de Fundação – 12/12/1991

População: 4.705 habitantes (IBGE - 2016)

PIB: 99,83 (em milhões)
(IBGE - 2014)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias.....	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	14
4.1. Situação Patrimonial.....	14
4.2. Análise do resultado financeiro.....	15
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira.....	18
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	21
5.1. Saúde.....	21
5.2. Ensino.....	23
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	23
5.2.2. FUNDEB.....	24
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo.....	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo.....	30
6. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	31
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB).....	32
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS).....	33
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	36
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).....	37
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE).....	37
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa).....	39

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	39
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF.....	44
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016.....	49
CONCLUSÃO	50
ANEXO	52
APÊNDICE.....	53

PROCESSO	PCP 17/00148866
UNIDADE	Município de Riqueza
RESPONSÁVEL	Sr. Manfred Rutzen - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2016
RELATÓRIO N°	953/2017

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Riqueza, relativas ao exercício de 2016.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2016 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Riqueza, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 14/08/2017 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

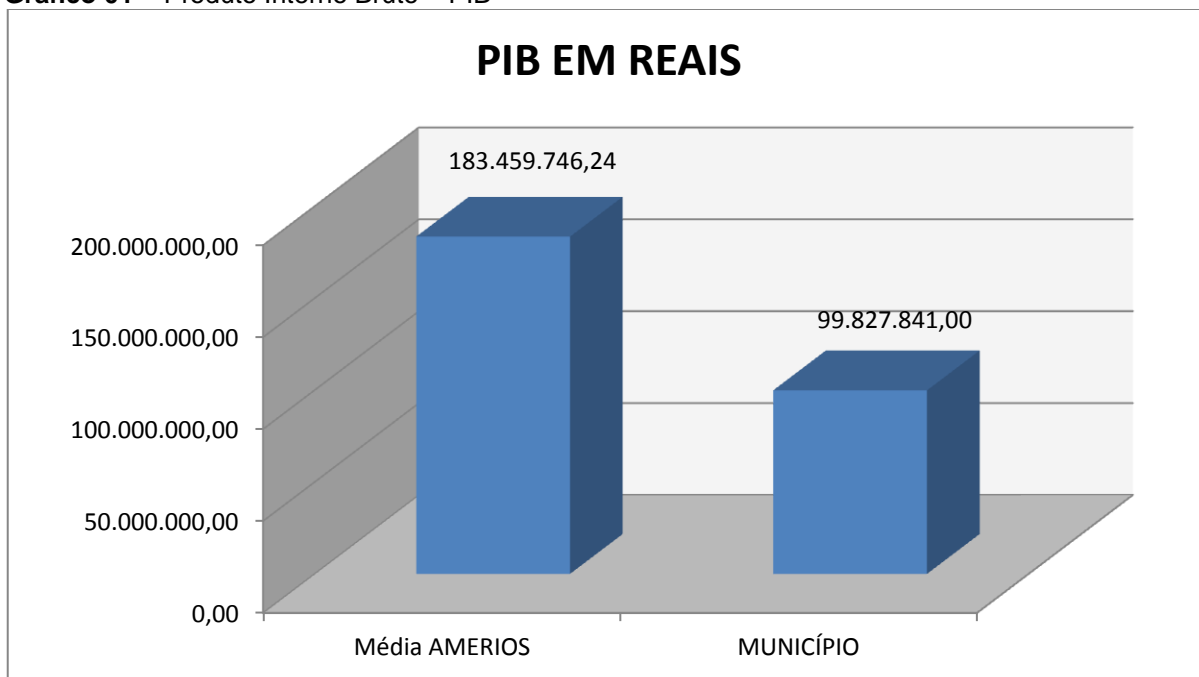
exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Riqueza tem uma população estimada em 4.705¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,71². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 99.827.841,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 20.906,35, considerando uma população estimada em 2014 de 4.775 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

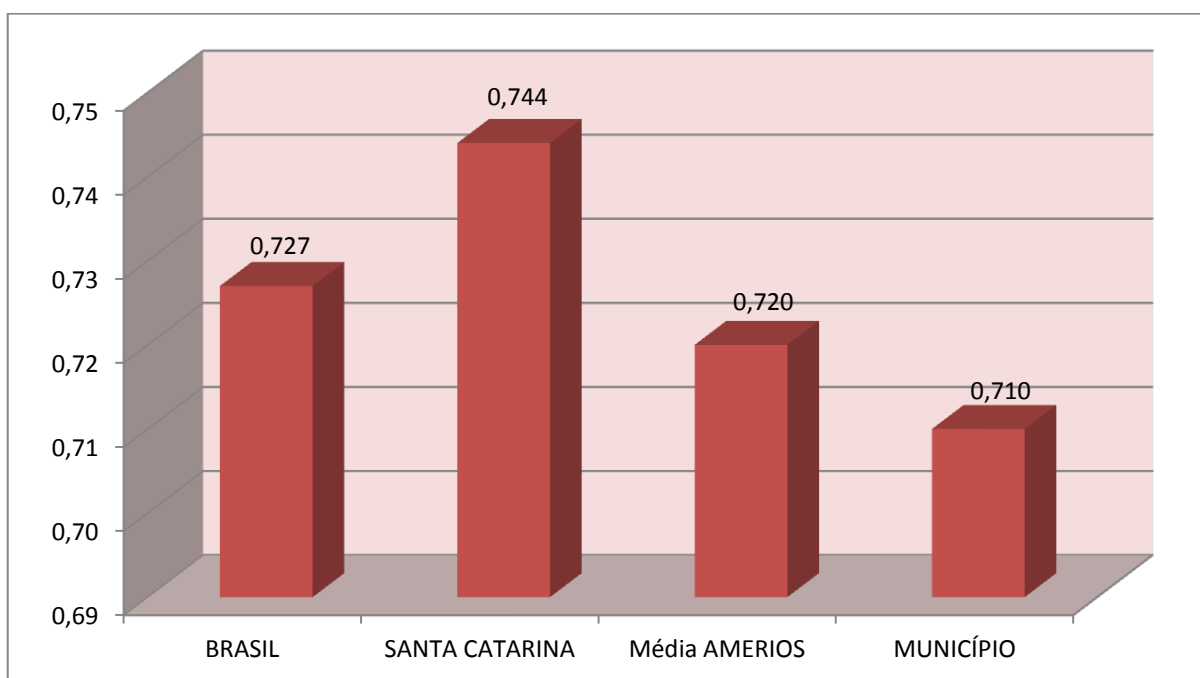
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Riqueza encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

¹ IBGE - 2016

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2014



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	640/2013	26/08/2013		11.323.610,00
LDO	711/2015	29/09/2015	DESPESA FIXADA	11.323.610,00
LOA	712/2015	29/09/2015		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 113.466,11**, correspondendo a **0,70%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 113.466,11, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 153.550,38 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 267.016,49.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2016

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	11.323.610,00	16.213.345,23	143,18
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	16.284.961,01	16.099.879,12	98,86
Superávit de Execução Orçamentária		113.466,11	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Riqueza nos últimos 5 anos:

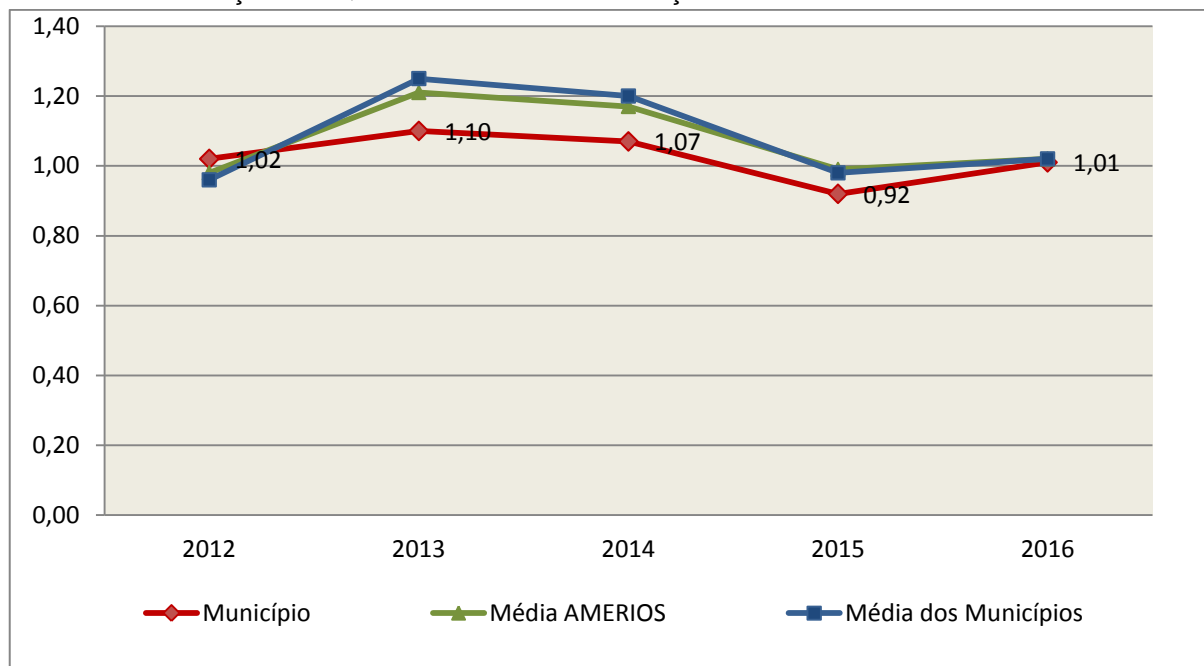
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2012-2016

ITENS / ANO		2012	2013	2014	2015	2016
1	Receita realizada	12.748.730,06	12.036.840,86	15.077.053,10	14.838.687,78	16.213.345,23
2	Despesa executada	12.499.301,67	10.991.765,09	14.039.805,99	16.156.803,27	16.099.879,12
QUOCIENTE		2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	1,10	1,07	0,92	1,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 16.213.345,23**, equivalendo a **143,18%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

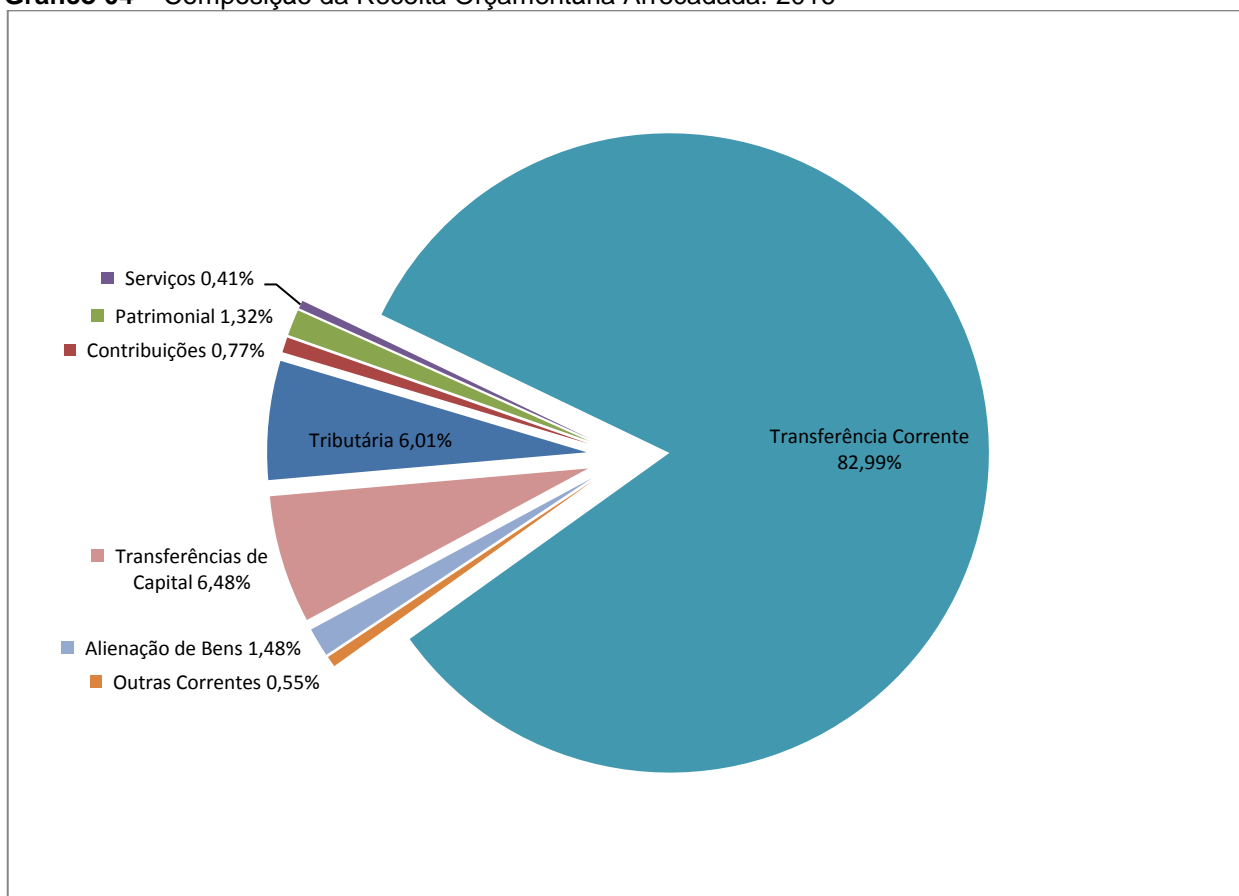
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2016

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	619.320,00	974.408,97	157,34
Receita de Contribuições	72.000,00	124.946,23	173,54
Receita Patrimonial	15.000,00	214.031,62	1.426,88
Receita de Serviços	60.000,00	66.511,35	110,85
Transferências Correntes	10.537.190,00	13.454.692,61	127,69
Outras Receitas Correntes	20.100,00	89.320,08	444,38

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
RECEITA CORRENTE	11.323.610,00	14.923.910,86	131,79
Alienação de Bens	-	239.150,00	-
Transferências de Capital	-	1.050.284,37	-
RECEITA DE CAPITAL	0,00	1.289.434,37	
TOTAL DA RECEITA	11.323.610,00	16.213.345,23	143,18

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2016

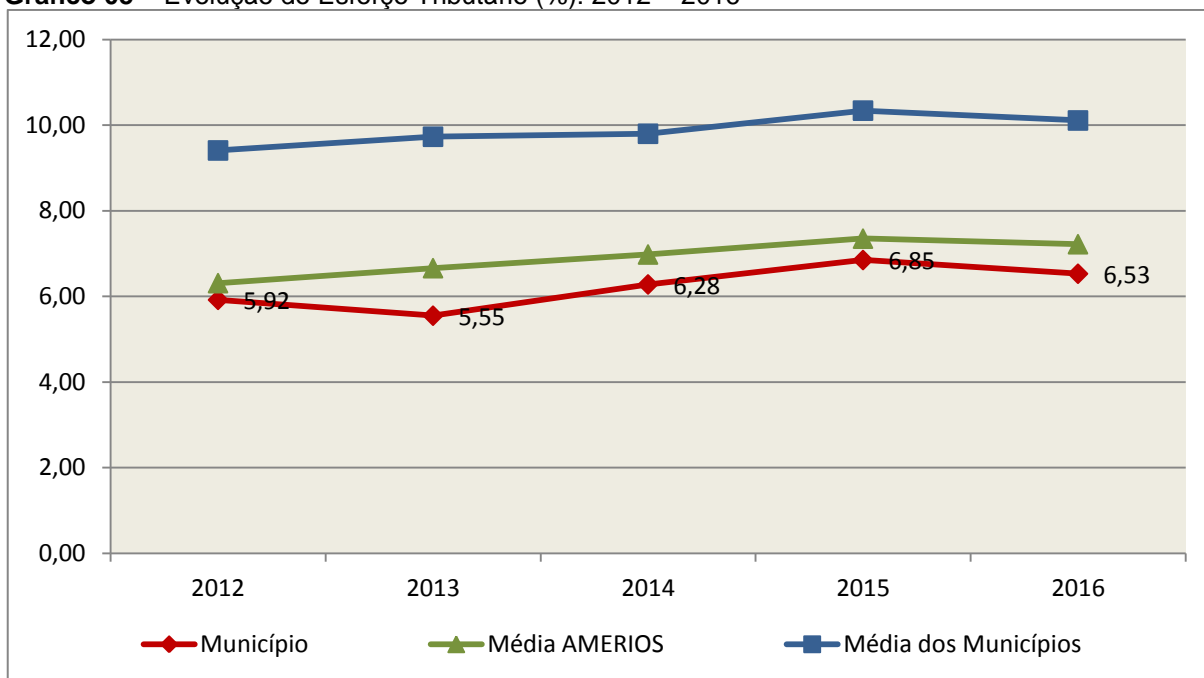


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **82,99%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2012 – 2016

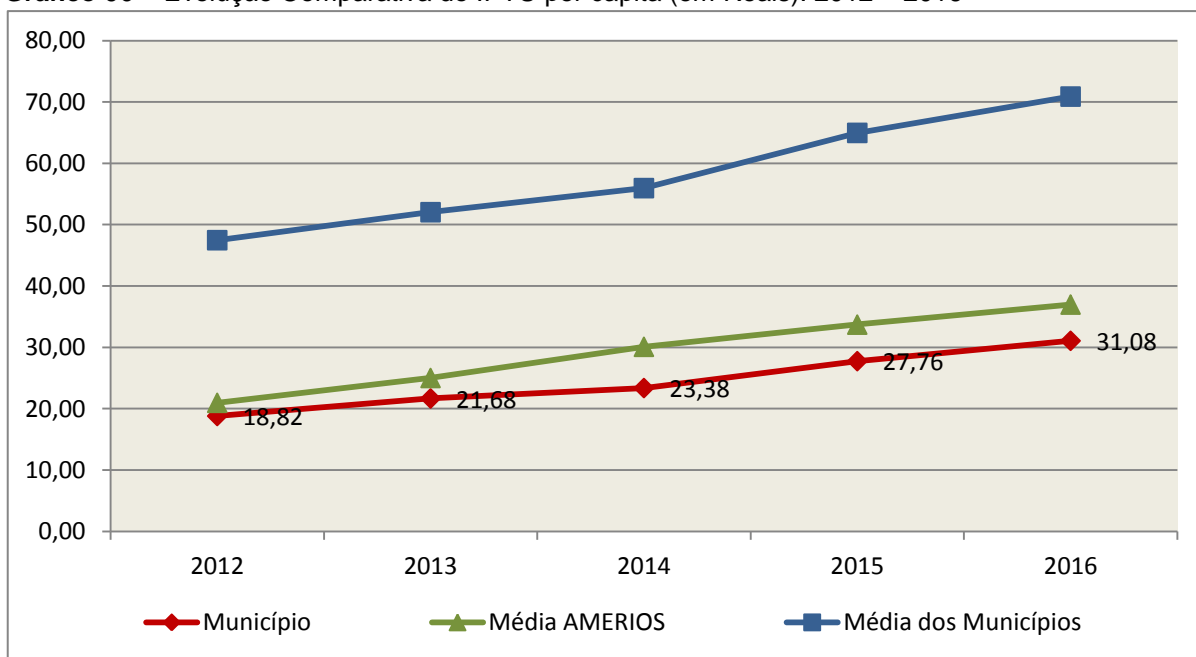


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

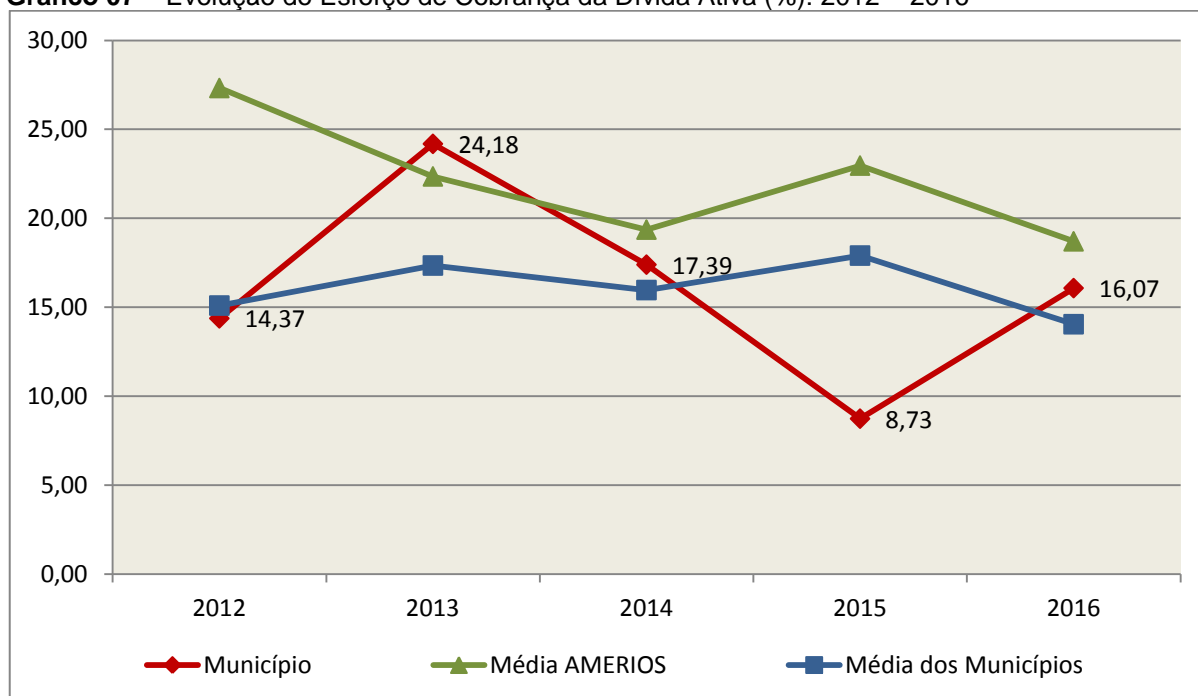
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2016

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
262.305,39	218.511,00	42.165,24	99.497,77	339.153,38

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	690.000,00	629.236,39	91,19
04-Administração	1.998.814,00	1.986.543,11	99,39
08-Assistência Social	664.717,00	639.180,81	96,16
10-Saúde	3.584.112,00	3.563.078,19	99,41

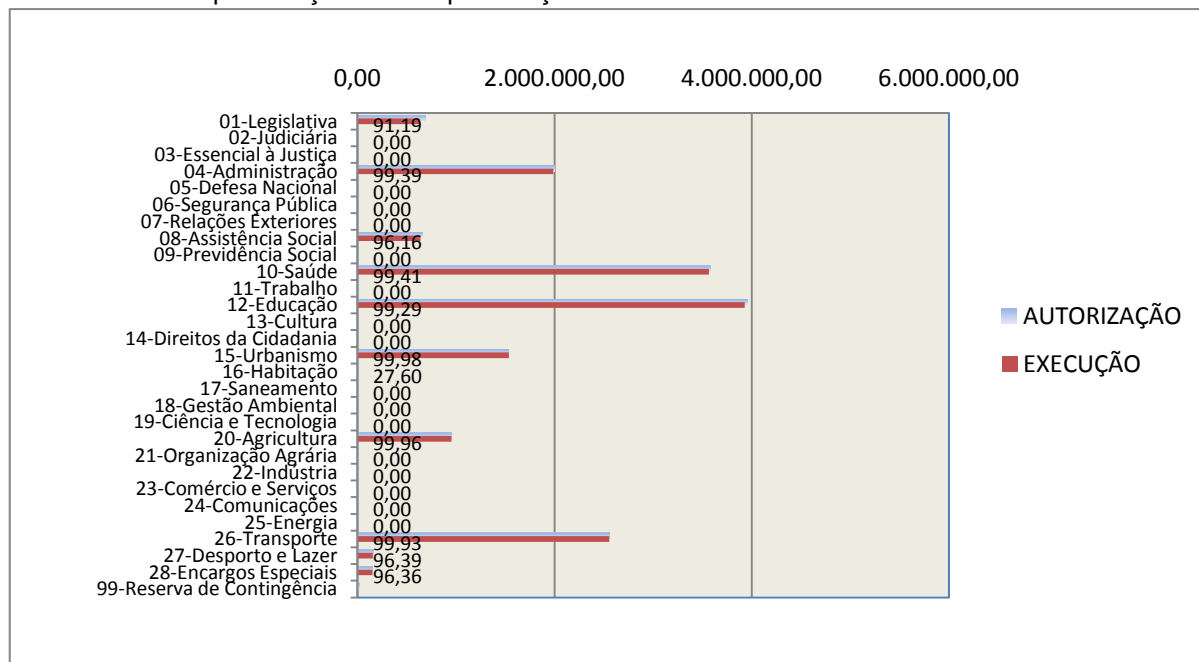
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
12-Educação	3.956.157,65	3.928.233,49	99,29
15-Urbanismo	1.535.215,84	1.534.898,87	99,98
16-Habitação	5.000,00	1.380,00	27,60
20-Agricultura	955.705,00	955.369,72	99,96
26-Transporte	2.556.528,12	2.554.794,15	99,93
27-Desporto e Lazer	161.711,40	155.878,76	96,39
28-Encargos Especiais	157.000,00	151.285,63	96,36
99-Reserva de Contingência	20.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	16.284.961,01	16.099.879,12	98,86

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2016



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2012 – 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
01-Legislativa	336.225,01	440.373,90	430.280,97	605.507,21	629.236,39
04-Administração	1.264.982,56	1.300.459,80	1.606.773,22	1.787.615,62	1.986.543,11
08-Assistência Social	706.756,88	569.299,57	641.545,58	672.300,03	639.180,81
10-Saúde	2.460.521,73	2.568.975,31	3.616.001,02	3.083.289,81	3.563.078,19
12-Educação	3.677.724,15	2.875.967,13	3.206.543,17	3.478.966,75	3.928.233,49
15-Urbanismo	1.423.919,81	515.331,53	1.472.248,08	3.017.614,29	1.534.898,87
16-Habitação	-	-	-	1.900,00	1.380,00
20-Agricultura	358.950,67	460.766,48	997.607,65	854.913,73	955.369,72
26-Transporte	1.930.147,57	1.554.703,24	1.813.102,16	2.252.637,53	2.554.794,15
27-Desporto e Lazer	164.103,32	49.080,43	120.409,58	270.963,30	155.878,76
28-Encargos Especiais	175.969,97	656.807,70	135.294,56	131.095,00	151.285,63
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	12.499.301,67	10.991.765,09	14.039.805,99	16.156.803,27	16.099.879,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2016

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	146.221,41	1,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	207.270,92	1,68
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	267.914,29	2,17
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	107.594,84	0,87
Cota do ICMS	4.001.510,14	32,34
Cota-Parte do IPVA	323.152,68	2,61
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	57.181,63	0,46
Cota-Parte do FPM	6.721.901,99	54,32
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	496.065,05	4,01
Cota do ITR	3.974,06	0,03
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	15.962,76	0,13
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	17.467,66	0,14
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	7.680,52	0,06
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	12.373.897,95	100,00

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	496.065,05	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	11.877.832,90	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	17.148.645,24
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.224.734,38
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.923.910,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Riqueza (em Reais): 2016

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.811.751,12	2.298.122,14	PASSIVO CIRCULANTE	890.257,60	1.115.178,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.697.741,13	1.904.307,75	Obrigações Trabalhistas, Prev Curto Prazo	735.517,60	865.515,80
Créditos a Curto Prazo	114.009,99	388.989,43	Fornecedores e Contas a Pag	154.740,00	249.662,96
Créditos Tributários a Receber	114.009,99	146.889,43			
Créditos de Transferências a Receber	-	242.100,00			

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	-	4.824,96			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.586.007,18	24.943.817,78			
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	262.305,39	339.153,38	TOTAL DO PASSIVO	890.257,60	1.115.178,76
Créditos a Longo Prazo	262.305,39	339.153,38			
Dívida Ativa Tributária	60.556,95	81.127,49			
Dívida Ativa Não Tributária	201.748,44	258.025,89			
<u>Imobilizado</u>	22.323.701,79	24.604.664,40			
Bens Móveis	8.502.722,80	9.402.967,93			
Bens Imóveis	13.820.978,99	15.201.696,47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.507.500,70	26.126.761,16
			Resultados Acumulados	23.507.500,70	26.126.761,16
			Resultado do Exercício	1.870.637,05	2.620.833,17
			Resultado de Exercícios Anteriores	21.896.879,22	23.507.500,70
			Ajustes de exercícios anteriores	-260.015,57	-1.572,71
TOTAL	24.397.758,30	27.241.939,92	TOTAL	24.397.758,30	27.241.939,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.653.944,79** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,13** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 113.466,11** passando de um Superávit de R\$ 1.540.478,68 para um Superávit de **R\$ 1.653.944,79**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.129.765,34**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2015 - 2016

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	1.697.741,13	1.904.307,75	206.566,62
Passivo Financeiro	157.262,45	250.362,96	93.100,51
Saldo Patrimonial Financeiro	1.540.478,68	1.653.944,79	113.466,11

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão

consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Riqueza, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-621.645,86	DÉFICIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-315.538,52	DÉFICIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124,61	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	814,40	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	28.041,41	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	25.498,13	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.698,65	SUPERAVIT
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	11.949,14	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ - 576.756,32	14.669,15	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 591.425,47		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-117.141,60	DÉFICIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	51.918,03	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	123.887,93	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	117.145,67	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	69.004,84	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	1.612,11	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	467.957,22	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	8.009,95	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	-118.994,74	
00 - Recursos Ordinários	1.772.939,53	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.772.939,53	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal, foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2012 – 2016

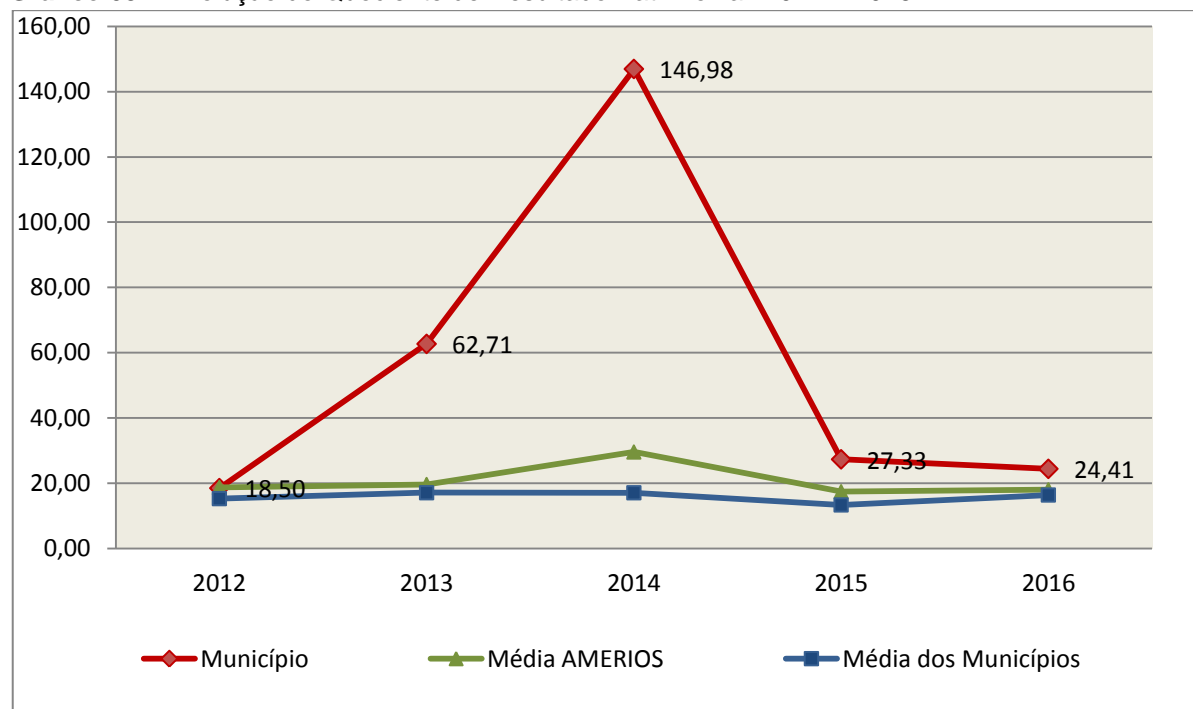
ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Despesa Executada	12.499.301,67	10.991.765,09	14.039.805,99	16.156.803,27	16.099.879,12
2 Restos a Pagar	13.900,00	0,00	150.000,00	157.262,45	250.362,96
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.048.886,01	2.098.721,14	3.008.594,17	1.697.741,13	1.904.307,75
4 Passivo Financeiro Ajustado	279.914,72	277.374,08	150.000,00	157.262,45	250.362,96
5 Ativo Real	14.698.689,43	17.394.019,56	22.046.879,22	24.397.758,30	27.241.939,92
6 Passivo Real	794.618,40	277.374,08	150.000,00	892.780,05	1.115.878,76
QUOCIENTES	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Patrimonial (5÷6)	18,50	62,71	146,98	27,33	24,41
Situação Financeira (3÷4)	3,75	7,57	20,06	10,80	7,61
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,11	0,00	1,07	0,97	1,56

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2012 – 2016



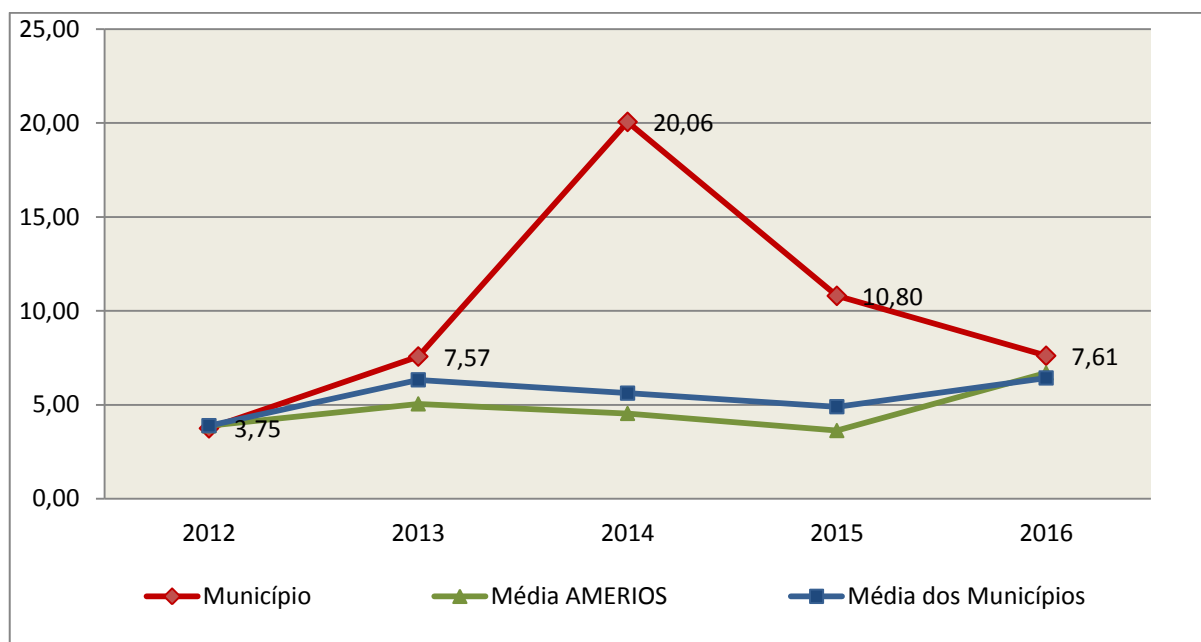
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2016 o Ativo Real apresenta-se **24,41** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

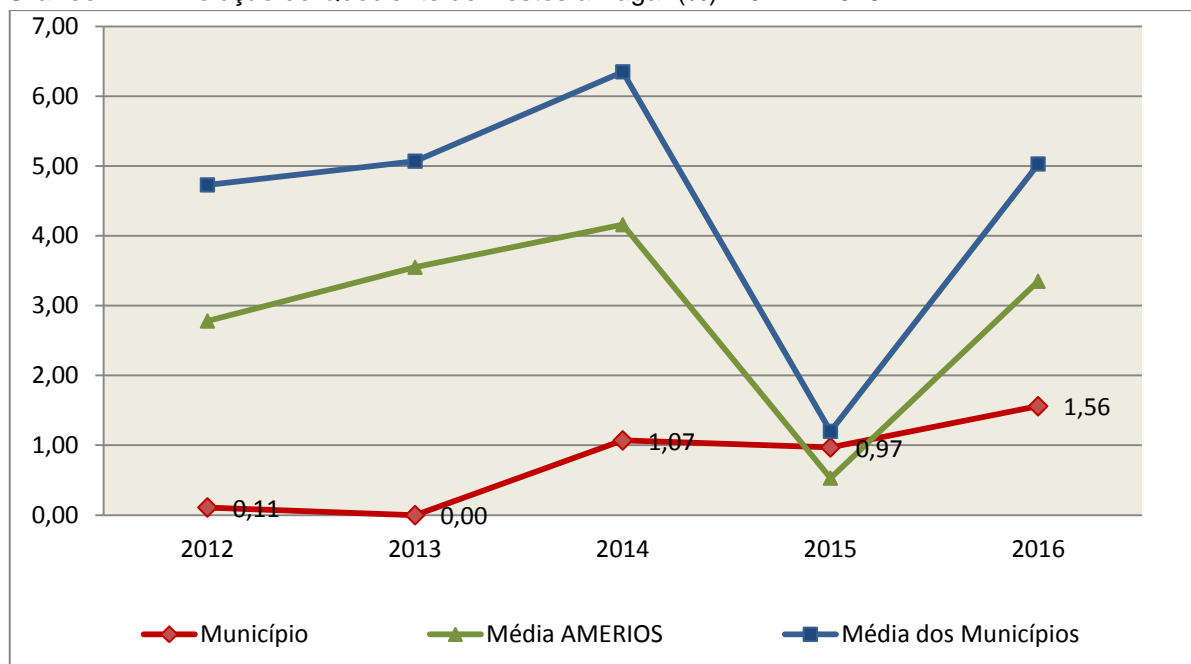
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2016 o Ativo Financeiro representa **7,61** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Riqueza é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **1,56%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2016 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.097.516,79** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **17,66%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 315.841,85**, representando **2,66%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2016

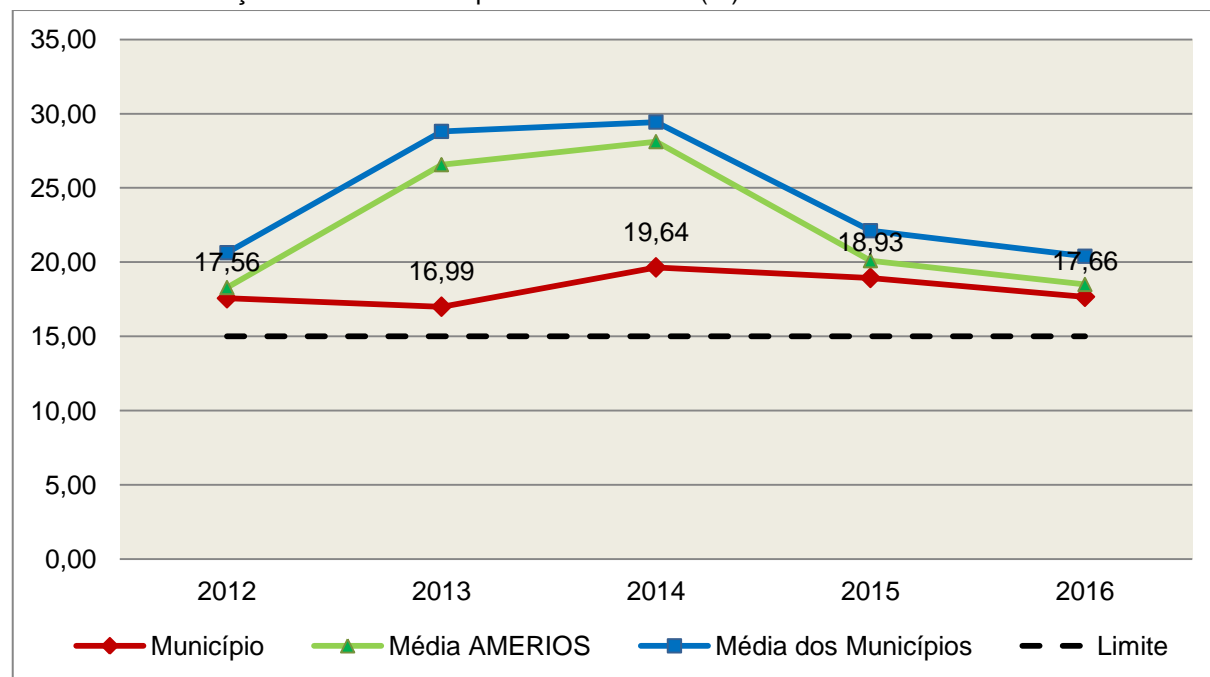
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.877.832,90	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.563.078,19	30,00
Atenção Básica	3.549.620,63	29,88
Vigilância Sanitária	13.457,56	0,11
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.465.561,40	12,34
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.097.516,79	17,66
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.781.674,94	15,00
Valor Acima do Limite	315.841,85	2,66

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Riqueza em 2016 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2016) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.447.941,80** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,86%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 354.467,31**, representando **2,86%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2016

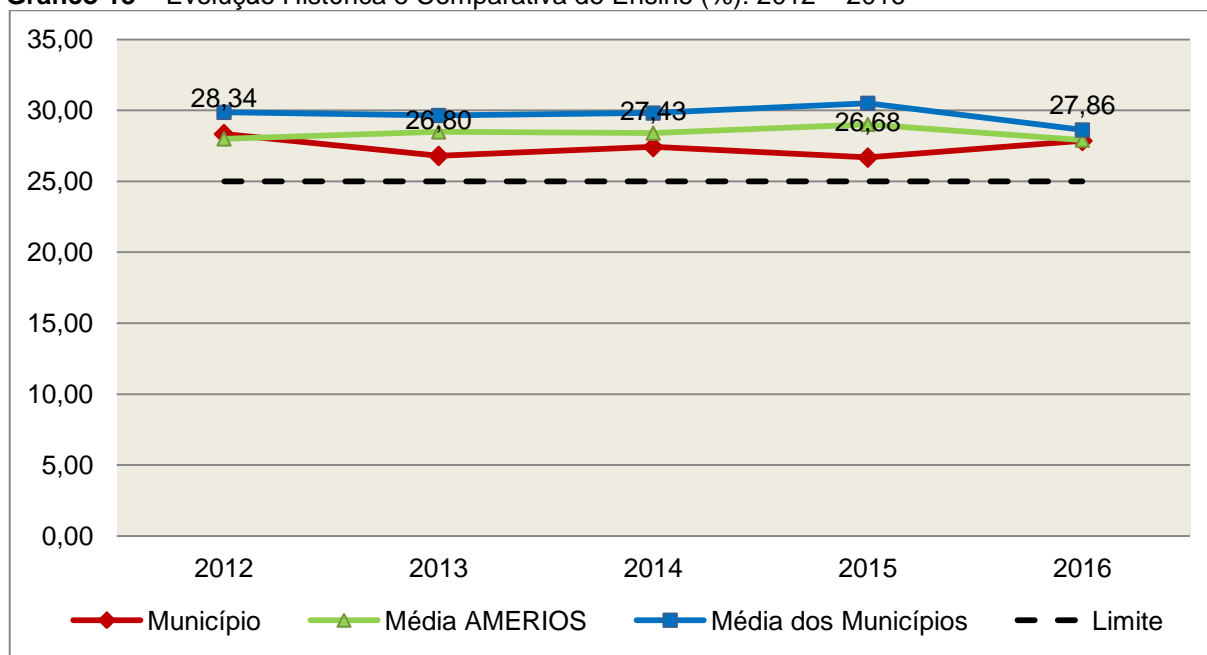
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	12.373.897,95	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	793.546,88	6,41
Educação Infantil	793.546,88	6,41
Valor Aplicado Ensino Fundamental	3.134.686,61	25,33
Ensino Fundamental	3.134.686,61	25,33
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	480.291,69	3,88
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.447.941,80	27,86
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.093.474,49	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	354.467,31	2,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Riqueza em 2016 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.551.463,36**, equivalendo a **95,71%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

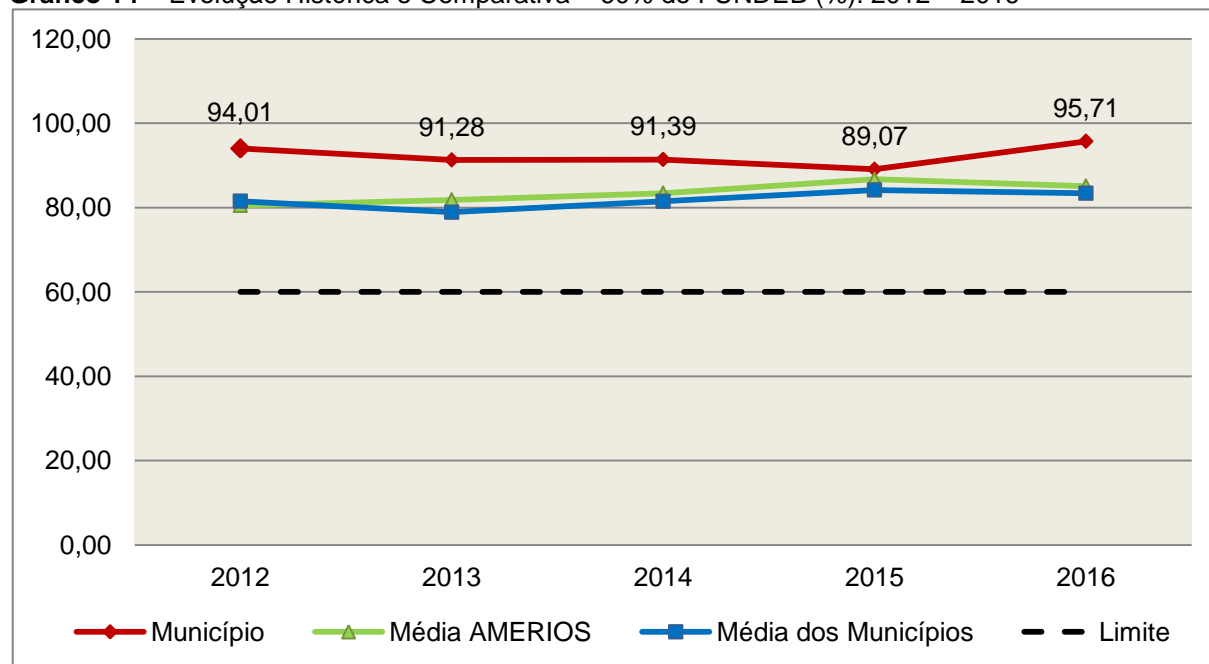
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.614.020,54
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	6.974,93
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	1.620.995,47
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	972.597,28
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.551.463,36
Valor Acima do Limite	578.866,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.606.326,32**, equivalendo a **99,10%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2016

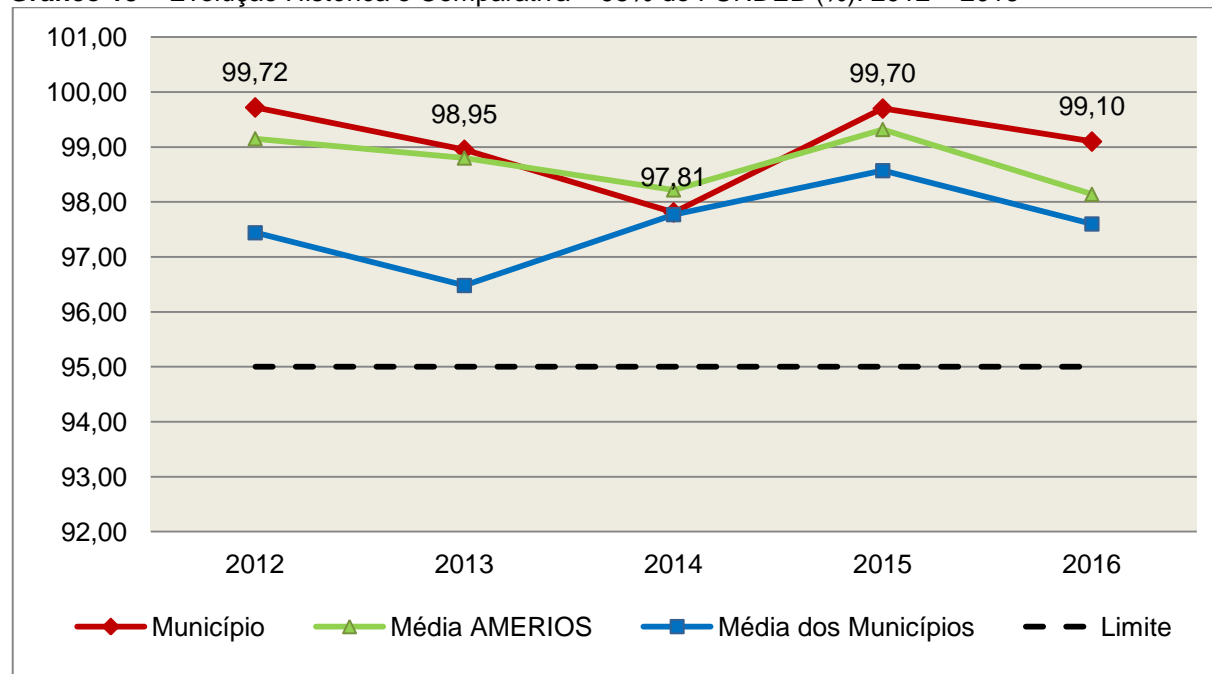
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.620.995,47
95% dos Recursos do FUNDEB	1.539.945,70
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	1.606.326,32
Valor Acima do Limite	66.380,62

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise,

o Município de Riqueza reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 4.745,80, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2016: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	14.669,15
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	14.669,15

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.923.910,86	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.954.346,52	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.562.404,92	43,97
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	489.670,06	3,28
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	7.052.074,98	47,25

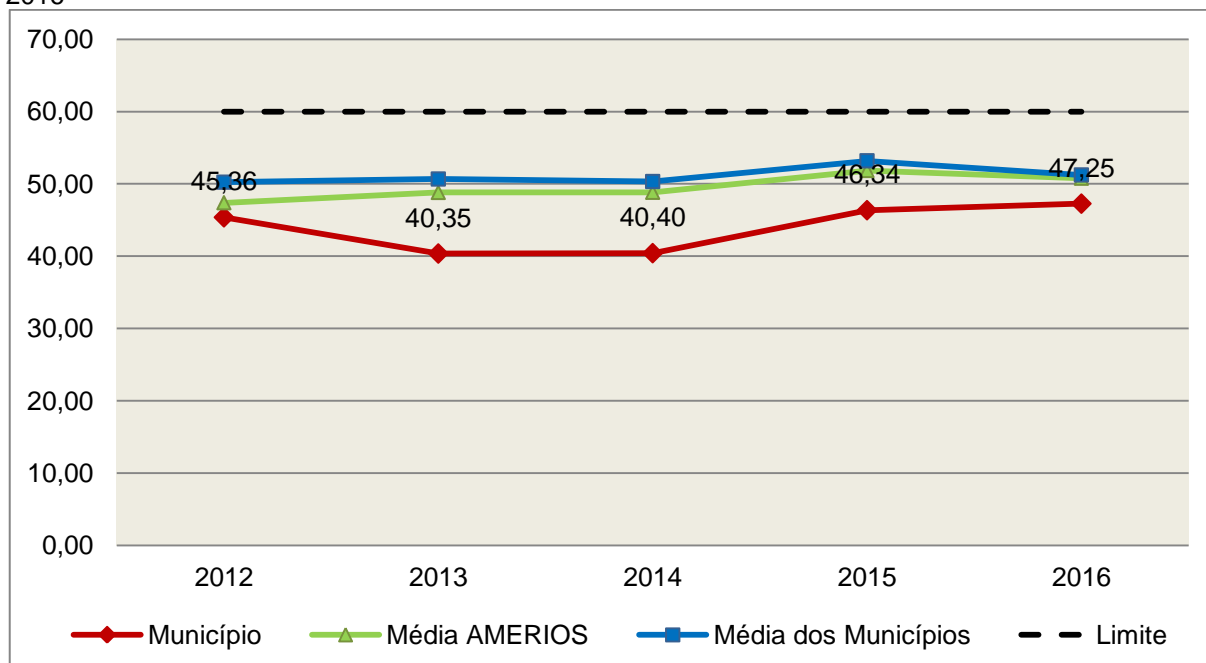
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.902.271,54	12,75
------------------------------	--------------	-------

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **47,25%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Riqueza, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.923.910,86	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.058.911,86	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.562.404,92	43,97
Pessoal e Encargos*	6.562.404,92	43,97
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.562.404,92	43,97
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.496.506,94	10,03

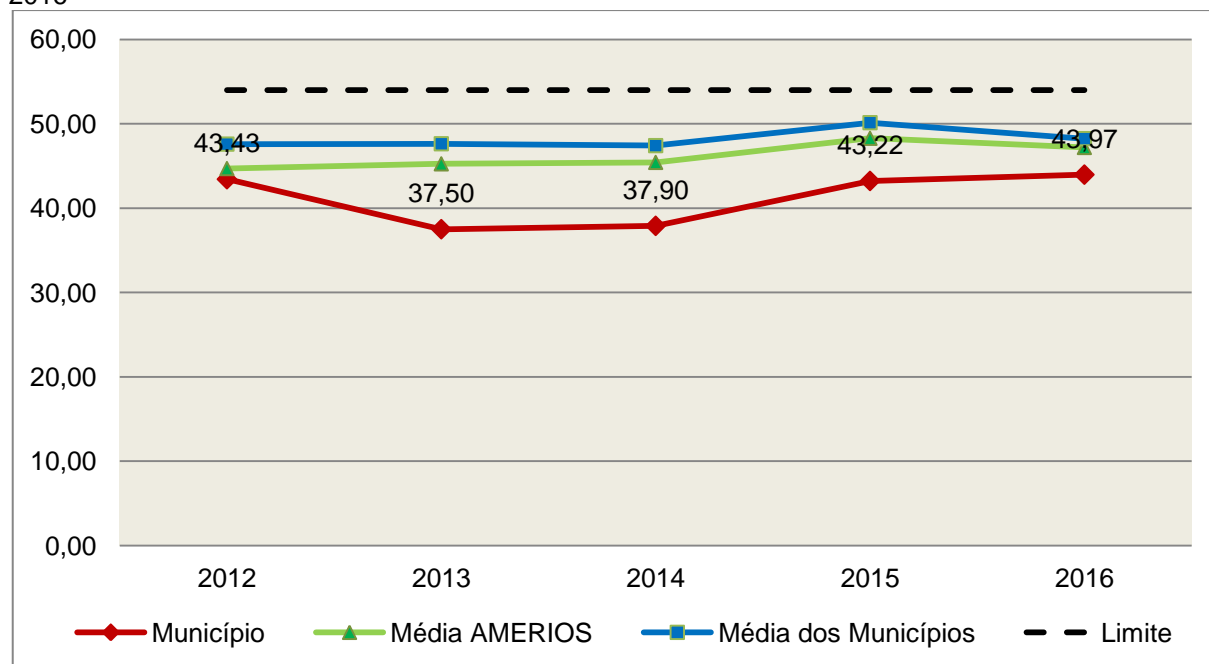
Fonte: * Sistema e-Sfinge/4 Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **43,97%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2012 – 2016



4 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.923.910,86	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	895.434,65	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	489.670,06	3,28
Pessoal e Encargos*	489.670,06	3,28
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	489.670,06	3,28
Valor Abaixo do Limite (6%)	405.764,59	2,72

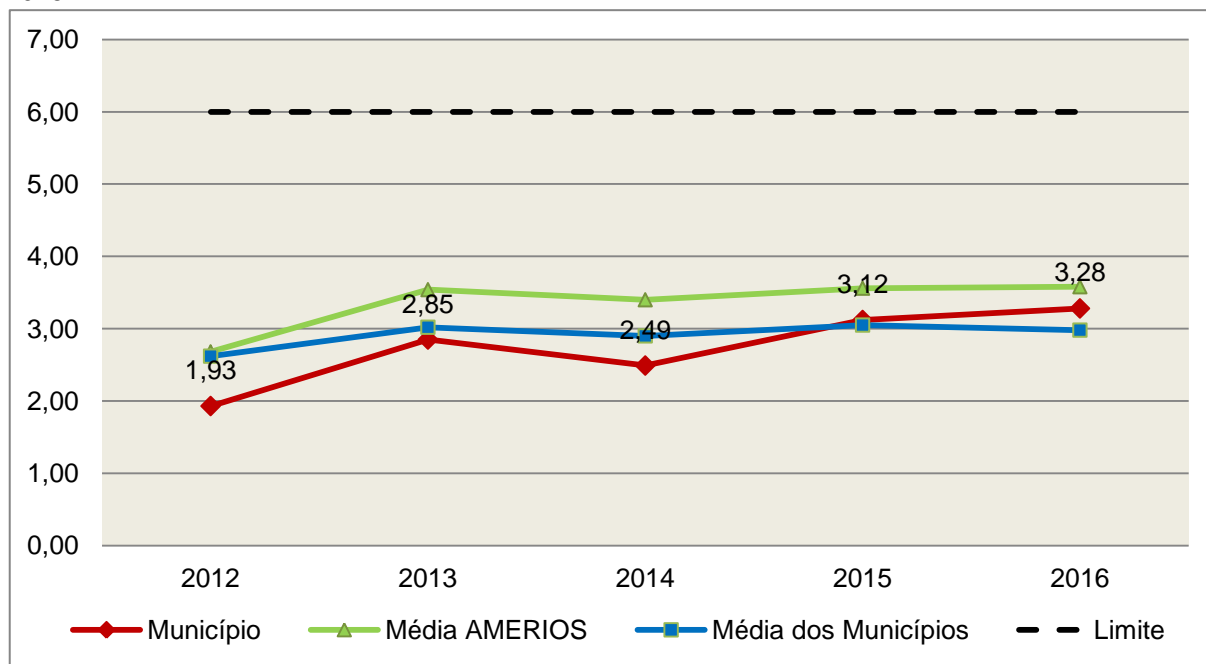
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,28%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

- a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.
- b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e

competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Riqueza**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	CUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 24/04/2017.

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

- a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela normaⁱ. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;
- b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades ⁱⁱ(FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

- a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;

b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos;

c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.

d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas

existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Riqueza, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 21 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	CUMPRIU
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-621.645,86	DESCUMPRIU
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-315.538,52	DESCUMPRIU
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	CUMPRIU
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	CUMPRIU
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124,61	CUMPRIU
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	814,40	CUMPRIU
09 - FIA Imposto de Renda	28.041,41	CUMPRIU
10 - Convênio de Trânsito - Militar	25.498,13	CUMPRIU
11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.698,65	CUMPRIU
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	11.949,14	CUMPRIU
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ -576.756,32	14.669,15	CUMPRIU
19 -Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 591.425,47		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-117.141,60	DESCUMPRIU
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	51.918,03	CUMPRIU
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	123.887,93	CUMPRIU
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	117.145,67	CUMPRIU
36 - Salário-Educação	69.004,84	CUMPRIU
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	1.612,11	CUMPRIU
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	467.957,22	CUMPRIU
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	CUMPRIU
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	CUMPRIU
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	8.009,95	CUMPRIU
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	CUMPRIU
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	CUMPRIU
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	CUMPRIU
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	CUMPRIU
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	CUMPRIU
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	CUMPRIU
80 - Outras Especificações	0,00	CUMPRIU
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	CUMPRIU
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	CUMPRIU
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-1.054.325,98	
00 - Recursos Ordinários	1.773.639,53	CUMPRIU
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.773.639,53	

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias, resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior, verificou-se que o Poder Executivo do Município de Riqueza contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 01 – R\$ 621.645,86, FR 02 – R\$ 315.538,52 e FR 32 – R\$ 117.141,60), no montante de R\$ 1.054.325,98, ressaltando que, a referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no montante de R\$ 1.773.639,53, restando evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 113.466,11
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 1.653.944,79
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	17,66%
4.2) Ensino	25,00%	27,86%
4.3) FUNDEB	60,00%	95,71%
	95,00%	99,10%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	47,25%
b) Poder Executivo	54,00%	43,97%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,28%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	CUMPRIU	
4.6) Artigo 42 da L.C. n° 101/00	CUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2016 do Município de Riqueza**.

Diante da ausência de restrições neste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 23/08/2017.

JULIO CESAR DE MELO
Auditor Fiscal de Controle Externo

LUCIA HELENA GARCIA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo

Em 23/08/2017.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	1.464.232,89
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.328,51
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.465.561,40

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	266.408,61
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	10.257,23
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	674.238,61
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	133.126,15
Resultado líquido das transferências do Fundeb	-610.713,84
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	6.974,93
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	480.291,69



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	301	111.231,03	111.231,03	111.231,03
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	301	1.339.544,30	1.339.544,30	1.339.544,30
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	304	13.457,56	13.457,56	13.457,56
TOTAL			1.464.232,89	1.464.232,89	1.464.232,89

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	925	01/09/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	20,67	20,67	20,67	Aquisicao de generos de alimentacao 13 kg Bolo para reuniao dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	687	16/07/2016	COOPERATIVA A1	31,99	31,99	31,99	Aquisicao de generos de alimentacao Bombom lacta Ouro Branco 01 kg 210 para reposicao encontro gestantes dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	120	22/02/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	168,00	168,00	168,00	Aquisicao de generos de alimentacao Cuca recheada para reunioes dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	639	01/07/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	725,47	725,47	725,47	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolacha Cuca Recheada Kg Bolo Sabores Pao de cachorro quente para reposicao encontro dos idosos
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	773	01/08/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	60,42	60,42	60,42	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolo para encontro gestantes dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1222	01/12/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	111,36	111,36	111,36	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolo Sabores Cuca Recheada Pasteizinhos para reposicao dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	173	01/03/2016	COOPERATIVA A1	6,90	6,90	6,90	Aquisicao de generos de alimentacao Refrig Laranja 30gr Pipoca Yoki c sal para reposicao encontro sebrae dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	695	16/07/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	47,70	47,70	47,70	Bolo recheadoAquisicao de pecas para reposicao em encontro de gestantes dpto de saude municipal

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Riqueza	impostos: Saúde				LTDAME				
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	428	12/05/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	156,00	156,00	156,00	Cuca recheada mediaAquisicao de generos de alimentacao para reuniao dpto de saude municipal
TOTAL						1.328,51	1.328,51	1.328,51	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	365	118.495,33	118.495,33	118.495,33
36 - Salário-Educação	2016	365	45.105,13	45.105,13	45.105,13
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	365	48.897,22	48.897,22	48.897,22
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2016	365	53.910,93	53.910,93	53.910,93
TOTAIS			266.408,61	266.408,61	266.408,61

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4473	20/10/2016	CELSO GALLON ME	3.311,54	3.311,54	3.311,54	Aquisicao de generos alimenticios extato tomate macarao gelatina e outros merenda escolar
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2144	01/06/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.596,00	1.596,00	1.596,00	Aquisicao de generos de alimentacao almocos para funcionarios em atividade no interior do municipio dpto do drm
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2377	20/06/2016	ZENIRO JOSE POHLMANN	1.040,00	1.040,00	1.040,00	Aquisicao de generos de alimentacao agricultura familiar Alfaca Geleia de Fruta laranja repolho para reposicao PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2582	01/07/2016	AMELIA BRELINGER	504,97	504,97	504,97	Aquisicao de generos de alimentacao Alfaca Chuchu laranja Mandioca sem casca PNAE para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2538	01/07/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.197,00	1.197,00	1.197,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almocos para funcionarios motoristas em atividade dpto de Educacao

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2583	01/07/2016	CLEITON VEITZ	285,00	285,00	285,00	Aquisicao de generos de alimentacao Bolacha Caseira PNAE para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2581	01/07/2016	LURDES ANTUNES SOARES	320,00	320,00	320,00	Aquisicao de generos de alimentacao Laranja PNAE para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2580	01/07/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.828,72	1.828,72	1.828,72	Aquisicao de generos de alimentacao Sal refin 01kg Achocolatado 01kg Tomate 01kg Vinagre 03lt e outros para reposicao PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4477	20/10/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	174,00	174,00	174,00	Aquisicao de produtos alimenticios cuca e bolo comemoracao dia da crianca 12 de outubro nas escolas municipais
TOTAL						10.257,23	10.257,23	10.257,23	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	361	313.954,14	313.954,14	71.854,14
36 - Salário-Educação	2016	361	170.464,57	170.464,57	170.464,57
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	361	70.317,27	70.317,27	70.317,27
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2016	361	119.502,63	119.502,63	119.502,63
TOTAL			674.238,61	674.238,61	432.138,61

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4246	18/10/2016	ELENIR BRESSAN ME	610,00	610,00	610,00	Aquisicao de flores p ornamentacao destinados a reuniao encontro dos professores dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4977	01/12/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	6.762,29	6.762,29	6.762,29	Aquisicao de generos de alimentacao Abacaxi Und Arroz Fazenda 05kg Carne bovina kg batata monaliza kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1277	01/04/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	2.060,72	2.060,72	2.060,72	Aquisicao de generos de alimentacao Achocolatado 01kg Biscoito salgado 800gr Colorau daju 500gr Tomate kg Vinagre 03lt para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1662	25/04/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	3.849,46	3.849,46	3.849,46	Aquisicao de generos de alimentacao Acucar cristal 05kg Carne Bovina Moida Abacaxi medio para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4978	01/12/2016	ROSIMERI BORGES ROVERSI	777,45	777,45	777,45	Aquisicao de generos de alimentacao agricultura familiar Couve Flor Mandioca sem casca para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4979	01/12/2016	ROSA REICHERT	328,00	328,00	328,00	Aquisicao de generos de alimentacao agricultura familiar Mamao para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3852	16/09/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	59,40	59,40	59,40	Aquisicao de generos de alimentacao Agua danferrana sem gas 20lt para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2213	01/06/2016	ROSIMERI BORGES ROVERSI	860,64	860,64	860,64	Aquisicao de generos de alimentacao Alface brocolis com folhas couve flor da agricultura familiar para alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3722	01/09/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	2.359,02	2.359,02	2.359,02	Aquisicao de generos de alimentacao Algoodao 50gr Toalha de rosto sacos para lixo 50lt escova sanitaria c sup para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3095	01/08/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.672,00	1.672,00	1.672,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos para funcionarios motoristas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4617	07/11/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.554,00	1.554,00	1.554,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos para motoristas em atividade dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3624	01/09/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.634,00	1.634,00	1.634,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos para motoristas transporte escolar dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4141	03/10/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.722,00	1.722,00	1.722,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos parta motoristas em atividade dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4142	03/10/2016	CELSO GALLON ME	2.074,00	2.074,00	2.074,00	Aquisicao de generos de alimentacao Apresentado c 05kg Queijo mussarela 05kg Massa de pastel 500gr para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4557	03/11/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	1.816,00	1.816,00	1.816,00	Aquisicao de generos de alimentacao Balas sortidas 560gr Bombom de valsa 01kg para alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4555	03/11/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	2.806,03	2.806,03	2.806,03	Aquisicao de generos de alimentacao Bebida Moranga 900gr Tomate Abacaxi Carne bovina biscoito 400gr Cenoura kg para reposicao aos alunos dpto de Educacao

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4980	01/12/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	4.219,44	4.219,44	4.219,44	Aquisicao de generos de alimentacao Biscoito cran crack Carne bovina Moida Acucar cristal 05kg Farinha flor do oeste para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3968	20/09/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	3.615,22	3.615,22	3.615,22	Aquisicao de generos de alimentacao Biscoito crean 740gr carne bovina moida Mortadela frimesa farinha flor do oeste 05kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4244	18/10/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	89,70	89,70	89,70	Aquisicao de generos de alimentacao Bombom serenata de amor garoto 1kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3484	15/08/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	4.372,04	4.372,04	4.372,04	Aquisicao de generos de alimentacao Carne bovina moida Mortadela frimesa Achocolatado em po kg canela em rama gr para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1154	28/03/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	267,83	267,83	267,83	Aquisicao de generos de alimentacao Carne suina de 1 Coxa e Sobrecoxa de frango para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4405	20/10/2016	DEBONA DEBONA ITDA	2.340,41	2.340,41	2.340,41	Aquisicao de generos de alimentacao casquinha de sorvete Sorvete de soja 02 lts Sorvete moreninho para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2728	01/07/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	344,33	344,33	344,33	Aquisicao de generos de alimentacao Cebola logurte 01lt Carne bovina Moida para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4400	20/10/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	951,50	951,50	951,50	Aquisicao de generos de alimentacao Cuca recheada kg Bolacha para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3845	16/09/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	255,85	255,85	255,85	Aquisicao de generos de alimentacao Erva doce Apti 12gr Milho verde 200gr Oregano carol 8gr salamoniaco apti 100gr Ervilha 200gr para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3799	16/09/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	255,85	255,85	255,85	Aquisicao de generos de alimentacao Erva doce apti 12gr Milho verde 200gr polvilho doce 500gr creme leite 200gr e outros para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1521	15/04/2016	CELSE GALLON ME	3.081,36	3.081,36	3.081,36	Aquisicao de generos de alimentacao Extrato de tomate quero Carne bovina kg farinha de trigo especial 05kg Queijo mussarela para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1641	25/04/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.357,47	1.357,47	1.357,47	Aquisicao de generos de alimentacao Gelatina 01kg Biscoito salgado 800gr colorau daju 500gr e outros para reposicao dpto de Educacao

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4971	01/12/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	1.743,70	1.743,70	1.743,70	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolacha Caseira Pao Cachorro Quente Bolo Sabores Kg Torta Cuca Recheada dia da crianca dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4889	01/12/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	1.111,94	1.111,94	1.111,94	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Pao Integral Kg Pao de milho Kg Pao grances para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1382	07/04/2016	AP OESTE DIST E COMERC DE ALIMENTOS LTDA	555,00	555,00	555,00	Aquisicao de generos de alimentacao Leite UHT Integral Piracanjuba 01lt para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4082	03/10/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	1.390,89	1.390,89	1.390,89	Aquisicao de generos de alimentacao Linguica de pemil 01 Salsicha kg para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3631	01/09/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.504,27	3.504,27	3.504,27	Aquisicao de generos de alimentacao Maca banana Catura carne Suina de 1 Po de Pudim e outros para reposicao PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4556	03/11/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.330,02	3.330,02	3.330,02	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana Caturra Carne suina 1 Coxa e sobrecoxa de frango e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4976	01/12/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	4.118,56	4.118,56	4.118,56	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana Caturra Carne suina de 1 Mamao Formosa para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3256	11/08/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.317,02	3.317,02	3.317,02	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana Caturra Carne Suina de 1 Po p Pudim 01kg Margarina Soya c sal para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4037	20/09/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	4.350,52	4.350,52	4.350,52	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana caturra carne suina de 1 po p pudim apti baunilha 01kg coxa e sobrecoxa e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3723	01/09/2016	CELSE GALLON ME	3.754,40	3.754,40	3.754,40	Aquisicao de generos de alimentacao Macarrao 01kg Leite realta integral farinha de milho 01kg Acucar mascavo 01kg Cafe pele 200gr e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2729	01/07/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	1.152,48	1.152,48	1.152,48	Aquisicao de generos de alimentacao mamao formosa banana caturra coxa e sobrecoxa de frango Carne suina de 1 Ovo de Galinha Cantu para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2058	20/05/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.346,68	3.346,68	3.346,68	Aquisicao de generos de alimentacao mamao formosa Coxa e sobrecoxa de frango Carne suina de 1 Pcao de milho e outros para alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	941	01/03/2016	GUILHERME BARP	3.158,03	3.158,03	3.158,03	Aquisicao de generos de alimentacao Neugebaer pirulito mor 500gr Geladinho americano c40 Dupy bala 560gr Parati wafer 115gr para

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Riqueza	Impostos: Educação								alunos dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	540	10/02/2016	GUILHERME BARP	317,48	317,48	317,48	Aquisicao de generos de alimentacao neugebauer pirulito Soberana poca frutti 600gr peccin pirulitto e outros para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1157	28/03/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	3.556,09	3.556,09	3.556,09	Aquisicao de generos de alimentacao Oleo de soja 900ml Cebola logurte 01lt batata monaliza Abacaxi medio e outros para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2051	20/05/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	5.109,27	5.109,27	5.109,27	Aquisicao de generos de alimentacao Oleo de Soja 900ml logurte 01lt Abacaxi medio Amido de milho 1kg e outros para reposicao aos alunos dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4081	03/10/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	732,80	732,80	732,80	Aquisicao de generos de alimentacao Oregano 10gr Carvao carvo 05kg Guardanapo c50 Refrig pepsi 02lt para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3094	01/08/2016	CELSO GALLON ME	4.027,81	4.027,81	4.027,81	Aquisicao de generos de alimentacao Pao frances 50gr Queijo Mussarela kg Carne Bovina kg Maca kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4036	20/09/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	1.063,15	1.063,15	1.063,15	Aquisicao de generos de alimentacao Pao frances pao de milho pao integral para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2591	01/07/2016	CELSO GALLON ME	4.646,51	4.646,51	4.646,51	Aquisicao de generos de alimentacao Pao frances Queijo mussarela carne bovina kg Maca kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1489	15/04/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	1.402,43	1.402,43	1.402,43	Aquisicao de generos de alimentacao Pao integral dipaes Ovo vermelho grande Banana Caturra Mamao formosa para alimentacao aos alunos dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	781	01/03/2016	GUILHERME BARP	49,00	49,00	49,00	Aquisicao de generos de alimentacao Parati cereal granofibra diversos sabores para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4974	01/12/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	582,50	582,50	582,50	Aquisicao de generos de alimentacao Pirulito diversos sabores Refrig 02lts Guardanapo c50 para reposicao dia das crianas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1189	28/03/2016	CELSO GALLON ME	4.221,04	4.221,04	4.221,04	Aquisicao de generos de alimentacao Queijo mussarela 01kg Extrato de tomate quero Cafe pele 200gr Pao frances 50gr Maca Kg para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1156	28/03/2016	CELSO GALLON ME	3.055,40	3.055,40	3.055,40	Aquisicao de generos de alimentacao Queijo mussarela 01kg Fermento quimico cravo da india maca kg Farinha de milho realta 01kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura	01 - Receitas de	361	4038	20/09/2016	CELSO GALLON ME	4.426,85	4.426,85	4.426,85	Aquisicao de generos de alimentacao Sagu dona 500gr macarrao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Riqueza	Impostos e Transf de Impostos: Educação								casaredo 01kg Farinha de milho 01kg Acucar crustal 01kg Queijo mussarela kg Sal refinado garca kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4973	01/12/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	108,45	108,45	108,45	Aquisicao de generos de alimentacao Salsicha aurora kg para reposicao dia das crianas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3812	16/09/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	3.179,39	3.179,39	3.179,39	Aquisicao de generos de alimentacao Toamte kg Abacaxi Und Vinagre alcool 3lt Cenoura kg Arroz panelaco 05kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2054	20/05/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.287,18	1.287,18	1.287,18	Aquisicao de generos de alimentacao Tomate kg Sal refinado 01kg Colorau 500gr File Sassami 01kg Gelatina 01kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4975	01/12/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.739,88	1.739,88	1.739,88	Aquisicao de generos de alimentacao Wafer Yupi 115gr Refrig 237ml para fianl do ano crianas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5019	01/12/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.575,00	1.575,00	1.575,00	Aquisicao de generos de alimentacao para funcionarios motoristas em atividade dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1649	25/04/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	381,60	381,60	381,60	Bolo sabores variadosAquisicao de 24kg de bolo diversos sabores para Palestra em comemoracao ao Dia das Maes
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2001	20/05/2016	CELSO GALLON ME	215,00	215,00	215,00	Pao de cachorro quente 50 gAquisicao de generos de alimentacao gincana cultural para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3372	15/08/2016	COOPERATIVA A1	19,80	19,80	19,80	Pirulitos mediosAquisicao de generos de alimentacao Pirulito maca morango 480gr para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4273	18/10/2016	MARELINE SCHMITT	4.500,00	4.500,00	4.500,00	Servicos destinados a locacao de brinquedos inflaveis nos dias 05 e 06 de Outubro de 2016 em comemoracao ao dia das crianas
TOTAL						133.126,15	133.126,15	133.126,15	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)						SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
01	-621.645,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-621.645,86	0,00	0,00	-621.645,86	DÉFICIT
02	-315.538,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-315.538,52	0,00	0,00	-315.538,52	DÉFICIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
07	124,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,61	0,00	0,00	124,61	SUPERAVIT
08	814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814,40	0,00	0,00	814,40	SUPERAVIT
09	28.041,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.041,41	0,00	0,00	28.041,41	SUPERAVIT
10	25.498,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.498,13	0,00	0,00	25.498,13	SUPERAVIT
11	14.698,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.698,65	0,00	0,00	14.698,65	SUPERAVIT
12	11.949,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.949,14	0,00	0,00	11.949,14	SUPERAVIT
18	-576.756,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-576.756,32	0,00	0,00	-576.756,32	DÉFICIT
19	591.425,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	591.425,47	0,00	0,00	591.425,47	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	124.958,40	0,00	242.100,00	0,00	0,00	0,00	-117.141,60	0,00	0,00	-117.141,60	DÉFICIT
33	51.918,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.918,03	0,00	0,00	51.918,03	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

34	123.887,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.887,93	0,00	0,00	123.887,93	SUPERAVIT
35	117.145,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.145,67	0,00	0,00	117.145,67	SUPERAVIT
36	69.004,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.004,84	0,00	0,00	69.004,84	SUPERAVIT
37	1.612,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.612,11	0,00	0,00	1.612,11	SUPERAVIT
38	467.957,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.957,22	0,00	0,00	467.957,22	SUPERAVIT
39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	8.009,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,95	0,00	0,00	8.009,95	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT

88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	123.105,26	0,00	242.100,00	0,00	0,00	0,00	-118.994,74	0,00	0,00	-118.994,74	

B		RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			SUPERÁVIT/DÉFICIT	
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA		
0	1.781.202,49	0,00	7.562,96	700,00	0,00	0,00	1.772.939,53	SUPERAVIT	
T.	1.781.202,49	0,00	7.562,96	700,00	0,00	0,00	1.772.939,53		

ⁱ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, p. 119.

ⁱⁱ idem

Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

RECURSOS VINCULADOS													
FR	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A – B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU		
		VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
				DE ANTERIORES	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES		NÃO EMPENHADAS				INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS	EMPENHADAS E CANCELADAS
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
1	-621.645,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-621.645,86	DESCUMPRIU		
2	-315.538,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-315.538,52	DESCUMPRIU		
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
7	124,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,61	CUMPRIU		
8	814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814,40	CUMPRIU		
9	28.041,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.041,41	CUMPRIU		
10	25.498,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.498,13	CUMPRIU		
11	14.698,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.698,65	CUMPRIU		
12	11.949,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.949,14	CUMPRIU		
18	-576.756,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-576.756,32	DESCUMPRIU		
19	591.425,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	591.425,47	CUMPRIU		
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

32	124.958,40	0,00	0,00	242.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-117.141,60	DESCUMPRIU
33	51.918,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.918,03	CUMPRIU
34	123.887,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.887,93	CUMPRIU
35	117.145,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.145,67	CUMPRIU
36	69.004,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.004,84	CUMPRIU
37	1.612,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.612,11	CUMPRIU
38	467.957,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.957,22	CUMPRIU
39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
62	8.009,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,95	CUMPRIU
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU

86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA											-1.054.325,98	
RECURSOS ORDINÁRIOS												
	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS									DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A – B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/ DESCUMPRIU
		DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016			AJUSTES		
FR	VALOR REGISTRADO		DE ANTERIORES ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	EXERCÍCIOS 2º E 3º QUADRIMESTRES	NÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		NÃO EMPENHADAS	Inscritas em RP Não PROCESSADOS	EMPENHADAS E CANCELADAS			
0	1.781.202,49	0,00	0,00	7.562,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773.639,53	CUMPRIU	



PARECER n°: **MPTC/50765/2017**
PROCESSO n°: @PCP-17/00148866
ORIGEM: Prefeitura Municipal de Riqueza
INTERESSADO: Caren Marlene Rutzen (637.603.399-72) e Renaldo Mueller (526.329.119-15) Manfred Rutzen (430.862.099-68)
ASSUNTO: Prestação de Contas referente ao exercício de 2016

Número Unificado MPC: 2.2/2017.1107

Trata-se de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Riqueza - SC, relativa ao exercício de 2016.

Foram juntados os documentos relativos à prestação de contas em comento às fls. 2-149.

A Diretoria de Controle dos Municípios apresentou o Relatório n. 953/2017 (fls. 151-216) verificando, ao final, a inocorrência de restrições.

Após a detida análise de toda a documentação acostada aos autos e o devido exame do referido relatório técnico, este Ministério Público de Contas destaca as seguintes conclusões a partir dos dados relativos aos pontos de controle realizados pela instrução.

1. Gestão Orçamentária, Patrimonial e Financeira

Com relação à análise da gestão orçamentária do Município, destaca-se que o confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou em superávit de execução orçamentária.

No que tange à análise da gestão patrimonial e financeira do Município, observa-se que o confronto entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do exercício encerrado resulta em superávit financeiro, cumprindo-se, assim, o princípio do equilíbrio de caixa exigido pelo art. 48, alínea "b", da Lei n. 4.320/64, e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por sua vez, salienta-se que, em relação ao exercício anterior, ocorreu variação financeira positiva.

2. Limites

Normas constitucionais e legais estabelecem limites mínimos para aplicação de recursos nas áreas da Saúde e da Educação, assim como limites máximos para despesas com pessoal.

Na área da Saúde, observa-se que foi aplicado, em ações e serviços públicos de saúde para o exercício de 2016, percentual da receita com impostos, incluindo transferências, superior ao limite mínimo de 15% estipulado no art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012, à luz do art. 198 da CRFB/88.

Por seu turno, na área da Educação, observa-se que foi aplicado, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino para o exercício de 2016, percentual da receita com impostos, incluindo transferências, superior ao limite mínimo de 25% estipulado no art. 212, *caput*, da CRFB/88.

Também na área da Educação, com relação ao FUNDEB, observa-se que foi aplicado, na remuneração dos profissionais do magistério para o exercício de 2016, percentual dos recursos oriundos do FUNDEB superior ao limite mínimo de 60% estipulado no art. 60, inciso XII, do ADCT c/c o art. 22 da Lei n. 11.494/07.

Igualmente no que toca ao FUNDEB, observa-se que foi aplicado, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica para o exercício de 2016, percentual dos recursos oriundos do FUNDEB superior ao limite mínimo de 95% estipulado no art. 21 da Lei n. 11.494/07.

Ainda quanto ao FUNDEB, observa-se que o Município *utilizou integralmente* o saldo do exercício anterior do fundo mediante a abertura de crédito adicional no 1º trimestre, cumprindo, portanto, o mandamento estipulado no art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/07, o qual

determina a abertura de crédito adicional no 1º trimestre do exercício subsequente para a utilização do saldo remanescente do referido fundo.

Por sua vez, no que tange aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Município gastou, do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal no exercício de 2016, percentual inferior ao limite máximo de 60% estipulado no art. 169 da CRFB/88 e regulamentado pelo art. 19, inciso III, da Lei Complementar n. 101/2000.

Também com relação aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Poder Executivo do Município gastou, do total da receita corrente líquida em despesas com seu pessoal no exercício de 2016, percentual inferior ao limite máximo de 54% estipulado no art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar n. 101/2000.

Finalmente, ainda com relação aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Poder Legislativo do Município gastou, do total da receita corrente líquida em despesas com seu pessoal no exercício de 2016, percentual inferior ao limite máximo de 6% estipulado no art. 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar n. 101/2000.

No presente caso, portanto, o cumprimento dos limites em questão pode ser sintetizado na seguinte tabela:

<u>Limite:</u>	<u>Fundamento Legal:</u>	<u>Resultado:</u>
Saúde: ações e serviços públicos de saúde	Art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012	Cumpriu
Educação: manutenção e desenvolvimento do ensino	Art. 212, <i>caput</i> , da CRFB/88	Cumpriu
FUNDEB: remuneração dos profissionais do magistério	Art. 22 da Lei n. 11.494/07	Cumpriu
FUNDEB: manutenção e desenvolvimento da educação básica	Art. 21 da Lei n. 11.494/07	Cumpriu
FUNDEB: saldo remanescente	Art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/07	Cumpriu

Despesas com pessoal	Art. 19, inciso III, da Lei Complementar n. 101/2000	Cumpriu
Despesas com pessoal (Executivo)	Art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar n. 101/2000	Cumpriu
Despesas com pessoal (Legislativo)	Art. 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar n. 101/2000	Cumpriu

3. Controle Interno e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Como exaustivamente alertado por este órgão ministerial na análise das Prestações de Contas de Prefeitos de exercícios anteriores, a inexistência ou deficiência do controle interno municipal afronta dispositivos constitucionais, legais e regulamentares que impõem expressamente tal obrigação, cuja inobservância acarreta a violação de deveres essenciais do gestor, no sentido de atuar com cautela e compromisso na utilização dos recursos públicos, com vistas a evitar o mau uso do erário.

Aliás, nunca é demasiado recordar o fato de que deficiências relacionadas à atuação do controle interno são consideradas falhas gravíssimas, sendo tal tipo de irregularidade passível de emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, à luz do art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes: [...]

XI – CONTROLE INTERNO – Ausência de efetiva atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas, ou em auditoria in loco.

Neste sentido, destaca-se que o Programa Unindo Forças (Programa de Fortalecimento dos Controles Internos Municipais), concebido em 2015 pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, demonstrou a situação precária dos sistemas de controle interno das municipalidades catarinenses – por exemplo, “quase 80% dos municípios

catarinenses contam com apenas um servidor na área de controle interno, e 65% não dispõem de cargos específicos para o desempenho das atividades de controle em seus quadros funcionais” 1.

Não obstante tal preocupante contexto, constata-se que a Diretoria de Controle dos Municípios deixou de analisar tal aspecto, providência com a qual este Ministério Público de Contas não pode deixar de registrar sua discordância, diante da omissão em analisar algo cuja importância é tão destacada no âmbito regulamentar, legal e constitucional, cujas deficiências **ainda** são consideradas falhas gravíssimas a ponto de fundamentar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, e considerando a mencionada situação precária das unidades de controle interno no Estado consoante apontado pelo *parquet* estadual, salientando-se, por fim, que tal omissão da área técnica impede este órgão ministerial de se manifestar devidamente acerca do presente assunto.

No mesmo sentido, também de acordo com o que vem sendo defendido por este Ministério Público de Contas na análise das Prestações de Contas de Prefeitos de exercícios anteriores, o exame da regularidade do funcionamento de cada Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é imprescindível, mormente se considerando o legado de abandono aos outrora chamados menores e o atual prestígio da defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente a partir da adoção expressa do princípio da prioridade absoluta, no texto constitucional, e, conseqüentemente, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste contexto restou positivada a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de

¹ Trata-se da manchete de notícia retirada do endereço eletrônico da instituição, matéria que bem sintetiza a problemática, trazendo inclusive acesso ao diagnóstico completo das informações colhidas no programa: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/programa-do-mpsc-aponta-deficiencia-dos-controles-internos-municipais-em-santa-catarina>. Acesso em 23.08.2016 às 7h18min.

Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente como diretrizes da política de atendimento do ECA – tudo para garantir a efetividade do princípio constitucional da prioridade absoluta e do princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

O próprio ECA e a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) n. 105/2005 determinaram a maneira de atuação do Fundo em questão, responsável por assegurar ações de atendimento a crianças e adolescentes em áreas prioritárias por meio de receita vinculada aos seus objetivos e a sua finalidade, sendo a forma de aplicação dos recursos determinada pelos Conselhos Municipais. Neste sentido, há a elaboração do Plano de Ação e a posterior aprovação do Plano de Aplicação, o que operacionaliza a atuação do referido Fundo.

Apesar de tal conjuntura, a Diretoria de Controle dos Municípios, desde 2016, não mais traz em sua análise as irregularidades referentes a cada Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a surpresa deste Ministério Público de Contas.

Destaca-se que durante cinco anos a área técnica dessa Corte de Contas trouxe análise pormenorizada das inúmeras impropriedades encontradas em praticamente todos os Fundos espalhados pelo Estado, Fundos estes que possuem um regramento bastante específico na tentativa de melhor resguardar a aplicação de recursos tão caros a esta expressiva parcela da sociedade e que agora, ao arrepio de uma fiscalização mais acentuada desse Tribunal de Contas, inevitavelmente restará prejudicada. São recursos públicos que, se sob os olhos atentos do controle externo já eram inúmeras vezes desvirtuados dos nobres fins para os quais deveriam ser destinados, imagine-se a partir de agora, abandonados da vistoria ordinária dessa Corte de Contas.

Acrescenta-se, ainda, que, nesta meia década de fiscalização da aplicação dos recursos dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente das Unidades Gestoras deste Estado, esta

Procuradora já diligenciou pela expedição de mais de uma centena de ofícios às Promotorias de Justiça locais para que fossem averiguadas as inúmeras irregularidades que ano a ano envolviam a aplicação de recursos de cada Fundo.

Enfim, na linha do que inicialmente destacado com relação ao controle interno, lamenta-se a omissão em questão nas últimas análises da Diretoria de Controle dos Municípios para as Prestações de Contas de Prefeitos.

4. Conselhos Municipais

Na análise das contas dos Prefeitos Municipais no exercício de 2016, a Diretoria de Controle dos Municípios continuou a análise mais detalhada do cumprimento da legislação federal que determina a criação dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Alimentação Escolar, e do Idoso, iniciativa esta que merece destaque diante da importância dos referidos Conselhos e também em virtude do advento da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, que confirmou a obrigatoriedade de remessa dos pareceres emitidos pelos referidos Conselhos junto com as prestações de contas anuais dos Prefeitos.

No presente caso, os documentos acostados aos autos e as informações da área técnica demonstram que foram devidamente remetidos a esse Tribunal de Contas todos os Pareceres dos mencionados Conselhos, indicando a aprovação das respectivas contas, caracterizando o cumprimento do que dispõe o art. 7º, inciso III e parágrafo único, incisos I a V, da Instrução Normativa n. TC-0020/2015.

5. Transparência da gestão fiscal

Seguindo a tendência cada vez mais inexorável de produção e divulgação sistemática de informações da administração

pública, as Leis Complementares n. 131/2009 e n. 156/2016 incrementaram a questão da transparência no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32.

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51.

§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput.

§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A referida Lei Complementar n. 131/2009 também dispôs sobre o prazo para a administração direta adequar-se a estas novas regras, ao incluir o art. 73-B na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, o Decreto n. 7.185/10 regulamentou as mencionadas inovações, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a tão almejada transparência da gestão fiscal.

No presente caso, de acordo com as informações prestadas pela Diretoria de Controle dos Municípios às fls. 189-193, a Unidade em comento cumpriu todas as regras estabelecidas pela nova legislação no que se refere à disponibilização, em meios eletrônicos, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em observância ao disposto na Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, em conjunto com o Decreto n. 7.185/2010.

6. Análise do cumprimento do art. 42 da Lei Complementar n. 101/2000

Diz a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Assim, já que o exercício de 2016, ora analisado, corresponde ao último ano dos mandatos dos Prefeitos Municipais, o referido dispositivo deve ser aplicado na análise perpetrada no presente processo.

Dessa maneira, a Diretoria de Controle dos Municípios, para fins de verificação do aludido mandamento legal, apurou a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, nos moldes da

metodologia constante da Portaria STN n. 553/2014, a qual aprovou a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), sendo que, em seu relatório técnico, restou demonstrado, de maneira pormenorizada, o procedimento adotado na análise da instrução.

Salienta-se que a Decisão Normativa n. TC-06/2008 da seguinte maneira preceitua:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes: [...]

X – GESTÃO FISCAL (DISPONIBILIDADE DE CAIXA) – Despesas decorrentes de obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade de caixa - Lei Complementar (Federal) n. 101/2000, art. 42 e parágrafo único.

Logo, deve-se frisar que, no caso de descumprimento do dispositivo legal da Lei de Responsabilidade Fiscal ora em comento, a restrição poderá fundamentar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos.

No presente caso, após a meticulosa análise da Diretoria de Controle de Municípios, conclui-se que o Poder Executivo Municipal *contraiu* obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa, deixando a descoberto despesas vinculadas, sendo tal *insuficiência totalmente absorvida* pela disponibilidade líquida de caixa de recursos ordinários, o que demonstra o cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

7. Análise do cumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01

Na realização da incumbência constitucional de defender a ordem jurídica e, mais precisamente, em sua missão de fiscal da execução da lei, este Ministério Público de Contas identificou que considerável parcela dos Municípios catarinenses não cumpre determinação legal expressa do Estatuto da Cidade, em afronta, assim, a uma obrigação constitucionalmente prevista.

Com efeito, no capítulo destinado à política urbana, a CRFB/88 consignou o seguinte:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Mais de uma década após tal deliberação do poder constituinte, finalmente pôs-se fim a uma arrastada tramitação legislativa com o advento da Lei n. 10.257/01, denominada de Estatuto da Cidade, de cujo capítulo destinado ao plano diretor destacam-se as seguintes estipulações:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

§ 5º (VETADO)

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Analisando-se tais circunstâncias que tornam a elaboração do plano diretor obrigatória, observa-se tranquilamente que na esmagadora maioria dos Municípios do Estado de Santa Catarina já deveria ser constatada, há bastante tempo, a existência do relevante documento em questão, que pode ser considerado, aliás, como a principal ferramenta de participação popular nos destinos de uma localidade.

Neste contexto, a análise dos processos de Prestação de Contas de Prefeitos revela-se como oportunidade única na atividade de fiscalização do controle externo, mormente se considerando o teor do acima transcrito art. 40, § 1º, da Lei n. 10.257/01, que vincula o plano diretor às leis orçamentárias.

Ora, nada mais natural que utilizar o aparato desse Tribunal de Contas para que se comece, enfim, a cobrar o pleno cumprimento do ideal de política urbana trazido no texto constitucional e materializado no Estatuto da Cidade. Da mesma maneira que – apesar da problemática relatada acima – a irregularidade na transparência da gestão fiscal do Município tornou-se causa de rejeição de contas a partir da Decisão Normativa n. TC-0011/2013, a inserção do descumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01 no rol do art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008, seria medida de vanguarda dessa Corte de Contas no sentido de *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*², assegurando o atendimento das necessidades

² Art. 182, *caput*, *in fine*, da CRFB/88.

dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas³.

Enfim, no caso específico das contas ora apreciadas, destaca-se que o Município possui plano diretor vigente, em consonância, portanto, ao art. 41 da Lei n. 10.257/01.

8. Restrições

Observa-se que não foram assinaladas quaisquer irregularidades pela Diretoria de Controle dos Municípios diante dos ditames da Decisão Normativa n. TC-06/2008.

9. Conclusão

Analisando todos os dados apresentados nestes autos em confronto com o disposto na Decisão Normativa n. TC-06/2008 tem-se que a ausência de impropriedades inviabiliza a possibilidade de rejeição das contas apresentadas.

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, manifesta-se:

1. pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **APROVAÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Riqueza, relativas ao exercício de 2016;

2. pelas **RECOMENDAÇÃO** e **SOLICITAÇÃO** descritas na conclusão do relatório técnico.

Florianópolis, em 06 de setembro de 2017.

Cibelly Farias Caleffi
Procuradora

³ Art. 39 do Estatuto da Cidade.

PROCESSO Nº:	@PCP-17/00148866
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Riqueza
RESPONSÁVEL:	Manfried Rutzen
ASSUNTO:	Prestação de Contas referente ao exercício de 2016
RELATÓRIO E VOTO:	GAC/HJN - 319/2017

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Prestação de Contas do **Prefeito Municipal de Riqueza** referente ao exercício de **2016**, **Sr. Manfried Rutzen**, ora submetida por este Relator ao Egrégio Plenário do Tribunal de Contas de Santa Catarina, em virtude da competência prevista no art. 31 da Constituição Federal, pelo art. 113 da Constituição do Estado de Santa Catarina e pelos arts. 1º II, e 50, da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000 (Lei Orgânica deste Tribunal).

A Prefeitura Municipal remeteu tempestivamente a este Tribunal o balanço anual consolidado da Unidade, relativo ao **exercício de 2016**, e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária do Município, os quais foram analisados pela Diretoria de Controle dos Municípios (DMU) por meio do **Relatório Técnico n. 953/2017**, cuja análise não apontou restrições.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas emitiu o **Parecer n. MPC/50765/2017** recomendando a **Aprovação das Contas**.

2. DISCUSSÃO

Os dados encaminhados por meio eletrônico a este Tribunal de Contas foram examinados pelo Órgão Técnico e permitem aferir as seguintes constatações.

2.1 Análise da Gestão Municipal

a) Gestão Orçamentária e Financeira

O resultado da **execução orçamentária** do exercício apresentou um **superávit** de R\$ **113.466,11**.

Quanto ao **resultado financeiro** do exercício o Município apresentou um **superávit** de R\$ **1.653.944,79**, atendendo ao princípio do equilíbrio de caixa.

b) Limites Constitucionais e Legais

Todos os limites Constitucionais e Legais foram cumpridos.

O relativo à aplicação de no mínimo 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, em Ações e Serviços Públicos de **Saúde** foi **cumprido** pelo Município, sendo verificada a aplicação de **17,66%**.

Da mesma forma, o Município **cumpriu** o limite relativo à aplicação mínima de 25% das receitas provenientes de impostos, compreendidas as decorrentes de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do **Ensino** (art. 212 da Constituição Federal), sendo verificada a aplicação de **27,86%**.

Em relação aos recursos oriundos do **FUNDEB**, verificou-se a aplicação de **95,71%** em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, tendo o Município **cumprido** ao estabelecido no artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e no artigo 22 da Lei n. 11.494/2007.

O percentual de aplicação em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica foi de **99,10%**, tendo o Município **cumprido**, portanto, ao estabelecido no artigo 21 da Lei n. 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 4.745,80**, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Na verificação dos limites dos **gastos com pessoal**, a Receita Corrente Líquida (RCL) do Município foi de **R\$ 14.923.910,86**, sendo que o percentual

dos gastos com pessoal em relação à RCL foi de **47,25%**, sendo **43,97%** no Poder Executivo e **3,28%** no Poder Legislativo, os quais demonstram que houve o **cumprimento** dos parâmetros estabelecidos pela LRF.

2.2 Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios¹, juntamente com a prestação de contas anual.

A DMU atestou que foram encaminhados os pareceres de todos os Conselhos, os quais aprovaram as contas respectivas.

2.3 Transparência

A DMU analisou os aspectos relativos à transparência da gestão fiscal no que tange aos dispositivos da Lei Complementar n. 131/2009 e do Decreto Federal n. 7.185/2010.

Salienta-se que a verificação da divulgação das informações pode revelar o atendimento pleno, quando disponibilizadas pormenorizadamente a execução orçamentária e financeira, com os requisitos mínimos necessários para a qualidade da informação; ou o atendimento parcial, quando somente parte das informações são disponibilizadas.

Dos dados exigidos pela Lei da Transparência, e/ou decreto regulamentador, constata-se que foram atendidas as exigências estipuladas, com a remessa de todas as informações relativas à execução orçamentária e financeira.

¹ a) **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb**, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, b) **Conselho Municipal de Saúde**, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990; c) **Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente**, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990; d) **Conselho Municipal de Assistência Social**, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993; e) **Conselho Municipal de Alimentação Escolar**, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009; f) **Conselho Municipal do Idoso**, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

2.4 Cumprimento do art. 42 – LRF

A LRF veda o gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, "ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito" (art. 42).

Esta obrigação pressupõe uma organização contábil das receitas e despesas visando ao atendimento dos princípios básicos da Administração Pública.

A análise efetivada pela DMU demonstra que o Poder Executivo do Município de **Riqueza** contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de recursos vinculados para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto despesas vinculadas às Fontes de Recursos (FR 01 – R\$ 621.645,86, FR 02 – R\$ 315.538,52 e FR 32 – R\$ 117.141,60), no montante de R\$ 1.054.325,98, ressaltando que, a referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa de recursos ordinários, no montante de R\$ 1.773.639,53. Dessa forma, conclui-se que foi **cumprido** o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

No contexto geral, conforme observado pelo Ministério Público de Contas, e considerando os ditames da Decisão Normativa n. TC-06/2008, verifica-se que o Balanço Geral do Município apresenta de forma adequada a posição contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do ente público, o que indica o encaminhamento do parecer prévio pela sua APROVAÇÃO.

3. VOTO

Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n.

202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2016;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX - Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPJTC n. 50765/2017;

3.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal de RIQUEZA a APROVAÇÃO das contas anuais do exercício de 2016 do Prefeito daquele Município à época.

3.2. Recomenda ao Município de RIQUEZA que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

3.3. Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

3.4. Determina a ciência deste Parecer Prévio, do Relatório e Voto do Relator e do Relatório DMU n. 953/2017 que o fundamentam, à Prefeitura Municipal, bem como à Câmara Municipal de RIQUEZA.

Florianópolis, em 17 de outubro de 2017.

HERNEUS DE NADAL
CONSELHEIRO RELATOR

1. **Processo n.:** PCP-17/00148866
2. **Assunto:** Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016
3. **Responsável:** Manfred Rutzen
4. **Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Riqueza
5. **Unidade Técnica:** DMU
6. **Parecer Prévio n.:** 0160/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2016;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX - Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPjTC n. 50765/2017;

6.1. EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara Municipal de Riqueza a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2016 do Prefeito daquele Município à época.

6.2. Recomenda ao Município de Riqueza que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

6.3. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6.4. Determina a ciência deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Riqueza.

6.5. Determina a ciência deste Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DMU n. 953/2017** que o fundamentam, ao Responsável nominado no item 3 desta deliberação e à Prefeitura Municipal de Riqueza.

7. Ata n.: 84/2017

8. Data da Sessão: 06/12/2017 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1 Conselheiros presentes: Luiz Eduardo Cherem (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes, Herneus De Nadal (Relator) e José Nei Ascari

10. Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:
Aderson Flores

11. Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

HERNEUS DE NADAL
Relator

Fui presente: ADERSON FLORES
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC